



Eliane Aguirre

Sim ou Não:

A luta política pela emancipação do município de Marau e as disputas pelo poder.

Orientador

Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho

Passo Fundo, fevereiro de 2008.

Eliane Aguirre

Sim ou Não:

A luta política pela emancipação do município de Marau e as disputas pelo poder

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

Passo Fundo

2008

À toda a minha família pela compreensão, ajuda e apoio nesse período, bem como em todos os momentos. Ao Rodrigo, pela compreensão e ajuda. Esse trabalho é para vocês.

A realização deste estudo tornou-se possível pelo envolvimento de diversas pessoas. O agradecimento especial ao trabalho do meu orientador Haroldo Loguercio Carvalho pela dedicação e empenho durante o período de realização deste trabalho. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo e aos colegas de curso pelo conhecimento compartilhado. À compreensão e o auxílio dos funcionários da Universidade de Passo Fundo, em especial à Deise. Aos funcionários do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, da Câmara de Vereadores de Marau em especial ao vereador Marciano Aguirre, da Biblioteca Pública Municipal de Marau. À Clélia Bortolini e Francisco Bernardi pelas preciosas colaborações. E ao carinho recebido de todas as pessoas que renunciaram a momentos de suas vidas em função da minha, para me auxiliar e apoiar.

RESUMO

Este estudo apresenta uma abordagem das disputas políticas ocorridas no município de Marau verificadas durante o movimento emancipacionista, entre 1945 e 1955, e posterior a ele. A delimitação temporal, entretanto, que se inicia com o fim do Estado Novo estende-se até a década de 1980, no período da redemocratização, após o fim da ditadura militar, no início da abertura política. O trabalho também aborda o papel da Igreja Católica na luta política local, assim como a característica étnica do lugar, determinada pela presença de descendentes de italianos. Outro tópico na presente dissertação diz respeito aos embates políticos locais verificados no período da ditadura militar, especialmente no que concerne às legislaturas ocorridas após a emancipação político-administrativa. Frente a este contexto, objetiva-se mostrar a luta pelo poder político local, uma vez que o PSD consistia na maior força eleitoral no então distrito de Marau, enquanto o PTB está no comando da prefeitura do município, em Passo Fundo. Assim, na conquista pela autonomia municipal de Marau, diferentes atores políticos articularam-se das mais variadas formas, revelando que o jogo político extrapola as dimensões tradicionais, abarcando a sociedade em toda complexidade que a compõe.

Palavras-chave: Marau, história, emancipação política, partidos políticos.

ABSTRACT.

This study presents an approach of the political disputes which happened in the city of Marau and which were verified during the movement for emancipation it, between 1945 and 1955, and subsequent to that period. However, the temporary delimitation that begins with the end of the New State extends until the 1980's, in the period to democratize again, after the end of the military dictatorship, in the beginning of the political opening. This paper also approaches the presence of the Catholic Church in the local political disputes, as well as the ethnic characteristic of the place certain for the Italian descendants' presence. Another topic in the present study concerns the politicians local collisions verified in the period of the military dictatorship, especially in the one regarding to the legislatures which happened after the emancipation politician administrative. Based on that context, the aim is to show the dispute for the local political power, once PSD consisted then of the largest electoral force in the district of Marau, while PTB is the command of Passo Fundo city hall. Therefore, in the conquest for the municipal autonomy of Marau, different political actors have pronounced in the most ways, revealing that the political game extrapolates the traditional dimensions, embracing the society in all complexity that composes it.

Key Words: Marau, history, political emancipation, political parties.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.

| | |
|--|-----|
| Figura 1- Localização do Município de Marau no Estado do Rio Grande do Sul e região..... | 16 |
| Figura 2- Mapa do Município de Marau atualmente | 23 |
| Figura 3- Lei que criou o município de Marau..... | 123 |
| Figura 4- Jornal O Salame (capa)..... | 124 |

LISTA DE QUADROS.

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Executivo | 94 |
| Quadro 2 – Vereadores do PSD, ARENA, PDS e PL..... | 94 |
| Quadro 3 – Vereadores do PTB, MDB e PMDB..... | 96 |

Sumário

| | |
|--|-----|
| Introdução..... | 10 |
| 1 Breve histórico de Marau e a marcante presença católica através dos padres capuchinhos..... | 16 |
| 1.1 Retrospectiva histórica de Marau..... | 17 |
| 1.2 “Marau”: Nome de cacique bravo ou de caboclo dócil?..... | 21 |
| 1.3 O tope: Primeira sede distrital, o passado caboclo de Marau e os primeiros imigrantes italianos..... | 23 |
| 1.4 Vésperas da emancipação: o cenário político nacional..... | 26 |
| 1.5 Vésperas da emancipação: agitação política e econômica no cenário local..... | 39 |
| 1.6. A presença da igreja católica: os capuchinhos..... | 41 |
| 2 As diferenças políticas entre o município de Passo Fundo e o distrito de Marau e as tentativas de emancipação..... | 60 |
| 2.1 Como começaram as duas comunidades..... | 60 |
| 2.1.1 Marau..... | 61 |
| 2.1.2 Passo Fundo..... | 63 |
| 2.2 Passo Fundo x Marau / PTB x PSD: disputas e diferenças políticas e eleitorais..... | 65 |
| 2.3 As tentativas de emancipação..... | 78 |
| 2.4 A primeira tentativa: fracasso..... | 81 |
| 2.5 A segunda tentativa: Marau agora é cidade..... | 85 |
| 3 História política, história do poder: as disputas políticas pós-emancipação..... | 90 |
| 3.1 Primeiras eleições: o mandato provisório e a eleição de Lauro Ricieri Bortolon..... | 98 |
| 3.2 História e poder: cinquenta anos de disputas políticas..... | 103 |
| Considerações finais..... | 114 |
| Fontes | 119 |
| Referências Bibliográficas | 120 |
| Anexo 1:Lei que criou o município de Marau..... | 123 |
| Anexo 2: Jornal O Salame (capa)..... | 124 |

Introdução

*História e poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível.*¹

Com esta epígrafe retirada de Francisco Falcon, queremos ilustrar o assunto de que trata esse trabalho, ou seja, a política, que está fortemente ligada ao poder, e que por esse motivo, em história, torna-se impossível separar uma da outra. Esses conceitos se entrelaçam na disciplina histórica, tornando-se impossível não utilizá-los na elaboração dos trabalhos ligados à política.

Utilizamos da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado a definição a seguir, por julgarmos que representa em muito, a percepção que temos sobre a complexidade que envolve a atividade do historiador contemporaneamente, sobretudo ao que se vincula à história política:

A história é um processo em construção permanente. Processo marcado por temporalidades e delimitações espaciais. Processo construído por sujeitos individuais e sujeitos coletivos. Dinâmica complexa, que envolve ideologias, cultura, vida privada, ações públicas, representações, imaginários, lutas, reações, resistências, valores, instituições (...). A história política, (...), caracteriza-se por se constituir como uma teia tecida por heterogêneas realidades que, imbricadas entre si e inter-relacionadas no seu conjunto, constituem dinâmicas sociais muitas vezes conflituosas e outras consensuais.²

Procurando respaldo nessa afirmativa, esta dissertação visa demonstrar como se realizou o processo de emancipação política e administrativa do atual município de Marau, que pertencia como quinto distrito, a Passo Fundo, observando-se que foram necessárias duas tentativas, para conseguir a autonomia política. Tendo em vista o período em questão, a partir da metade da década de 40 e fim do Estado Novo, o trabalho irá tratar de questões

¹ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61.

² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ORG.) *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao Golpe Civil Militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. p.129.

políticas, de colonização e imigração, além da participação da igreja Católica nos processos políticos, abordando, também, mesmo que sumariamente, o período da ditadura militar, ao fazermos uma análise das administrações municipais ao longo dos seus cinquenta anos.

Acreditamos que:

A pesquisa é sempre uma atividade de investigação que se faz com objetivos definidos de descoberta ou reavaliação e que envolve a dimensão intelecto-racional da problemática e das escolhas e a dimensão intuitiva e criativa que permite a chegada a um dado novo. O motivo central da investigação histórica, dessa viagem do presente ao passado e do passado ao presente, é sempre a busca de um dado-explicação novo ou de uma nova abordagem do mesmo.³

A complexidade política do período de emancipação do distrito de Marau tem início no período anterior, mais precisamente em 1945 com o fim do Estado Novo e a criação dos partidos organizados nacionalmente.

Para a elaboração desse trabalho, além da bibliografia referente ao assunto, lida e fichada, foram utilizados os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, de Passo Fundo, e *O Salame*, *A Voz de Marau* e *A Cidade de Marau*, do distrito de Marau, no período de 1948 a 1955, além de dados eleitorais, da Câmara de Vereadores de Passo Fundo e de Marau e da Paróquia de Marau, porém estes últimos bastante escassos. Ressaltamos que quanto ao jornal *Diário da Manhã* do ano 1954, não foi analisado, pois não há arquivos dos mesmos.

Segundo Sandra Mara Benvegnú, a presença desses dois jornais, foi de fundamental importância na política local e regional, pois “ao explorar rivalidades políticas existentes entre ambos, agiram como duas forças paralelas, aquelas que se enfrentavam também no espaço político-partidário”.⁴

O jornal não sofre triagem, pois é arquivado, geralmente na íntegra, com algumas exceções, como por exemplo, o ano de 1954, do jornal *Diário da Manhã*, que, foi eliminado dos arquivos, em função dos fatos políticos ocorridos em 1954, quando do suicídio de Getúlio Vargas, momento em que a sede do mesmo foi apedrejada por populares.

³FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória*. A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p.71,72.

⁴ BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: O PTB e a ação de César Santos na Metrópole da Serra (1945-1967)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UPF: 2006. Orientação: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

As notícias, uma vez publicadas, não podem mais ser retiradas ou escondidas; por isso, a imprensa é uma fonte privilegiada. É preciso, no entanto, tomar cuidado para não ter a pretensão de buscar a realidade na narrativa jornalística, pois o fato publicado já passou por critérios de seleção, pelo filtro do jornal e por uma interpretação, ou seja, o historiador vai interpretar um fato pré-interpretado pelo jornalista.⁵

Nos jornais pesquisados tomou-se esse cuidado, pois podemos perceber claramente as ideologias norteadoras de cada um. Um simpático a um partido, outro simpático ao partido oposicionista, numa clara defesa ou ataque, conforme o lado em que se encontravam. Ainda hoje, percebe-se isso em Marau, um jornal ataca, outro defende.

Marli de Almeida Baldissera continua os esclarecimentos sobre o uso do jornal:

No jornal, as narrativas são feitas no calor do momento e estão sujeitas a interpretações e/ou alterações de acordo com o interesse do jornalista que as escreve, do jornal em que são publicados, do cunho sensacionalista de que podem estar imbuídas ou do grupo social que defendem ou a que se destinam. Os jornais são representações de uma realidade objetiva. É possível que a verdade esteja um tanto mascarada por interesses diversos, no entanto a fonte jornalística pode trazer à tona a visão de um momento histórico uma vez que guarda relações com o imaginário social do grupo ao qual se dirige fundamentalmente, pois o discurso do jornal é dirigido a um leitor ideal.⁶

O presente trabalho também visa ajudar na elucidação de alguns aspectos ligados à trajetória política que se desenrolou ao longo da história do município, que durante anos não apresentou oposição significativa de outros partidos, sendo que os remanescentes do antigo PSD continuaram sendo situação no pós-1964 como ARENA, e as siglas dela derivadas posteriormente. Nesse sentido, concordamos com Maria do Carmo Campello de Souza quando diz que: “acreditamos que as atividades partidárias possam ser dissecadas tanto pela sua função representativa quanto pela função governativa. Os partidos políticos não são somente mobilizadores do eleitorado. São também seletores de candidatos aos postos de comando, e constituem um elo importante no exercício do poder”.⁷

Segundo Clélia Bortolini⁸ “um dos aspectos mais visíveis (e interessantes) da polarização esquerda/direita – se é que assim se pode definir o PTB e o PSD – foi (ou é ainda?) a dicotomia nas instituições sociais, jamais afirmadas oficialmente, mas ditas pelo

⁵ BALDISSERA, Marli de Almeida. *Os comandos nacionalistas na região do Alto Taquari-RS*. Passo Fundo: EDIUPF, 2005. p. 103.

⁶ Idem, p. 105

⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Alfa - Omega, 1990.p. 31

⁸ Clélia Bortolini é professora aposentada e elabora pesquisas e artigos sobre a história do município de Marau e região, e sobre a colonização italiana. Entrevista com a autora em outubro de 2006.

povo”.⁹ Ela cita alguns exemplos dessa separação entre as instituições sociais, que se verificaram em Marau, e das quais ainda percebem-se alguns resquícios, ainda hoje:

Do time de futebol do Grêmio Esportivo Marau, dito do “doutor Wolmir”, e do Guarani Futebol Clube, fundado por Alberto Borella. Do CTG Sentinelas do Pago, dito “da família Fuga”, e do CTG Felipe Portinho, dito dos “Perachis”¹⁰. Do Hospital Cristo Redentor, dito “da família Fuga”, e do Hospital Providência, dito “dos Freis e dos perachis”. Da Rádio Alvorada dos freis e da Rádio Vanguarda, com apoio dos Fuga.

A rivalidade entre casas de comércio e indústrias que “amarravam” os fregueses às empresas deste ou daquele proprietário, ligados à ideologia de um ou outro partido. Até mesmo havia rivalidade entre o Grupo Escolar público – dito dos pobres e a Escola Cristo Rei, particular e ligada aos freis, que eram tidos como do PSD.

É tão real essa polarização que a união dos dois partidos em torno da causa emancipacionista causou espanto a muitos, o que se repete quando Alberto Borella doou os relógios para a Torre da Igreja, estabelecendo com os padres uma parceria inusitada e obrigando o vigário a tecer elogios aos antes desafetos.¹¹

Outro fator dessa rivalidade, que deve ser levado em conta, diz respeito aos jornais de Marau, conforme se pode perceber pela sua origem:

O jornal *O Salame* posteriormente denominado *Cidade de Marau e Sete Dias* nasceu em 31 de maio de 1947, editado e, a princípio, impresso nos escritórios do Frigorífico Borella, sob a direção de Gustavo Silveira Ferret e do fundador do PTB, em Marau, Alberto Borella – durou, sem periodicidade normal, até 1962. O jornal *A Voz de Marau* nasceu em 09 de julho de 1948, criado pelos freis capuchinhos, apoiadores de Elpídio Fialho e do PSD, e tinha como objetivo combater as idéias comunistas – durou até o final da década de 1950.

⁹ BORTOLINI, Clélia. Idem. Entrevista com a autora em 12/10/2006.

¹⁰ Apelido dado aos partidários e simpatizantes do PSD e depois da ARENA, em função do candidato e governador Walter Perachi Barcellos. O doutor Wolmir Foresti era partidário do PSD enquanto Alberto Borella foi um dos fundadores do PTB no distrito. A família Fuga representava o poder do PTB e depois MDB/PMDB.

¹¹ BORTOLINI, Clélia. Idem.

Infelizmente, esses jornais não foram todos arquivados, existindo alguns números apenas de *O Salame*, *A Cidade de Marau* e *A Voz de Marau*.¹²

Essa antiga rivalidade pode ser observada claramente ao longo de todas as disputas eleitorais ocorridas nos cinquenta anos de emancipação política-administrativa do município, sendo que nas últimas eleições municipais ainda pode ser claramente notada. Felizmente vem diminuindo, pois na última campanha, pela primeira vez na história de Marau, o Partido Progressista, remanescente da ARENA e do PSD, pode fazer um comício no Bairro Constante Fuga, popularmente conhecido como bairro Curtume, chamado de reduto dos Fuga, e que anteriormente só permitiam que se realizassem comícios do MDB, hoje PMDB e partidos coligados ao mesmo.

Um fato relatado por Clélia Bortolini que nos chamou a atenção pela sua comicidade, diz respeito a um mendigo, que na década de sessenta, perambulava pela Vila Marabá, hoje Bairro Constante Fuga, e que foi pejorativamente apelidado de “Perachi”, em função do candidato pelo PSD, e depois governador, o coronel da Brigada Militar Walter Perachi Barcellos. Em contrapartida, as pessoas que eram do PSD, chamavam as esmolas que davam a esse mendigo de “petebê”.¹³ Esse fato, demonstra um pouco da complexidade da política estadual e marauense, pois, ainda hoje, os partidários do PP são chamados pelos adversários de “perachi”, “perachedo”, inclusive com adesivos colocados nos carros com esses apelidos, quando das suas vitórias, ou o contrário em relação ao PMDB. Percebe-se esse fato principalmente entre as famílias mais antigas do município, que preservam essa rivalidade.

Segundo João Carlos Tedesco “A história local, resgatada pela memória, pode se servir de evidência local viva, manifesta oralmente, para possibilitar a compreensão de normas sociais, costumes, tradições; permite contrapor referências já existentes, unir informações dispersas, valorizar o vivido, conservar, criticar e socializar formas de pensar o passado”.¹⁴ Essa preservação das disputas do passado, são claramente percebidas em

¹² Os exemplares disponíveis desses jornais foram pesquisados na Biblioteca Pública Municipal de Marau. O jornal *O Nacional* foi pesquisado no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo e o jornal *Diário da Manhã* foi pesquisado na sede do mesmo, em Passo Fundo.

¹³ BORTOLINI, Clélia. Op., cit., Entrevista com a autora em 12/10/2006.

¹⁴ TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura: o coletivo, a oralidade e fragmentos de memórias dos nonos*. Passo Fundo: Edições EST, 2001. p. 91.

Marau, principalmente nas pessoas mais velhas, ou nos descendentes dessas primeiras famílias marauenses ligadas à política.

No primeiro capítulo, nos propusemos a fazer uma retrospectiva histórica do distrito de Marau, bem como uma análise da influência da igreja católica, através dos padres capuchinhos.

No segundo capítulo faremos uma análise das diferenças políticas entre o município de Passo Fundo e o distrito de Marau, bem como das duas tentativas de emancipação do distrito.

No terceiro e último capítulo, analisaremos um pouco a trajetória política do município de Marau nos seus cinquenta anos de emancipação política e administrativa do município de Passo Fundo.

1 Breve histórico de Marau e a marcante presença católica através dos padres capuchinhos.



Ilustração 1: Localização do município de Marau no Estado do Rio Grande do Sul e na Região. Fonte: site: www.cvmarau.com.br. Acessado em 22/01/2007.

Neste capítulo, faremos uma breve retrospectiva da história do atual município de Marau, bem como dos seus primeiros moradores e colonizadores, da presença da igreja católica, e sua influência nas atividades políticas do município. Entendemos como primeiros moradores o elemento indígena, e como colonizadores o elemento branco europeu.

Por ser a região de Marau historicamente ocupada pelos caingangues, nela os conflitos por terra foram justificados a partir de elementos culturais dos que vieram a tornarem-se dominantes, ou seja, o branco colonizador, que aos interesses políticos e econômicos da elite política do Rio Grande do Sul representavam o sentido do progresso delineado ainda no período do PRR. Nesse sentido, a desqualificação do indígena era artifício para a apropriação de sua principal riqueza, a terra e a liberdade.

Para evidenciar o contexto ideológico de tal ocupação/dominação reproduzimos o que é observado por Marisa Nonnenmacher Scheneider, quando diz:

O colono aqui é visto como um trabalhador que vai tornar viável a produção das 'terras incultas'. Na verdade, estas terras estão, neste momento, sendo ocupadas pelos índios e o índio é visto como o 'selvagem' e que precisa ser eliminado ou ir para os aldeamentos, a fim de se tornar civilizado. Por isso, quando se fala em levar a população a todos os lugares da província, devemos entender que nela não está incluída a população indígena. O índio é visto como alguém que não pensa por si só, que não produz e é aquele que não possui poder aquisitivo para adquirir o produto. O colono aqui é visto como um elemento civilizador que vai tornar economicamente viável estas terras e matos bravios, trazendo o

desenvolvimento e garantindo a incorporação desses espaços ao capitalismo em expansão.¹⁵

Continuando com a mesma autora, fazendo referência ao julgamento pejorativo que era feito em relação ao indígena:

(...) enquanto que os ‘bugres’, (...), são ordinários, indolentes, não cuidam de trabalhar, nem reconhecem o benefício que recebem por se conservar abrigados das intempéries do tempo e das estações, de alimentá-los melhor do que o são nas matas e tirando-os da vida nômade e selvagem em que vivem para fazê-los compenetrarem-se dos úteis efeitos da sociabilidade e das vantagens da civilização.¹⁶

Por fim, conclui Nonnenmacher que:

o discurso dos brancos vem de forma a depreciar, a denegrir a imagem do índio quando fala que são ‘ordinários’, ‘indolentes’ e que não gostam de trabalhar. Na realidade sabemos que essa afirmação é inverídica. Os índios nesse momento não só trabalham em prol de seu sustento, como também contribuía com o desenvolvimento da província, na sua maioria das vezes em troca de uma simples calça e uma camisa. Faziam o trabalho de abertura de estradas, da construção de pontes, etc.¹⁷

Já em torno do colono foi construída uma espécie de mitificação, considerando-os verdadeiros heróis, principalmente pelo fato de os primeiros registros terem sido feitos pelos próprios imigrantes, ou por seus descendentes, e até mesmo por historiadores ligados a Região Colonial, conforme explica Dilce Corteze, em sua obra.¹⁸

1.1. Retrospectiva histórica de Marau.

Marau integrou o território do município de Passo Fundo de 1857 até 18 de dezembro de 1954, quando se emancipou. O aniversário é comemorado a partir de 28 de fevereiro de 1955, data da instalação do município.

A colonização de Marau pelo elemento branco se efetivou em 1912 com a criação da “Colônia de Marau”, que abriu o mercado de terras públicas para pequenos proprietários e atraiu imigrantes italianos e seus descendentes, vindos das terras da primeira fase de

¹⁵ NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p.11/14/15.

¹⁶ Idem, p. 15.

¹⁷ Idem, p.22.

¹⁸ CORTEZE, Dilce Piccin. *Ulisses va in América: História, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF, 2002, p. 22.

colonização, e até mesmo da segunda, respectivamente das regiões de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, e das mais recentes Guaporé e Serafina Córrea, seja em razão do empobrecimento daqueles solos, seja pelo crescimento demográfico, seja pela atração de ocupar-se uma área rica em recursos naturais exploráveis. Porém, não podemos esquecer que para a efetivação dessa colonização houve a expulsão do elemento indígena que habitava a região, conforme observado anteriormente.

Os colonizadores transformaram as matas densas em lavouras férteis e o esparso povoamento de caboclos, em comunidades italianas, que se desenvolveram rapidamente. Porém temos que levar em conta, que esse rápido desenvolvimento ocorreu, em razão da maioria dos imigrantes que vieram para a região, serem descendentes dos primeiros italianos que para cá vieram, portanto já contavam com uma condição de vida um pouco melhor, conforme afirma Olívio Manfroi, “Os imigrantes italianos não podem porém ser vistos como ‘heróis’ colonizadores. Eles são e foram, isto sim, vítimas de um processo de exclusão tanto na Itália como no Brasil. A maioria absoluta veio para cá pobre e morreu na pobreza,”¹⁹ embora seus descendentes tenham tido melhor sorte.

Continuando com o mesmo autor, justificando nossas palavras, quando dizemos, que os imigrantes alteraram a paisagem da colônia de Marau, e a fizeram ter um rápido desenvolvimento, dentro dos padrões estabelecidos pelos governantes e imigrantes, muito distante da lógica indígena:

Os resultados positivos desta colonização para o Estado e para o país não devem ser atribuídos apenas aos imigrantes, mas principalmente aos seus descendentes. É o trabalho de algumas gerações. Os imigrantes vieram para cá pobre e sua grande maioria morreu pobre, sem realizar o sonho da riqueza ou do retorno à Pátria, mas a colonização continuou por obra de seus descendentes.²⁰

Julgamos importante a colocação acima, pelo fato de o distrito de Marau, ter sido colonizado por descendentes da segunda, e alguns da terceira geração das primeiras levas de imigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul desde a segunda metade do século XIX.

Essa presença dos imigrantes e seus descendentes continua até os dias de hoje, com reconstrução dos costumes e tradições, nos locais de grande presença de descendentes,

¹⁹ MANFROI, Olívio. *A colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Implicações econômicas, políticas e culturais. 2ª edição. Porto Alegre: Est, 2001, p. 18.

²⁰ Idem, p. 18.

como o município de Marau, conforme Dilce Peccin Corteze, “Na comunidade ítalo-gaúcha, multiplicam-se associações culturais, grupos de dança, programas radiofônicos, o *gemellaggio* entre cidades gaúchas e italianas. Árvores genealógicas são construídas, promovem-se reuniões de família, filhos são batizados com nomes italianos ou tidos por tal”.²¹

De acordo com Mário Maestri, também justificando a mitificação criada ao longo do tempo e que continua forte nos dias de hoje, em relação ao imigrante e seus descendentes, mas que teve início ainda com os pioneiros que saíram da Itália e vieram para o Rio Grande do Sul:

Com os anos, as visões laudatórias da imigração tornaram-se dominantes na comunidade colonial e determinaram a própria historiografia. Descrições retóricas e universalizantes das dificuldades sobreumanas iniciais do colono e leitura hipercrítica da organização da imigração pelas autoridades brasileiras tornaram-se verdadeiros axiomas, facilitando a explicação da obra colonial como resultado do ‘amor do colono italiano ao trabalho’. A proposta do colono italiano afável, disciplinado, econômico, educado, forte, incansável, trabalhador, valente, respeitador das autoridades fazia parte da retórica das elites peninsulares, já que facilitava a expatriação das massas expulsas da península e das ilhas pela falta de trabalho e de terras.²²

Um dos pontos significativos referentes à colonização diz respeito à presença da igreja católica, e que também se fez sentir no distrito e depois município de Marau, através dos Freis Capuchinhos.

Em 1934, os freis capuchinhos assumiram a assistência espiritual dos marauenses, pois, segundo Veridiana Tonini: “Diante da necessidade de fortalecer seu poder e de, assim, manter um maior controle sobre a população nas regiões coloniais, a Igreja buscava atrair cada vez mais fiéis, que deveriam propagar a doutrina cristã em todo o estado, sobretudo em locais que ainda não tinham recebido uma atenção significativa”.²³

No que se refere a atividade econômica imigrante até a década de 1960 predominou em Marau a agricultura de subsistência e a suinocultura impulsionada pelo frigorífico Borella e Cia. Ltda. fundado na década de 1920 e afamado no país pela qualidade de seus produtos. Atualmente incorporado ao grupo Perdigão.

²¹ CORTEZE, Dilce Piccin. Op., Cit., p. 10

²² MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra*. A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: EDIUPF, 2000, p. 35.

²³ TONINI, Veridiana M. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfran Metzler (1932-1957)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2003, p. 45.

Na década de 1970, a instalação de agências bancárias, o cooperativismo agrícola e a mecanização da lavoura conduziram a produção marauense para a monocultura, numa típica adaptação às diretrizes da política agrícola do período do “milagre brasileiro”, incentivada em larga medida pelo crédito facilitado do Banco do Brasil.

Ao fim desta década, já esgotado o modelo econômico, a crise no setor provocou intenso êxodo rural, mas fomentou a diversificação de produtos como novo modelo rural, inclusive ligadas ao setor da agroindústria. A partir de 1984, a cultura de grãos foi beneficiada por microbacias, terraceamento e conservação do solo. As indústrias de alimentos instaladas em Marau e na região geraram demandas que impulsionaram a suinocultura, a avicultura e a exploração da bacia leiteira, destacando-se a Perdigão, a Agromarau, a Metasa e a Fuga Couros. Valentim Lazzarotto, em sua obra, *Pobres Construtores de Riquezas*, nos fornece uma justificativa clara, que também é responsável pelo êxodo rural, tão acentuado nesse período, “Com o crescimento automático da população, e (...) na área rural este crescimento dá-se de maneira explosiva (ter filhos significa mais braços para a lavoura) há uma diminuição gradativa do espaço por pessoa para o cultivo. Com isto, há uma liberação do excedente que não dispõe de terra para o plantio.”²⁴

Hoje se confirma o perfil industrial da economia de Marau, responsável por 65% do valor de sua produção e gerador de milhares de empregos nos segmentos de agroindústrias, metal-mecânica, couros, equipamentos para avicultura e suinocultura, construção, além da produção agrícola, que também continua forte no município.

Entretanto, este é um tempo e um espaço contemporâneo, que foram se constituindo a partir de outras intervenções no mesmo espaço, mas em tempos muito distintos, que embora portadores de sentido com o tempo histórico contemporâneo, está já bastante longe do nosso objeto. Entretanto há historiadores que construíram essa história.²⁵

²⁴ LAZZAROTTO, Valentim. *Pobres construtores de riquezas*. A riqueza industrial da colonização italiana começa aqui. A pobreza operária também. Caxias do Sul: EDUCS, 1981, p. 81.

²⁵ Para uma história dos primórdios da região ver:

FRIP, Luis Eduardo. *Marauvilha para sempre*. s/d. Luis Eduardo Fripp é marauense e escreveu leigamente o livro citado.

BERNARDI, Francisco. *História de Marau: Uma comunidade laboriosa*. Editora Gráfica Palloti. 1992.

TEDESCO, João Carlos. *Colonos, carreteiros e comerciantes*. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

_____. SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2002.

1.2- “Marau”: Nome de cacique bravo ou caboclo dócil?

Pesquisadores de diversas épocas apresentaram diferentes versões para a origem e significado da palavra *Marau*.

A procedência tupi atribui a *marau* o significado de “rio da batalha” e a tupi-guarani, a definição de “aquele que come coisa ruim”.

Nos dicionários, o vocábulo é classificado como substantivo masculino originário do francês “maraud”, onomatopaico de gato, com o sentido de mariola, finório, espertalhão.²⁶

Com a chegada dos imigrantes europeus, a palavra foi considerada como a deturpação de Amaral, para Maral e depois para Marau, conforme o costume brasileiro de trocar o “l” final por “u”.

Na historiografia do município, Marau é a denominação de um cacique coroadado da nação caingangue, que resistiu à catequização e aldeamento do governo e foi responsabilizado por perturbações, assaltos e assassinatos a moradores e viajantes.

Os coroados sofreram um ataque em 1838, em Mato Castelhana, onde foi morto o cacique Manoel Grande. O índio Marau assumiu o grupo sobrevivente e refugiou-se nas matas ao sul de Passo Fundo. Em 1845, um grupo partiu da aldeia de Passo Fundo em perseguição aos índios, travando batalha nas proximidades do rio Capingüi, num arroio depois denominado de “Mortandade”.²⁷

Em fuga para o sudoeste, o grupo foi dizimado às margens do rio batizado com o nome de Marau e que depois também deu nome à vila, embora, haja controvérsias quanto à real origem do nome, conforme comentado anteriormente.

A morte de Marau foi um dos últimos episódios desta saga infeliz na região. Já em número reduzido, os índios submeteram-se ao governo provincial e foram aldeados em Nonoai e na ex-colônia de Caseiros, em Mato Castelhana. Esta sobrevivência pode ser tida como a vitória da vida sobre todas as perspectivas de aniquilação. Lamentável é ter sido a sua melhor possibilidade. Hoje seus descendentes ainda podem ser encontrados nas

²⁶ Pesquisado em meio eletrônico. Site: www.priberam.pt.dlpo Acessado em 14/07/2007.

²⁷ BERNARDI, Francisco. *História de Marau: Uma comunidade laboriosa*. Editora Gráfica Palloti. 1992. p. 12-13.

reservas de Nonoai e outras, e também são vistos nas ruas da cidade de Marau, a vender cestas de fibras.²⁸

1.3 - O Tope: Primeira sede distrital, o passado caboclo de Marau e os primeiros imigrantes italianos.

²⁸ Essa parte da História de Marau, já foi relatada por diversos historiadores do município e pela população mais antiga em geral. Como principais obras citamos: BERNARDI, Francisco. *História de Marau*. Uma comunidade laboriosa. Marau: Gráfica Editora Pallotti, 1992. FRIPP, Luis Eduardo. *Marauvilha para sempre*. s/d. Além de Clélia Bortolini, em várias reportagens e artigos de jornais.



Ilustração 2: Mapa do município de Marau atualmente. Fonte: Bernardi, Francisco. Op., cit., p. 135.

Os colonizadores italianos encontraram em terras marauenses algumas comunidades que davam vida a essa localidade, com sua cultura e produção em ritmo muito próprio.

Falamos de um passado para além de 100 anos, quando nenhum traço de italianidade se misturava ao povo originado de índios, portugueses, espanhóis e negros, miscigenados em mulatos, caboclos e cafuzos.

O território que formaria o quinto distrito dividia-se em áreas de campos e de florestas. Os campos de mato, rios e arroios, favoreciam a atividade pastoril. As florestas, banhadas pelos rios Marau e Capingüi e seus arroios, proporcionavam extração de madeiras, de pinhões para engorda de suínos e de erva-mate.

O Tope situa-se nos campos à oeste, próximo à divisa com Ibirapuitã e Nicolau Vergueiro, e nele residiam estancieiros, alguns imigrantes de nacionalidade alemã, francesa, genovesa e italiana e as autoridades do Distrito: o subintendente, o juiz que presidia casamentos e julgava pequenas causas, o escrivão, o padre.²⁹

²⁹ A região do Tope pertencia, antes da emancipação de Marau, ao município de Soledade, e apenas uma parte ao distrito de Marau.

A importância do Tope dava-se em função da antiga estrada entre Passo Fundo e Soledade. Era lugar de pouso dos tropeiros de cavaleiros e muaras e dos mercadores que transportavam os produtos da terra em velhas carretas de duas rodas, puxadas por quatro juntas de boi. Também se tornou trajeto de revolucionários e legalistas durante a Revolução Farroupilha. Na Revolução Federalista foi passagem estratégica e palco de operações de maragatos e chimangos, interrompendo o trabalho do Correio, que levava a cavalo, uma vez por semana, a correspondência e os jornais entre Passo Fundo e Porto Alegre.³⁰

A região era habitada e percorrida por proprietários de estâncias, peões ou tropeiros de mulas, percorrendo as regiões que iam de São Gabriel, São Sepé, Santa Maria, Alegrete, Cachoeira do Sul até União da Vitória, entre outras, à procura de muaras, em viagens que duravam de 70 a 80 dias. As tropas reunidas eram conduzidas para o Tope e negociadas com os colonizadores italianos de Campo dos Bugres (Caxias do Sul), Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves), Colônia de Alfredo Chaves (Veranópolis), entre outras.³¹

Em tempos de conflitos, esses moradores abandonavam suas atividades para lutar, ora em defesa das fronteiras da nação, ora em revoluções civis. Há muitas histórias, infelizmente ainda não registradas, sobre a participação dos habitantes da localidade do Tope, desde a Revolução Farroupilha.

Tedesco justifica as mudanças que começaram a ocorrer no Rio Grande do Sul, nos anos finais do século XIX, com o auge da imigração, e o fim da predominância da pecuária, que trouxe novas características para a região em estudo:

(...) na região de Passo Fundo, nas primeiras décadas do século XX, havia uma forma tradicional de produzir na agricultura, expressa na utilização intensa de recursos naturais (...), na utilização de mão-de-obra familiar, na combinação entre produção e consumo familiar, sendo o excedente o que restava dessa relação. Os instrumentos de trabalho eram fabricados na própria unidade ou no espaço regional por profissionais existentes no local; havia o uso intensivo de trações animais e forças de trabalho humana; saberes eram produzidos internamente e reproduzidos pelas gerações passadas e futuras; usavam-se a água e o vento como geradores de energia; praticava-se a policultura a fim de obter os alimentos consumidos internamente (...); havia uma organização funcional do espaço doméstico associado entre a casa, a horta, os galpões, o chiqueiro, o galinheiro, o pomar, o potreiro... Essa organização do espaço obedecia a uma logística de funcionamento centrada na casa, em sua convergência.³²

³⁰ BORTOLINI, Clélia. Op., cit., Entrevista com a autora em 12/10/2006

³¹ Idem.

³² TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições do desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo*. Passo Fundo: EDIUPF, 2002, p. 80.

Continuando com as colocações de Tedesco, que exemplificam de maneira clara as mudanças que ocorreram na região:

Esse processo foi, aos poucos, perdendo espaço para uma outra forma de organização produtiva e relacional em geral. O esgotamento dos solos, a necessidade de fragmentar a unidade (...), o baixo preço dos produtos agrícolas, a inovação e as facilidades trazidas pelos comerciantes, as pressões por tornar a atividade rural uma atividade empresarial com uso intensivo de máquinas e de produtos comercializáveis vincularam o agricultor não mais só ao comerciante (agora urbano), mas ao banco, à cooperativas, às agroindústrias, ao urbano em geral.³³

Em 10 de janeiro de 1916 foi criado o quinto distrito de Passo Fundo, considerado importante colônia e celeiro do município, com 2500 habitantes, que recebeu o nome de Marau. Seu núcleo populacional mais antigo e importante era o Tope, seguido pela vila de Marau, habitada por imigrantes e descendentes de italianos.

Assim começou a história da colonização de Marau sob a perspectiva do elemento branco, imigrante, porém não podemos esquecer que anteriormente a esses, já temos outros colonizadores na região. Em 1904 chegaram os primeiros colonizadores italianos e em 1912 o governo criou a “Colônia de Marau”. E a cultura italiana, foi a que demarcou as origens do atual município de Marau, sendo a que hoje é mais fortemente lembrada e tida como principal, porém, concordamos que:

A italianidade dos descendentes, manifestada hoje, nada tem a ver com o nacionalismo italiano. É apenas uma manifestação cultural nativista. É uma manifestação da italianidade vivida nas colônias do Rio Grande do Sul. É um relembrar, uma forma de homenagear e de reviver a vida, os costumes, as festas, as canções, enfim o universo cultural que existia no Rio Grande do Sul e na zona de colonização italiana. É a reprodução da vida italiana daqui e não da vida italiana de lá. Para nós, descendentes de italianos, a Itália daqui, é uma experiência de vida, uma lembrança da infância; a Itália de lá é apenas uma curiosidade.³⁴

Após alguns anos, como quinto distrito de Passo Fundo, a vila de Marau, seus representantes e moradores começaram a pensar na possibilidade de transformaram-se em município, devido, principalmente, ao fato de apresentar grande desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico tende, no geral, a demarcar posicionamentos políticos. Quando tal realidade ocorre no âmbito restrito de um município, as facções políticas orientam-se a partir das determinações da política regional ou nacional. Como Marau foi

³³ Idem, p. 80-81.

³⁴ MANFROI, Olívio. Op. cit., p. 15.

um distrito que se destacou no cenário de Passo Fundo, em sua época de emancipação, os alinhamentos seguiam, com peculiaridades aqueles verificados no país, que vivia a democratização pós-Estado Novo, com o também novo, sistema partidário.

Para traçarmos o perfil político de Marau, faremos antes uma breve incursão no cenário nacional da época tão visitado pela historiografia política contemporânea.

1.4 Vésperas da emancipação: o cenário político nacional.

Os trabalhos sobre política e partidos políticos, apesar de alguns historiadores, que falaram do fim dos mesmos, continuam chamando atenção, por serem temas ainda cercados de certa mística, que envolve as pessoas e suas paixões. Maria Victoria Benevides afirma que a discussão sobre partidos políticos, de tempos em tempos entra em cena, e quase sempre com orientações diversas, mas via de regra, como um objeto “maldito”, pois desde o século XIX criou-se uma tradição de ordenar os partidos políticos, especialmente pelas interpretações ideologizadas e menos científicas que deles se fizeram.³⁵ O período que nos propusemos a estudar, pode ser ressaltado com um dos que mais têm produzido interpretações ao longo do tempo.

É retomando Lucília Delgado que buscamos as referências do significativo ano de 1945, marco inaugural do processo democrático brasileiro, e conseqüentemente das disputas políticas que se desenrolaram na região de Passo Fundo:

A história movimenta-se através de ritmos, que adquirem velocidade peculiar conforme as conjunturas e as forças políticas e sociais que nelas atuam. Ritmos que, portanto, são em determinadas fases mais lentos e, em outra, mais acelerados. O ano de 1945 no Brasil, assim como no mundo, foi marcado por uma série de acontecimentos, que aceleram o ritmo da História. Contudo, apesar de muitas e significativas mudanças terem se processado no cenário nacional naquele curto período de um ano, a marca do paradoxo foi a característica mais pungente daquela conjuntura. Paradoxo traduzido pela dicotomia de continuidade na transformação ou, mais precisamente, de transformações com permanências.³⁶

Ou seja, apesar da saída de Getúlio Vargas do poder, houve uma continuidade, pois o presidente eleito, General Eurico Gaspar Dutra, foi apoiado, mesmo a contragosto, pelo

³⁵BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 151

³⁶DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op., cit., p. 131.

antigo chefe do período de 1930 a 1945, “se em 1945 foi deposto o Presidente Vargas, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo”.³⁷

Getúlio Vargas se viu praticamente obrigado a apoiar seu ex-ministro da guerra, pois, conforme Benevides:

Dutra era o candidato do chefe do Estado Novo, o qual, apesar do 29 de outubro, mantinha sua estrutura praticamente intocada. Este apoio de Getúlio ao seu ex-Ministro da Guerra ainda não foi bem explicado. Há indicações de que Getúlio, ressentido com o golpe, não queria apoiar Dutra; (...) o fez em troca do compromisso de que Dutra nada faria apurar sobre as corrupções e violências no Estado Novo, além de manter sua legislação social.³⁸

Os partidos políticos que se formaram em 1945 eram basicamente de apoio a Vargas (PTB e PSD) ou antivarguistas (UDN). Outros partidos menores surgiram, porém, sua força dependia das alianças e coligações que faziam. Segundo Miguel Bodea, “Para Vargas, o PTB era, em certo sentido, um partido para o futuro. Sua função maior seria desempenhada numa etapa posterior ao próprio governo empossado em 1950”.³⁹ Essa colocação ressalta a argúcia de Vargas, já tantas vezes estudada e revelada em diversas bibliografias, segundo as quais, Getúlio sempre antevia o que devia fazer, e agia já pensando no futuro, na sua permanência no poder.

É importante a retomada desse período anterior, ou seja, 1945, para entender os fatos que se desenrolaram depois, nas disputas e nas coligações entre os diferentes partidos, que na região, muitas vezes, apresentou características peculiares, e forte enfrentamento. “A evolução de um partido político está também intimamente ligada ao momento de sua fundação e ao modelo que lhe deu origem. Ou seja, a origem de um partido, apesar de ser tema pouco explorado pela literatura recente, é (...) um fator explicativo importante para o entendimento de sua consolidação.”⁴⁰

³⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op., cit., p. 64.

³⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op., cit., p. 57.

³⁹ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 157.

⁴⁰ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 17

Mercedes Maria Loguercio Cánepa, justifica a permanência de algumas instituições e atos comuns durante o Estado Novo, que continuaram após o fim do mesmo:

Como tem sido observado, seria ingênuo pensar que no período em estudo o sistema democrático-representativo tenha operado sem limitações. Ao contrário disso, sabemos perfeitamente que as estruturas autoritárias do período anterior persistiram, em grande parte, ao longo do período democrático-representativo, contribuindo dessa forma para retardar o processo de institucionalização do sistema partidário.⁴¹

Decorridos mais de sessenta anos, do fim do Estado Novo e da ordem subsequente, ainda produzem interpretações inovadoras sobre este período histórico, como os estudos sobre o quererismo e o imaginário trabalhista pelo historiador Jorge Ferreira, além, é claro, da própria Lucília Delgado:

De fato, a transição política do Estado Novo à nova ordem democrática foi permeada por contradições, e adquiriu feição peculiar e instigante, que tem alimentado divergências analíticas e desafiado historiadores e cientistas políticos que se dedicam ao objetivo de interpretá-la. Processada sem a pressão de qualquer movimento contestatório liderado por amplas bases sociais ao regime que entrava em derrocada, pode ser considerada como um marco de ruptura que apontou alternativas de transformação do antigo regime político. Simultaneamente, pode ser entendida como um marco de permanência na mudança, principalmente em relação ao mercado econômico e às condições de regulação da força de trabalho.⁴²

Maria do Carmo Campello de Souza também nos fornece uma explicação para as mudanças do pós-Estado Novo: “Com o estabelecimento do regime democrático em 1945, o eixo polarizador em torno do qual se estruturam os dois grandes partidos nacionais foi o sistema de interventorias. Os políticos que se encontravam na liderança das interventorias formaram o PSD, os que haviam sido desalojados formaram a UDN”.⁴³

A mística em torno dos partidos continua presente, principalmente com diversos trabalhos continuamente sendo publicados sobre o tema. Muitos trabalhos na bibliografia brasileira, seguidamente aparecem, sendo que, grande número referem-se ao PTB, devido a sua longa trajetória, e à sua reorganização, após o fim do Regime Militar. Maria Celina D’Araújo tem uma explicação para o porquê desse retorno seguido ao partido:

⁴¹ CANEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 66.

⁴² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op., cit., p. 131.

⁴³ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op., cit., p. 41.

o (...) PTB foi o partido que mais cresceu eleitoralmente de 1945 até 1962 – data das últimas eleições nacionais anteriores ao golpe militar de 1964.(...) consolidou-se associado a uma crescente atuação na área sindical e a uma prática governista, o que lhe rendeu certa plasticidade, permitindo identificá-lo como um ‘partido dos pobres no poder’. (...) foi, de 1945 até 1964, o principal aliado na coalizão de poder que elegeu e sustentou a Presidência da República. (...) foi o centro eleitoral de irradiação de uma ideologia nacionalista que demandava ‘mudanças estruturais’. (...) o PTB se tornou o principal fórum de agitação e debate do ideário nacionalista e das reformas de base. (...) o partido era governo em 1964 quando o golpe militar interrompeu o regime da Constituição de 1946. Nessa condição passou à história como a principal vítima da quebra da legalidade.⁴⁴

Sandra Mara Benvegnú, ressalta que embora o PTB tenha sido um partido de origem estatal, nasceu fraco, devido à dificuldade de transformar dirigentes sindicais em dirigentes partidários. “Essa experiência trouxe ao partido em seus momentos iniciais, instabilidade e desorientação”.⁴⁵

O Rio Grande do Sul, no contexto desse período, tornou-se um estado referência, particularmente por ser a terra natal da principal figura do período, Getúlio Vargas. Segundo Marli Baldissera, “A figura de Vargas que seria o ponto forte do PTB nacional, foi muito mais forte no Rio Grande do Sul”.⁴⁶

Mercedes Maria Loguercio Cánepa, tem algumas explicações para esse diferencial do Rio Grande do Sul, no contexto da política nacional do período:

certas características aparentemente peculiares ao sistema partidário gaúcho, se comparado ao nacional, emprestam-lhe, neste período, certa singularidade, importante quando se trata de examinar o papel dos partidos na articulação dos níveis. (...) já em 1947, nas eleições para a Assembléia Legislativa, o PTB emerge como a maior força política do Estado, posição esta que ocupará até o final do período; o PSD, segunda força no Estado, sofre no Rio Grande do Sul o que se tem chamado processo de ‘udenização’, integrando-se às forças representativas do antivarguismo (...) contrariamente à cúpula nacional do partido. (...) merece ainda destaque a alternância observada nas eleições para o governo estadual, onde sempre ganhou a oposição.⁴⁷

Ainda segundo a mesma autora, vemos que as explicações sobre o diferencial do Rio Grande do Sul, quando diz que o Estado, não era importante do ponto de vista econômico, mas tinha muita representatividade no campo político, estando seus representantes presentes em todos os momentos importantes do período em estudo.

⁴⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina. Op., cit., p.15.

⁴⁵ BENVENGNÚ, Sandra Mara. Op., cit., p. 16.

⁴⁶ BALDISSERA, Marli de Almeida. Op., cit., p. 35.

⁴⁷ CANEPA, Mercedes Maria Loguercio. Op., cit., p. 70/71

Também havia uma forte oposição a Vargas, não só no Estado, mas em todo o Brasil, através da UDN, conforme Bodea:

Do lado da oposição a Vargas e ao Estado Novo forma-se uma grande frente liberal-democrática que incluía, desde setores oligárquicos até representantes da burguesia liberal urbana e elementos da esquerda não-comunista, que ficariam conhecidos como Esquerda-Democrática. Esta frente se cristalizou em torno da União Democrática Nacional (UDN), que se transformaria em um dos grandes partidos do período 1945-64.⁴⁸

Com certeza, todos esses acontecimentos em nível nacional afetaram o cotidiano político gaúcho e o contexto regional, as relações e o cotidiano, inclusive no que se refere ao campo que nos propusemos a trabalhar: a política. Porém, no curto espaço de uma dissertação de mestrado, é impossível retomar na íntegra todas as possíveis correlações, portanto, serão apenas feitas relações a eles, quando forem de extrema importância, e tiverem vinculação direta com os fatos em questão.

Segundo Elenice Szatkoski, justificando a escolha do tema, “todos nós já sabemos que a história política é um dos campos mais indigestos para os estudos históricos, pois facilmente envolve posturas de crença partidária, ou falta de recursos conceituais na história”.⁴⁹

O processo de emancipação político-administrativo de distritos de seus respectivos municípios, nem sempre é tranqüila ou fácil. Muitas vezes ocorrem divergências, devido ao fato de a perda de um distrito ocasionar perda de território, de quantidade demográfica, de número de eleitores, além de perda de retorno financeiro pelos impostos que passam a ficar no novo município que se forma, e não mais no município de origem. E isso aconteceu visivelmente no processo emancipatório marauense, que só conseguiu se tornar município na segunda tentativa.

Além do fato de o distrito de Marau ser o que mais dava retorno financeiro, através de tributos, ao município de Passo Fundo, havia também uma antiga rivalidade político-partidário, pois o distrito era um reduto do PSD, enquanto em Passo Fundo o PTB coligado com a UDN, estava no comando tendo assumido a prefeitura no período em que o distrito de Marau começou a pensar na sua emancipação: “As perseguições e disputas políticas por poder entre partidários do PSD e PTB, principalmente, originaram-se no pós-45, quando do

⁴⁸ BODEA, Miguel. Op., cit., p. 14/15

⁴⁹ SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: EDIUPF, 2003, p.10.

processo de redemocratização do Brasil (...). Esses dois partidos, coligados com o PRP, PL, PDC ou UDN, congregavam alianças e disputavam as eleições tanto em nível regional como no local”.⁵⁰

Conforme a colocação acima essas disputas e desavenças entre os partidos não eram recente, e nem surgiram no período em que Marau começa a gerir sua emancipação. Embora anterior, a disputa maior tem início em 1945, quando, a partir da Lei Agamenon, se formam os três principais partidos de nível nacional, conforme explica Boris Fausto:

No ano decisivo de 1945, surgiram também os três principais partidos que iriam existir no período 1945-1964. A antiga oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, adversária do Estado Novo, formou, em abril, a União Democrática Nacional (UDN). (...) A partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio e dos interventores nos Estados, surgiu o Partido Social Democrático (PSD), em junho de 1945. Afinal, em setembro de 1945, foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a inspiração também de Getúlio, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical. Seu objetivo era o de reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista.⁵¹

Temos na visão de Lourdes Sola, uma continuidade das explicações sobre a origem e a ideologia dos três partidos:

O Partido Social Democrata (...) era integrado pelas oligarquias rurais, por industriais e banqueiros habituados com as negociações com o governo central (...). O PSD seria detentor de uma vigorosa máquina eleitoral, reforçada pela larga experiência do jogo político. (...) O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mobilizava a burocracia sindical, ligada ao trabalhismo, sob a direção de seus criadores (...). O governo procurava organizar assim, agora sob forma partidária, um dos outros pólos em que se baseara seu prestígio, as camadas populares urbanas, que passaram a representar um conjunto significativo de votos. A ideologia populista desse partido mantinha e reforçava a tradição inaugurada por Vargas. A União Democrática Nacional (UDN), fundada em 1944, reunia os elementos antivarguistas.⁵²

Outro partido presente no período, e que tinha alguns representantes no distrito, embora sem grande expressão é o Partido de Representação Popular (PRP), conforme Gilberto Grassi Calil:

Mesmo sem ter alcançado a dimensão eleitoral dos maiores partidos do período, o PRP desempenhou um papel importante no sistema político. Definindo-se como partido

⁵⁰ SZATKOSKI, Elenice Op., cit., p. 237.

⁵¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 385.

⁵² SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva: Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difel (Difusão Cultural), 1984, p. 280/281.

ideológico, arregimentou uma militância expressiva e deteve um eleitorado fiel. Como partido fortemente hierarquizado e disciplinado, conseguiu valorizar sua intervenção política, tendo algumas vezes decidido o resultado de eleições pelas coligações que realizou com praticamente todos os partidos políticos.⁵³

Continuando com as explicações sobre o Partido de Representação Popular transcrevemos de Miguel Bodea, a seguinte afirmação, “O PRP, partido de ideologia direitista, teria pouca influência nos centros urbanos, mas algumas fortes bases regionais em áreas de colonização alemã e italiana no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.⁵⁴

Em Marau, o PRP apresentava-se, e tinha presença, devido à características referidas acima, ou seja, , por ter ligação com os pequenos agricultores e com as regiões coloniais. Conforme as explicações de Gilberto Grassi Calil: “Nos estados do sul, onde o minifúndio agrícola ocorre principalmente nas áreas de colonização alemã e italiana, os pequenos agricultores foram a principal base eleitoral do partido”.⁵⁵

Grassi afirma ainda que:

Nas pequenas comunidades de agricultores, o partido oferecia-lhes ‘proteção’ contra os tradicionais adversários da ‘colônia’ e também contra o ‘perigo comunista’. Procurando atrair setores médios urbanos e pequenos proprietários rurais, o partido expressava seus anseios e seus temores. Os principais elementos presentes em seu projeto político (nacionalismo, municipalismo, espiritualismo) tinham grande ressonância nesses setores.⁵⁶

O Partido Comunista do Brasil, PCB, também conseguiu sua autorização em 1945, porém essa foi cassada em 1947, bem como o mandato dos deputados federais eleitos pelo mesmo. Assim, o partido passou a atuar na clandestinidade, sendo que muitos dos seus correligionários acabaram se filiando aos partidos autorizados. Porém, segundo Lucília Delgado, o PCB apresentava um diferencial, por ser um partido que, embora durante o Estado Novo atuar na ilegalidade, tinha um longo passado, como partido nacional, diferente dos demais, de atuação regional:

No novo sistema partidário, o Partido Comunista apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. (...) por ter sido fundado em 1922, (...) era um partido de atuação histórica bastante anterior ao novo sistema. (...) apresentava-se, desde a sua

⁵³ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no pós-guerra*. A formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 15.

⁵⁴ BODEA, Miguel. Op., cit., p. 16.

⁵⁵ CALIL, Gilberto Grassi. Idem.

⁵⁶ Idem, p. 208-212

fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, com fortes laços internacionais.⁵⁷

Neste período a cassação dos direitos políticos do PCB acabou sendo decisiva para que os demais partidos pudessem atuar mais livremente, sem preocupar-se com as massas, a não ser quando precisavam dos seus votos.

As coligações não eram características exclusivas do PRP, mas de praticamente todos os partidos, mesmo os com ideologia completamente distintas. Veridiana Tonini ressalta que o estudo desse período é importante, pelo fato de que após o fim do Estado Novo e início da democratização, os partidos que voltaram à ativa e especialmente os novos, o fizeram com força total, a fim de conseguir um espaço significativo. Isso levou a diversos “conchavos e acordos”, mesmo entre partidos sem afinidade ideológica.⁵⁸

Francisco Iglesias também tem uma justificativa para o porquê dessas coligações, que ainda hoje ocorrem, “Uma constante na política nacional é a conciliação. Para a defesa de seus interesses, os grupos dominantes entram sempre em acordo, evitam rupturas e se compõem, de modo a se perpetuarem”.⁵⁹

Porém, embora tenham surgido novos partidos, e uma nova estrutura política, a situação continuou no governo, com a vitória de Dutra, conforme já ressaltamos.

Além de a *situação* continuar no poder, a maior parte dos partidos não abriu mão de uma atitude e característica do governo Vargas, que é a do clientelismo, conforme Maria do Carmo Campello de Souza: “O essencial, portanto, é que o grau em que os partidos brasileiros do período 1945-1964, indistintamente, se alimentam do clientelismo e fazem dele uma estratégia de aquisição e consolidação de poder pode ser tomado como indicador dos obstáculos à institucionalização do sistema partidário como um todo”.⁶⁰

Apesar de Getúlio Vargas ter sido deposto em 1945, e logo em seguida, terem sido realizadas as eleições, pode-se considerar, segundo Boris Fausto, que o Presidente retirado do poder, saiu vitorioso nas eleições, pois, “beneficiando-se da lei eleitoral, concorreu ao mesmo tempo ao Senado em cinco Estados. Elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo e deputado em sete Estados, engrossando a legenda do PSD e do PTB”.

⁵⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op., cit., p. 135.

⁵⁸ TONINI, Veridiana M. Op., cit., p. 28/29.

⁵⁹ IGLESIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil 1500-1964*. Companhia das Letras, 1993, p. 206-207.

⁶⁰ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op., cit., p. 35.

As análises do período demonstram claramente que ao nível regional havia uma forte disputa PTB/antiPTB conforme demonstra Elenice Szatkoski:

As análises sobre o período do multipartidarismo no Rio Grande do Sul têm enfatizado que a polarização partidária não se manifestava apenas nas eleições para o governo do estado e para o senado, mas reproduzia-se também nas coligações locais, fomentando uma competição bipartidária de fato por trás do sistema formalmente multipartidário. A polaridade PTB/antiPTB representava o perfil dominante do período, com a tendência a aglutinar mais partidos à medida que a força do PTB se expandia.⁶¹

Temos então que no Rio Grande do Sul, o PSD era que manifestava maior receio em relação ao PTB, e isso se explica pelo crescimento que o mesmo vinha tendo no estado, onde a aliança entre os dois, que ocorria no restante do país, não se viabilizou. Conforme Marli Baldissera:

No Rio Grande do Sul, estado natal de Vargas, o PTB foi mais representativo e estruturou-se melhor como partido. Além de ser hegemônico no Estado, o partido diferenciava-se da linha nacional por apresentar singularidades regionais, visto que no Estado, em razão da fraqueza dos industriais e da forte oposição dos setores agrários, o pacto populista era mais difícil.⁶²

Segundo Clélia Bortolini as eleições municipais de 1947, quando Marau era o 5º Distrito de Passo Fundo, marcaram o início de antagonismo político, – oposição de idéias entre duas frentes que se opunham de forma apaixonada – PTB/esquerda e PSD/direita. Esse antagonismo iniciou ainda quando Marau era distrito, e perdurou após a emancipação, podendo ser notada até a atualidade, Isso porque, em 1945, conforme já assinalamos, Getúlio Vargas, então Presidente do Brasil, armou um jogo político: estimulou a criação do PTB, sigla de trabalhadores e comprometida com o social, e também deu aval aos PSD, partido da direita, comprometido com a elite empresarial. No momento em que concorriam entre si, mantinham e reforçavam a existência de situação/oposição. Entravam nas comunidades dando impulso à paixão partidária, tanto que pertencer a um dos partidos, ‘tomar partido’ era a única forma de assegurar respeito e cidadania. Ninguém podia ficar ‘em cima do muro’.⁶³

O jornal *O Nacional*, do município de Passo Fundo, aproveitava-se dessa disputa, para divulgar charges bem-humoradas, a respeito do desejo marauense de emancipação e de

⁶¹ SZATKOSKI, Elenice. Op., cit., p. 44.

⁶² BALDISSERA, Marli de Almeida. Op., cit., p. 34-35.

⁶³ BORTOLINI, Clélia. Op., cit., entrevista com a autora em 12/12/2006.

um dos líderes políticos mais importantes da cidade, Elpídio Fialho, como a seguinte, que retivemos o texto:

- Quando conquistarmos a emancipação de nossa terra, mandaremos construir o Arco do Triunfo...
- E levantaremos um monumento à nossa Joana D'Arc, representada na figura do mais votado em Fialhópolis...⁶⁴

Segundo Bortolini, os *petebês* eram chamados de “cruz na testa” pela simpatia com as causas sociais e os direitistas, ou correligionários do PSD, carregavam a bandeira do “progresso” econômico dos donos do capital. As eleições, a partir de 1947, ganharam uma agitação típica de enfrentamento: discussões criavam um cenário de espetáculo popular.⁶⁵

Os candidatos eram escolhidos cuidadosamente, de modo a evitar rumores. Começaram a circular na vila e no interior caminhões com alto-falantes, carregados de eleitores, estouros de rojões, bandeirolas, cartazes e as músicas de cada candidato eram feitas para empolgar. As intrigas dos cabos eleitorais aumentavam o fanatismo. As rádios, antes de a propaganda política ser regulada, usaram suas frequências para promover os candidatos da simpatia de seus proprietários e locutores. Aos que se opunham, quando queriam usá-las, eram cobradas altas taxas pelos espaços. Há comentários de que houve até corte de luz para prejudicar determinadas candidaturas.

Marau teve uma característica incomum para o curto período de cinquenta anos da data de sua emancipação político-administrativo – em 12 eleições, manteve no poder o PSD em oito disputas consecutivas e uma intercalada, mais precisamente os grupos políticos que nele se abrigaram e, que mais tarde vieram a compor a ARENA, depois PDS, PPB e, atualmente PP, Partido Progressista. Fez coligações com o PDT, PFL, PTB (essas coligações, ocorridas mais recentemente). Porém, essa permanência, pode ser entendida e justificada, pelo fato de a ARENA, ser o partido de situação durante a ditadura militar.

O PTB, ou seus grupos, após 1964, passaram a atuar no MDB e no pós-ditadura no PMDB, venceu as eleições três vezes, formando coligações com PDT, PCdoB, PSB, PT e PTB.

⁶⁴ Jornal *O Nacional*, 13/08/1948. O vereador Elpídio Fialho, foi o mais votado no município de Passo Fundo, nas eleições de 1947, sendo, por isso, presidente da Câmara de Vereadores.

⁶⁵ BORTOLINI, Clélia. Idem.

Essa rivalidade levou a diversos enfrentamentos, alguns deles resultando em processos judiciais, devido ao fato de os correligionários passofundenses do PTB, quando das suas vitórias, virem até o distrito de Marau⁶⁶, comemorar, de forma bastante enfática, com lançamento de diversos foguetes, inclusive contra o Convento, que era dirigido pelo Frei Victorino Villasboas Vian⁶⁷, importante figura do período, por sua forte ligação com a política, ameaçando, inclusive de excomunhão os fiéis que não seguissem seus conselhos na hora do voto. Frei Victorino era partidário do PSD, e defendia veementemente seus candidatos, principalmente Elpídio Fialho, que no início do período estudado, era presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo. Elpídio Fialho, como presidente da Câmara, fazia forte oposição ao governo municipal, cujo prefeito era Armando Araújo Annes (1947-1952), da coligação PTB/UDN, sendo que o mesmo pertencia à UDN, sendo substituído por Daniel Dipp (1952-1956), que era do PTB e foi vice-prefeito na gestão de 1947-52. Essa antiga rivalidade continuou bastante acirrada em todas as disputas eleitorais marauenses, e, atualmente, mesmo com outra estruturação partidária, seus seguidores, muitos descendentes das primeiras lideranças envolvidas com a política no distrito, ainda rivalizam a política local.

Além dessa rivalidade, se verifica certo preconceito racial, bastante comum, ainda hoje, por parte dos descendentes de imigrantes italianos, em relação aos que eles chamavam de brasileiros, que coincidentemente, faziam parte do PTB. Segundo Elenice Szatkoski “Também havia regional e historicamente, um preconceito segundo o qual os partidários do PTB eram considerados a ‘negrada’. Dizia-se também que ‘aquele sujeito era petebê’ como manifestação de desprezo, termo pejorativo, denotando falta de qualidade pela sua postura ideológica e política”.⁶⁸ Salientamos também, que esse preconceito não era exclusividade de Marau, mas verificado em quase todo o país.

O PSD, como partido mais conservador, vinha perdendo espaço, para os novos partidos, como o PTB e a UDN, daí sua necessidade de se manter forte no interior e nas regiões de colonização, já que nos grandes centros, mais industriais e comerciais, os outros partidos

⁶⁶ O centro de Marau fica distante do centro de Passo Fundo 32 km, sendo que apresentava no período, características comuns a todas as cidades pequenas, todos os prédios importantes (igreja, escola, subprefeitura), ficam próximos uns dos outros.

⁶⁷ O nome Victorino aparece nos documentos grafados de diversas formas, bem como o sobrenome, optamos por utilizar Victorino Villasboas Vian.

⁶⁸ SZATKOSKI, Elenice. Op., cit., p. 185.

vinham se sobressaindo. “O declínio da força eleitoral dos partidos conservadores, leva-os a uma dependência provavelmente crescente em relação às regiões menos desenvolvidas, e possivelmente, sobretudo no caso do PSD, a uma crescente ‘representatividade’ em relação ao interior”.⁶⁹

Essa diferença se explica pelo fato de o distrito de Marau ter sido colonizado por imigrantes italianos, mais conservadores, ligados à terra, sem uma tradição trabalhista, enquanto Passo Fundo já era um município relativamente grande, com indústrias, comércio, relativamente desenvolvido, e grande número de operários.

Outra característica que temos que levar em conta diz respeito à participação da igreja católica que era muito marcante nas regiões colonizadas por imigrantes, para quem os partidos trabalhistas e socialistas representavam o perigo do comunismo, que devia ser combatido a qualquer custo, sobretudo no período de estudo, de plena guerra fria. E em Marau não era diferente, sendo que havia no município uma forte presença dos freis capuchinhos, inclusive com um convento, que formou diversos dos freis que atuaram na própria paróquia. Carla Simone Rodeguero, explicita claramente, como se dava a construção desse imaginário anticomunista:

O imaginário anticomunista expressava-se pelo meio da utilização intensa de elementos simbólicos, formulando definições que se apropriavam, na maioria das vezes, de expressões com sentido conotativo (...) como a do diabo, do demônio e de Satanás, para identificar os comunistas. Falava-se no demônio vermelho, nas crueldades diabólicas do comunismo, no mundo dividido em dois campos – o de Deus e o de Satanás.⁷⁰

Esse medo em relação ao comunismo se justifica pelo crescimento político que o mesmo vinha adquirindo no período. Embora tenha sido cassado em 1947, o PCB e seus simpatizantes continuaram agindo na ilegalidade, gerando pavor entre os representantes do clero.

Nesse período também foram fundados os jornais de Marau, que embora não tivessem muita força, apresentavam algumas reportagens falando do comunismo e da necessidade de combatê-lo. Essa era uma característica comum em todas as regiões do Estado e mesmo do país, por parte da igreja católica, que temia perder seus fiéis.

⁶⁹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op., cit., p. 153.

⁷⁰ RODEGUERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2ª edição. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 33.

O apelo a imagens com forte conteúdo simbólico tinha como objetivo provocar um impacto maior nos leitores ou ouvintes e demarcar bem o campo dos posicionamentos, das ações e projetos de cada um dos lados: o cristianismo e a Igreja com Deus; os comunistas com o diabo. A recorrência à imagem do diabo tinha a ver também com a tradição cultural, ocidental e cristã, na qual os intelectuais católicos buscavam elementos para enfrentar os inimigos que se opunham à Igreja.⁷¹

Seguindo com a mesma autora, temos a explicação de que neste período, o anticomunismo foi usado como uma forma de prevenção, frente aos perigos que a nova ordem política poderia representar. Ou seja, para frear as liberdades que o capitalismo poderia representar, a igreja católica utilizou o anticomunismo como contraponto.⁷²

Já segundo nos coloca Veridiana Tonini, as “questões políticas continuam sendo objeto de grandes discussões, sobretudo quando se referem ao envolvimento da Igreja Católica com partidos de características totalitárias ou simpáticas a essas.” E em Marau não foi diferente, pois a igreja católica, que no município era representada pelos freis da ordem dos capuchinhos, em especial, no período, o frei capuchinho Victorino Villasboas Vian apoiava o partido que estava na situação, dentro do distrito, ou seja, o PSD, e era totalmente contra o partido do prefeito do município de Passo Fundo no período, Armando Araújo Annes, que era da UDN, coligada ao PTB.

Veridiana Tonini aprofunda ainda mais o estudo da ação da igreja católica ao longo do tempo, justificando a ação da mesma, pelo fato de estar perdendo espaço e fiéis no Estado, num lento processo de laicização.

Quanto à questão da igreja católica, é esclarecedor, também, o seguinte trecho da mesma autora, sobre as instituições e mecanismos criados por ela, para recuperar seu espaço ou mantê-lo nas regiões onde tinha forte atuação, como era o caso das áreas de colonização imigrante:

Nesse período, a Igreja também buscou um espaço político fortificando sua ação em meio aos imigrantes. Ressalta-se a criação, em 1932, da Liga Eleitoral Católica (LEC), que funcionaria como coordenadora das forças eleitorais para a escolha de candidatos que defendessem os interesses da Igreja. A LEC passaria a ter um papel de mecanismo suprapartidário, amparado pela ajuda da Ação Católica, que se destacava no trabalho com leigos e buscava levar a mensagem da Igreja ao campo social.⁷³

⁷¹ RODEGUERO, Carla Simone Op., cit., p. 33-34.

⁷² Idem, p. 58-59.

⁷³ TONINI, Veridiana M. Op., cit., p. 22.

No distrito, essas ligas participaram ativamente, junto à igreja, pelo fato de não haverem freis para atender todas as comunidades do interior, teve grande importância o auxílio das pessoas leigas, agindo de comum acordo com o frei, que segundo as diretrizes da LEC, indicava os candidatos afinados com seus postulados.

Continuando os esclarecimentos sobre a participação da igreja católica, julgamos importante o seguinte trecho de Veridiana Tonini, pois os fatos por ela colocados tiveram destaque e ocorreram no distrito de Marau:

Diante disso, fica claro que a Igreja adotava estratégias envolvendo a família e instituições educacionais e, no Rio Grande do Sul, também estratégias políticas, como o apoio ao Estado positivista para conquistar seu espaço. (...) a Igreja buscou na sociedade rio-grandense, manter-se no poder com uma estratégia que se assentava no tripé: combate ao materialismo, através da boa imprensa, organização de associações de senhoras, de estudantes e aproximação com o operariado pela organização dos Círculos Operários. Portanto, houve intenso interesse da Igreja em redimensionar seu papel junto à sociedade e, especialmente, entre os jovens, pois considerava-se representante de todos, além de almejar reconquistar sua hegemonia.⁷⁴

Após o delineamento do que estava ocorrendo no cenário político nacional vamos lançar nosso olhar mais atentamente para o que vinha ocorrendo na região de Passo Fundo e Marau.

1.5- Vésperas da emancipação: agitação política e econômica no cenário local.

Entre os anos de 1945 e 1954, a vila de Marau vivia um período de efervescência social e política sem precedentes, especialmente pela expectativa de sua emancipação de Passo Fundo.

Havia em torno de três mil moradores e quase trezentas casas perfilavam-se nas ruas de chão batido.

Na zona rural 6.000 agricultores produziam a riqueza de Marau. Porém, o tempo heróico do desbravamento findara. Nos minifúndios, a fertilidade da terra se esgotava e os filhos dos colonos cresciam sem perspectivas de terras e trabalho e sem acesso à tecnologia e maquinaria de alto custo. A zona colonial vivia tempos de angústia diante da necessidade de nova migração para Santa Catarina e Paraná, ou do êxodo rural para a vila.

⁷⁴ Idem, p. 23.

A economia urbana era movimentada por pequenas indústrias, casas comerciais com mão-de-obra familiar. As esperanças de desenvolvimento centravam-se na ampliação e modernização do Frigorífico Borella.

Na religião frei Victorino Villasboas Vian era vigário e líder da comunidade católica iniciava a construção do salão paroquial em alvenaria e da torre campanário, para onde seriam transferidos os sinos que comunicavam a Igreja com os fiéis desde 1921.

No entretenimento, os amantes do futebol acompanhavam com paixão as apresentações do Marau Futebol Clube, Grêmio Esportivo Marau e Guarani Futebol Clube, enquanto o Grupo de Teatro Irene Valente, fundado e dirigido por Amália Fialho e Gilda de Paula Fialho, emocionava as platéias com as peças *Entre Dois Corações Maternos*, *Sinhá Moça Chorou*, entre outras.

Na imprensa, desde 1947 circulava o primeiro jornal de Marau, o bem humorado e contestador *O Salame*, produzido e impresso nas dependências do Frigorífico Borella, por esse motivo, o nome. Logo depois surgiu o semanário *A Voz de Marau*, criado pela paróquia para combater as idéias comunistas e quem delas se aproximava. (ver anexos).

Os marauenses tinham especial orgulho de seus mais famosos produtos: o salame Borella e os vinhos Titan.

A comunidade agitada pelo crescimento econômico dava passos importantes em direção à autonomia política. Para evidenciar o clima da época faremos uso dos jornais locais, pois dentre as diversas fontes, a imprensa tomada como documento histórico permite, como refere Reneé Barata Zicman, a

periodicidade: Os jornais são ‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Ainda, o uso dos jornais como fonte histórica, diferentemente de outros tipos de fontes documentais, como os arquivos, a imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata.⁷⁵

A possibilidade de emancipação suscitou inúmeras discussões, artigos de jornais que anunciavam diversos assuntos ligados à emancipação, como o fato de a mudança levar a uma elevação de impostos, como o seguinte:

⁷⁵ ZICMAN, Renneé B. *História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*. Projeto História, São Paulo: Educ, n. 4, p. 90.

Ontem, a convite do doutor Elpídio Fialho, presidente da Comissão Pró-emancipação de Marau, reuniram-se os membros da referida para tomarem conhecimento do andamento de processo emancipacionista que foi detalhado pelo senhor presidente, principalmente essa fase do mesmo, durante e depois de sua estadia última na capital do Estado. Na sua exposição o doutor Elpídio Fialho, confirmou o que foi publicado pela imprensa da capital: foi dado parecer favorável a emancipação de Marau, com exclusão de porções de territórios pertencentes a Soledade, portanto iremos constituir município com Vila Maria, pertencente ao município de Guaporé, parte do distrito de Ernestina e parte do distrito de Campo do Meio. Hoje deverá a Assembléia Legislativa Estadual dar início a votação dos projetos autorizando plebiscitos; esses plebiscitos, segundo conta, serão realizados em 8 de dezembro próximo. Estamos de parabéns, portanto. Marau, uma vez emancipado e pelo seu pouco extenso território terá renda suficiente para cobrir todas as suas despesas, com sobras para obras de realizações. Não haverá necessidade de futuros impostos e o povo que habita o futuro município de Marau, não deve se preocupar com isso.⁷⁶

Confirmado então o clima político para a emancipação, que abordaremos no próximo capítulo, não poderia deixar de constar nessa história, a influência da igreja, através dos capuchinhos, nos assuntos políticos. Faz-se necessário, desta forma, traçar algumas considerações sobre esta presença no então distrito e futuro município de Marau.

1.6 A presença da igreja católica: os capuchinhos.

Em 1888, foi criada a comunidade de Nossa Senhora da Conceição no Tope, primeiro núcleo populacional de Marau localizado às margens da antiga estrada entre Passo Fundo e Soledade.⁷⁷

Os imigrantes italianos começaram a chegar em 1904 e, em 1909, já haviam construído no povoado de Marau sua primeira capela, uma igrejinha de quatro por quatro metros, erigida com tábuas lascadas à mão e com enormes frestas entre uma tábua e outra. O santo de devoção era Santo Antonio de Pádua. Em 1913, numa visita do bispo da jurisdição, foi criada a Paróquia do Santíssimo Redentor, atendida pela Ordem Secular. Segundo Luis Alberto de Boni:

Graças ao sistema de capelas, a religião desempenhou seu papel entre os colonos. As visitas ocasionais de domingo, quando vizinhos há pouco chegados encontravam-se para fugir da solidão, rezar o terço e comentar os fatos da vida, foram aos poucos se institucionalizando e o grupo acabou sentindo a necessidade de construir uma capela,

⁷⁶ Jornal *A Cidade de Marau*, 31/05/1947.

⁷⁷ BORTOLINI, Clélia. Op., cit., Entrevista coma autora em 12/10/2006.

como ponto de referência, ao redor do qual passou a girar não só a vida religiosa, mas também a vida social. Cada travessão via-se obrigado a construir seu templo. (...).⁷⁸

Como a comunidade aumentava rapidamente, em 1911, a população decidiu construir uma capela maior. Desta vez, a madeira foi serrada num engenho próximo ao Rio Taquari, e transportada até o local por carroças. O local é o mesmo onde hoje se encontra a Igreja Matriz. Em 1913, os marauenses receberam a primeira visita de um bispo, Dom Miguel de Lima Valverde, do Bispado de Santa Maria.

Nessa visita foi criada a paróquia do Santíssimo Redentor; entretanto, o primeiro vigário somente tomou posse em 1919, era o padre Calógero Tortoricci, natural da Sicília, da Ordem Secular. Segundo Francisco Bernardi, Calógero Tortoricci, era pessoa de grande saber, tanto espiritual quanto científico e humanístico, muito zeloso pelo serviço de Deus.⁷⁹

A comunidade cresceu tanto que, na segunda visita de Dom Miguel de Lima Valverde, em janeiro de 1920, foram crismadas 120 pessoas.

O padre Tortoricci fundou a primeira escola em Marau; foi uma escola paroquial que entrou em funcionamento em 1925, com cerca de setenta e cinco alunos. Em 1927, porém a escola fechou.

Essa presença da igreja católica nas regiões de colonização vinha ocorrendo desde o início do século, quando ao Estado chegaram várias ordens religiosas. Veridiana Tonini exemplifica bem esse fato, “A Igreja Católica tinha aceitação nas regiões coloniais e perpassava a idéia nas escolas e sociedades do estado de que era fundamental a todos os rio-grandenses. (...) a Igreja tentou de todas as formas impor-se à sociedade não somente como instituição funcional à vida nacional, mas também através da seriedade de seus membros.”⁸⁰

Com o rápido crescimento da ordem dos padres Capuchinhos no Rio Grande do Sul na década de 20, o superior provincial, Frei José de Bento Gonçalves (José Cherubini) sentiu a necessidade de fundar novos conventos para alojar os estudantes. Iniciou uma peregrinação de bispado em bispado, recebendo várias negativas. A solução aconteceu quando o capuchinho bateu à porta de Dom Antônio Reis, bispo de Santa Maria e

⁷⁸ BONI, Luis Alberto de. O catolicismo da Imigração: do Triunfo à Crise. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). RS: Imigração e Colonização. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 236.

⁷⁹ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 28-29.

⁸⁰ TONINI, Veridiana M. Op., cit., p. 43.

admirador da ordem capuchinha. Dom Antônio ofereceu-lhe a paróquia de Marau, mas com a condição de assumirem também a paróquia de Soledade:

Buscando expandir suas idéias no meio colonial, a Igreja não mediu esforços. Cabe salientar que, em âmbito nacional, e especialmente no Rio Grande do Sul, a Igreja Católica era uma instituição fraca até os anos finais do regime imperial. No início do século XX, entretanto, congregações religiosas européias chegaram ao estado, dando início à expansão de um número significativo de escolas ginasiais, seminários e conventos nas regiões coloniais, especialmente no meio urbano.⁸¹

Destacamos a ordem dos Capuchinhos, pois além de ter a mesma forte presença na região de Marau, também se destacavam pelo seu trabalho nas escolas, junto aos filhos dos imigrantes, pequenos agricultores.

Segundo nos coloca Diehl sobre a necessidade da igreja católica em recuperar sua hegemonia e os meios utilizados para atingir essa finalidade, “Diante do Estado Liberal a Igreja, para recuperar a hegemonia católica, terá de tornar seus interesses e objetivos mais transparentes. (...) E para isto é necessário conquistar as agências da sociedade civil como a escola, a família e a imprensa, a fim de propor a doutrinação”.⁸²

Dentre as várias maneiras de conquistar essas agências da sociedade estava a criação de conventos, e a partir desses, escolas, que influenciavam a sociedade, principalmente em locais de forte colonização por imigrantes. Por esse motivo também, a igreja era contra a organização dos sindicatos, criando para contrapor-se a esses, os Círculos Operários.

Olívio Manfroi tem explicações sobre as primeiras ordens religiosas a chegarem ao Rio Grande do Sul, e seu envolvimento na região de colonização italiana:

A primeira ordem religiosa não-italiana a chegar no Rio Grande do Sul foi a dos capuchinhos. Com efeito, em 1896, os dois primeiros missionários capuchinhos da província da Sabóia, França, chegaram ao Rio Grande do Sul e estabeleceram-se em Garibaldi, onde fundaram a primeira casa religiosa da futura e próspera província dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul. Com a chegada de novos missionários (...) a missão progrediu rapidamente, atingindo quase toda a região das colônias italianas. Em 1903, a missão contava com 54 membros, trabalhando, quase exclusivamente, entre os colonos de origem italiana. Para suprir a deficiência no campo da instrução, os capuchinhos fizeram apelo às congregações religiosas francesas. Essas congregações docentes se

⁸¹ Idem, p. 42.

⁸² DIEHL, Astor Antonio. *Os Círculos Operários: Um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1987, p. 31.

estabeleceram em toda a região das colônias italianas e nas principais cidades do Estado.⁸³

Os freis Gentil de Caravaggio, José de Bento Gonçalves e Paulino de Caxias da família Bernardi, residente em Marau, vieram fazer uma visita ao distrito. Uma vez constatada a viabilidade de assumir o trabalho de assistência aos fiéis e de construir o convento que pretendiam, formaram uma comissão que deveria tomar providências para a compra do terreno e outros encargos. Essa comissão foi composta por Santo Marchetto, Júlio Borella e pelo padre Luís Quatroppani, em 20 de março de 1934.⁸⁴

Seis dias após, a comissão adquiria bem próximo à atual Igreja Matriz, um terreno de 48.400 metros quadrados, do senhor Irineu Ferlin, por quinhentos mil réis.

No dia 24 de abril, o Frei Gentil chegou a Marau, para assumir a Paróquia e iniciar a construção do convento, pois o padre Quatroppani, desejava deixar Marau rumo ao Espírito Santo. Antes de partir, o padre doou aos capuchinhos 500 réis para as obras do convento.

Os capuchinhos aumentaram sua área adquirindo mais quatro alqueires de terra do senhor José Primo Bernardi e um e meio de Geremias Morandi, todos próximos aos já comprados anteriormente de Irineu Ferlin. As escrituras foram assinadas no dia 14 de julho, véspera do dia de São Boaventura, nome que recebeu o convento.⁸⁵

Devido à colaboração do povo de Marau incentivados pela vontade de terem uma instituição educacional e de formação na vila, no dia 11 de setembro de 1934, sob a orientação do mestre de obras Domingos Tempesta, vindo de Garibaldi, iniciava-se a obra. O convento depois de concluído e mobiliado custou duzentos e oitenta e dois milhões de réis.

João Batista Zancanaro, no dia 20 de janeiro de 1935, transportou, em seu caminhão, os primeiros doze estudantes que iriam ocupar as instalações do convento. Integravam o grupo, entre outros, os jovens Benjamin e Victorino Villasboas Vian, futuros vigários da Paróquia Cristo Rei, sendo que o último tem fundamental importância neste trabalho, por ter se tornado muito ligado à política, conforme já colocamos.

Em 16 de janeiro de 1936, Dom Antônio Reis dava a bênção oficial ao novo convento. No mesmo dia, Frei Gentil lançava a pedra fundamental para a construção de um

⁸³ MANFROI, Olívio. Op., cit., p.109-110.

⁸⁴ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 31

⁸⁵ Idem, p. 31-32.

hospital, pois Marau já tinha um médico, desde nove de janeiro de 1935, era o jovem Elpídio Fialho, figura de grande destaque na emancipação político-administrativo de Marau e na política passofundense chegando a ser Presidente da Câmara de Vereadores.

Frei Gentil, segundo nos apresenta Francisco Bernardi, foi muito severo, ameaçando de excomunhão, se necessário fosse, para que o reino de Deus prosperasse. Chegou a ser ameaçado de prisão pelas autoridades de Passo Fundo. A razão era simples, pregava e exigia a união e a concórdia e, dessa forma, os advogados da vizinha cidade, sentindo que perdiam gradativamente sua clientela residente em Marau, fizeram uma denúncia ao Juiz de Passo Fundo, afirmando que o mesmo se metia em assuntos que não lhe diziam respeito. Segundo consta, enquanto o frei dava explicações ao juiz, sobre sua atuação, os acusadores, enquanto aguardavam na sala de espera do Fórum, desenharam um bode no guarda-pó do frei. Ao sair, o frei desdobrou o guarda-pó e perguntou: - Quem de vocês veio enxugar o rosto em meu guarda-pó? Isto teria deixado os mesmos sem reação.⁸⁶

Esse rigor em manter a ordem católica, se justifica pelo período em que ocorreu em que o comunismo era combatido pela igreja católica, a unhas e dentes, criando para isso diversas simbologias, como a do demônio e outras afins. Como nos coloca Carla Rodeguero “Além da imagem do demônio, outras eram utilizadas para identificar os comunistas, relacionadas com micróbios, monstros e outros animais: abutres, gatos, lobos disfarçados de ovelhas, polvo, serpentes, dragões, etc. Determinadas características, normalmente atribuídas a tais animais, eram transferidas para os comunistas.”⁸⁷

Continuando com a autora acima sobre quem a igreja católica considerava como comunistas e em função disto perigosos:

É preciso atentar para o fato de que, na categoria comunista, eram enquadrados sujeitos como os filiados ao Partido Comunista do Brasil (PCB), com ênfase ao seu líder Luis Carlos Prestes, o socialista Francisco Julião e todas as pessoas envolvidas no movimento das Ligas Camponesas; os petebistas Leonel Brizola e João Goulart; outros políticos do mesmo partido, além de sindicalistas, deputados divorcistas, etc.⁸⁸

⁸⁶ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 34.

⁸⁷ RODEGUERO, Carla Simone. Op., cit., p. 36.

⁸⁸ RODEGUERO, Carla Simone. Op., cit., p. 37-38.

Outro medo, muito presente no período, era o da dominação comunista e de seu plano de tomar conta do mundo inteiro, exterminando com as instituições, como a religião e a família. Continuando com as explicações de Carla Rodeguero, para a igreja católica:

Os comunistas teriam como alvo de suas ações a juventude, os operários e, cada vez mais, os camponeses. Arrastavam os operários à luta, promovendo o ódio de classes, a desordem e, se necessário, o crime, aproveitando-se da boa-fé de grande parte do operariado. Em síntese, as ações desenvolvidas pelos comunistas fariam parte de um plano do imperialismo soviético.⁸⁹

No dia 9 de janeiro de 1943, após nove anos à frente da Paróquia, frei Gentil passou o cargo ao frei Atanásio Polentz, e assumiu o convento São Francisco de Garibaldi. Quando da sua morte, houve grande comoção no município, sendo o mesmo enterrado em Marau.

Frei Atanásio comprou um amplo salão paroquial, em madeira, para reuniões e festas religiosas. Em maio de 1943, fundou a banda de música Santa Cecília para abrilhantar as festas religiosas. Mas a banda cresceu tanto que recebeu inúmeros convites para se exhibir em ocasiões especiais e em festas, sendo que recentemente, a banda foi novamente formada, agora sob os cuidados da Prefeitura Municipal.

No ano de 1946, em janeiro, frei Victorino Villasboas Vian substituiu frei Atanásio. Ao assumir, frei Victorino visitou todas as famílias da comunidade, abençoando as casas. Fez, nesta ocasião, uma espécie de censo, onde constatou que havia em Marau 2.243 famílias, 293 na vila e 960 na zona rural, num total de 8.100 pessoas, 2.300 na futura cidade e 5.700 no interior. Por esses dados percebe-se o quanto as famílias eram numerosas e a maior incidência de moradores no interior.

Um empreendimento do frei Victorino Villasboas Vian foi a construção de um salão paroquial novo, em alvenaria. A pedra fundamental foi lançada no dia 30 de abril de 1950. Sempre com a colaboração dos fiéis, no mês de outubro, a obra estava concluída. Segundo Bernardi, o salão com um grande auditório recebeu uma máquina cinematográfica, para que a comunidade assistisse bons filmes de formação. No mesmo prédio, foram instaladas uma tipografia e uma livraria. As demais dependências eram destinadas ao lazer comunitário aos domingos e festividades religiosas.⁹⁰

⁸⁹ Idem, p. 40.

⁹⁰ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 35.

Porém, antes da construção do salão paroquial novo, houve uma polêmica muito grande pela maneira como frei Victorino utilizava o antigo, deixando um espaço reduzido para o Grupo Escolar que funcionava junto ao mesmo, e um espaço maior, para jogos e venda de bebidas, conforme demonstra o trecho do jornal *O Salame*, transcrito abaixo:

Carta aberta ao Frei Victorino Villasboas. (A propósito de sua entrevista ‘Destruindo inverdades do suplente de vereador Jatyr Foresti’, publicada no dia 14/03/48. Meu caro vigário da Paróquia de Marau. Antes de ler (...) as declarações feitas pelo Reverendo, li também, com todo o cuidado o que escreveu e publicou o senhor Jatyr Foresti. Fiz mais ainda, meu caro Frei Victorino. Visitei, domingo, em Marau, o Grupo Escolar e o Salão Paroquial. Como vê, estou interado do assunto para dirigir-lhe esta carta aberta. Realmente o grupo escolar em Marau é uma lástima. E mais ainda, é um atentado aos nossos brios de povo civilizado. Tem razão o senhor Jatyr Foresti, pessoa que não conheço e que não me passou procuração para defendê-lo. Tem razão, sim, porque eu vi o Salão Paroquial: um grande salão em contraste frisante com o exíguo espaço para alojar 100 alunos. Vi meu caro Frei Victorino, homens jogando cartas, e vi também, que aí se vendem bebidas alcoólicas. Essas verdades, que o senhor Jatyr Foresti mostrou ao esclarecimento do público passofundense o senhor não conseguiu destruir, mas acredito, poderá destruir caso queira acabar com esse Salão que não recomenda em nada os princípios morais da Santa Igreja. Basta que se transforme tudo em grupo escolar. O senhor, que, em suas declarações demonstrou ser um político (outro pecado, meu caro Frei Victorino pois sou dos que pensam que militar e padre não se devem meter nessa seara) pode muito dar um jeitinho. Fale com o doutor Elpídio Fialho, de quem o senhor foi o grande cabo eleitoral, segundo me parece, tendo em vista as suas declarações de domingo. (...) Que Marau tenha realmente, um Grupo Escolar capaz de receber 100 ou mais alunos. (...) Era o que eu tinha a dizer. Augusto Fernandes. 1º sargento da FAB.⁹¹

O jornal *O Nacional*, explicitamente contra o PSD, que era apoiado pelo frei Victorino, publicou um *A Pedido*, do suplente de vereador, Jatyr Foresti, na qual o mesmo crítica as atitudes do frei. Transcrevemos abaixo, uma das manifestações de Jatyr Foresti, sobre as atitudes do Frei Victorino:

A hipocrisia e a perfídia do famoso vigário capuchinho de Vila Marau, Frei Victorino Villasboas. Certos fiquem os meus amigos, a sociedade e o povo passofundense, que, fiel à verdade, à justiça, ao direito e aos sãos princípios cristãos que sempre nortearam as minhas convicções – que irei destruir, item por item, as mentiras que contra a minha pessoa vem arquitetando o famoso ‘vigário de Marau’, frei Victorino Villasboas (Remigio Vian). Voltarei a público para rebater as assacardilhas do mesmo que, mancomunado com politíqueiros sem escrúpulos, procura deturpar a verdade incontestemente dos fatos, desse ‘vigário’, que os maus fados fizeram-lhe transformar a Santa Religião Católica de Marau, num tugúrio cruel de politicagem. Que transformou as cercanias do Salão Paroquial em tendas de bebida alcoólica e antro de jogatina.⁹²

⁹¹ Jornal *O Salame*, 13/03/1948.

⁹² Jornal *O Nacional*, 15/03/1948.

Ao que tudo indica essa carta, era uma resposta a outra que provavelmente havia sido escrito pelo frei Victorino, no jornal marauense. Infelizmente não conseguimos encontrá-la nos arquivos existentes no município, que infelizmente são poucos.

Através desses artigos, podemos perceber a complexidade e a ligação política entre Marau e Passo Fundo, além de nomes que fazem parte de sua história política, e a inclinação dos jornais *O Nacional* e *O Salame*.

O velho campanário de madeira estava apodrecendo. Por este motivo, em novembro de 1952, frei Victorino abençoava a pedra fundamental de um campanário em alvenaria que ficava à direita da Igreja Matriz. Após vários contratempos, foi concluído e inaugurado em abril de 1955. Além dos sinos do antigo campanário, recebeu um grande relógio, que atualmente ainda funciona, doação dos irmãos Alberto e Alfredo Borella, o que levou o frei, a ter de agradecer, aos irmãos, os mesmos que muitas vezes havia criticado, devido às preferências partidárias, e por serem opositores do PSD.⁹³

Pode-se observar o quanto foi importante a ação dos capuchinhos em Marau, afinal a paróquia sempre se destacou por sua espiritualidade. Porém, nem tudo são flores na ação capuchinha. Vários freis tiveram atritos sérios com alguns segmentos da comunidade, pois se sabe que, velada ou declaradamente, decidiram-se por cores partidárias, como foi o caso do frei Victorino Vian na década de 50.⁹⁴

Segundo Elenice Szatkoski: “O mito do padre líder do povo, empreendedor, permanece nas mentes e no imaginário. Esse mito e as palavras do padre, claramente em favor do capital e contra as teorias marxistas, resultaram num processo de aversão, até na atualidade, a partidos de esquerda, a movimentos sociais, a manifestações populares, a formação sindical.”⁹⁵ Essa aversão, foi sentida durante muito tempo no município de Marau, inclusive na atualidade, tanto que quando da vitória do PT (Partido dos Trabalhadores), em outubro do ano 2000, os jornais locais, alguns pejorativamente, outros elogiando divulgavam em suas manchetes “Cortador de porco, líder sindical, é eleito prefeito”, fazendo referência a João Antônio Bordin, que durante muitos anos foi funcionário do frigorífico da Empresa Perdigão, e antes de ser eleito o vereador mais

⁹³ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 35.

⁹⁴ Idem, p. 38-39.

⁹⁵ SZATKOSKI, Elenice. Op., cit., p. 220.

votado, na legislação anterior, havia sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Marau.

A forte penetração da igreja, através do frei Victorino Villasboas Vian, pode ser claramente percebida no seguinte trecho do jornal *O Nacional*, referindo-se a uma homenagem que foi prestada pelos políticos locais ao frei e que gerou diversas controvérsias, pois alguns correligionários do PSD não compareceram:

Repudiado pela elite de Marau, o ‘aplausos dos políticos ao homem que enxovalhou o pavilhão do Brasil’. Como se conta a história das manobras de politiqueros, que levam muita gente a desprezar o próprio símbolo da Pátria. Nessa caudal imensa de entretocques humanos, de hipocrisia e miséria, vamos encontrar a figura que encarna a política mesquinha, valendo-se das imunidades advindas da Santa Religião. Queremos aludir a homens aos quais está entregue o bastão da autoridade religiosa. Homens que coadjuvados pela caveira sinistra dos politicóides que por aí polulam, se entregam de corpo e alma, interpretando tristes papéis de fantoches, ilusionistas e traidores da fé pública. Quando há alguns dias nos dirigimos a Marau, observamos o perfil do senhor Victorino Villasboas, ou melhor de Remigio Vian, a quem, infelizmente coube uma missão que não se coaduna com os sentimentos de que ele é portador. Aqui em Marau jamais surgiu contenda política em que Remigio deixasse de ser figura central. Victorino é joguete místico de grupos politicóides que infestam o município. Está penetrando sorrateiramente nos caminhos da política, praticando os atos mais atrabiliarios que podíamos conceber. Escorado por meia dúzia de políticos alienígenas, Victorino vai marchando. A elite de Marau entretanto repudiou a façanha política destinada ao salvamento de Victorino. As figuras destacadas de Marau ausentaram-se do meeting por amor e moral e respeito ao civismo. A prova evidente do repúdio ao comício de salvação de Victorino é indicada pela ausência de todos os elementos exponenciais que formam o subdiretório do Partido Social Democrático de Marau.⁹⁶

Percebe-se, no estudo dos jornais do período, o quanto rei Victorino influenciou nas decisões a respeito da política municipal, e na vida social das pessoas, tanto na cidade quanto no interior. São muitas as reportagens sobre atos praticados pelo mesmo, e cartas abertas escritas tanto por ele como para ele. Porém, percebem-se diferenças entre os jornais, já que o *O Nacional* tinha uma visão política mais ligada ao PTB, enquanto o *Diário da Manhã* era mais conservador ligado explicitamente ao PSD, sendo que no primeiro percebem-se acusações e no segundo defesa. Já o jornal marauense *O Salame*, demonstra certa neutralidade, porém com tendência a defender o PTB, já que a princípio era editado no frigorífico Borella, cujos donos e gerentes eram defensores e foram os fundadores do partido no distrito.

⁹⁶ Jornal *O Nacional*, 24/08/1948.

O artigo abaixo demonstra pela ótica do jornal *O Nacional*, o fato da demolição de uma escola, por homens comandados pelo frei, e demonstra o interesse do jornal pelo mesmo devido ao tamanho da reportagem. No jornal *Diário da Manhã*, não encontramos referência sobre o fato:

Victorino Villasboas mandou destruir uma escola! Antes, atirou a bandeira nacional a um paiol de milho, juntamente com as carteiras colegiais e petrechos escolares! Como se descreve este ato de arbitrariedade, que importa numa afronta às autoridades. Na semana que finda, correu célere na cidade, a notícia de que, no interior desse distrito, haviam se registrado acontecimentos que, de modo geral estavam movimentando os círculos responsáveis pela instrução pública de Passo Fundo. É que o indivíduo Victorino Villasboas, elemento atrabilário e afeito às lides políticas, em todos os tempos, havia determinado a demolição de uma escola pública, situada na localidade de Veado Pardo. Parece mentira, mas é a dura verdade! A história parece de ficção, porém, encerra uma dura realidade, como passaremos a narrar nesse registro de hoje. Veado Pardo é uma localidade que dista 16 quilômetros desta vila de Marau. É uma colônia populosa. Ali, até a poucos dias, havia uma escola pública municipal, cuja matrícula acusava a existência de 60 alunos. A professora que lecionava era a senhora Albina Dalla Libera. O prédio, antes ocupado pelo estabelecimento escolar, pertencia a uma sociedade constituída por cidadãos residentes em Veado Pardo. Funcionava nesse imóvel, a Escola e a Igreja. Os anos passaram e, um dia, há pouco, o senhor Victorino Villasboas por conta e risco próprios, deliberou levar a escola para outras bandas, a um terreno que consta pertencer à Mitra. Alguém, juntamente com Victorino, resolveu requerer ao prefeito Armando A. Annes a transferência da escola, sendo documento encaminhado à Prefeitura, onde corre seus tramites legais. Nesse ínterim, o senhor Villasboas houve por bem solicitar à sociedade proprietária do prédio, em Veado Pardo, ocupar o salão escolar para pregações religiosas. O inspetor do Ensino Fundamental permitiu, enviando a necessária licença para esse fim, determinando férias de 5 dias aos 60 alunos. Pasmem-se agora os leitores ante os fatos que seguem: No dia 11, Victorino Villasboas, à frente de 15 ou 20 capangas, rumou à Veado Pardo, determinando a destruição do prédio da escola. Antes, porém, jogou afrontosamente à rua o Pavilhão Auriverde da Pátria, acompanhado das carteiras escolares e dos petrechos que guarneciam o estabelecimento! Mais tarde, Victorino determinou que fossem atirados a um paiol de milho a Bandeira Nacional e os objetos da escola. Como se vê, esse ato vandálico de Victorino constituiu uma afronta jogada à face das autoridades, merecendo um corretivo por parte da justiça. Se estivéssemos em estado de guerra, o feito de Victorino, seria convenientemente punido. Se não fosse levado ao muro das lamentações, pelo mínimo, Victorino ia ter algum tempo no xilindró.⁹⁷

No dia seguinte, novos comentários foram feitos sobre o assunto, demonstrando o interesse que o mesmo despertava, tanto no distrito, como na cidade de Passo Fundo. A série de artigos também era uma forma de desafiar os correligionários do PSD, defensores de Victorino, além de mexer com assuntos de extrema importância e complexidade no período, como religião e nacionalismo, visto que não faziam muitos anos do fim do Estado Novo. É interessante perceber que o jornal *O Nacional* publicou inclusive a denúncia a

⁹⁷ Jornal *O Nacional*, 16/08/1048.

respeito do fato, feita pelo subprefeito do distrito, que era nomeado pelo prefeito do município, e conseqüentemente, devia comungar das mesmas ideologias políticas e partidárias, por ser um cargo de confiança:

‘Sub-prefeitura de Marau, 13/08/48.

Ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal. (Faz comunicação e pede providência). Aos 12 dias do mês de agosto do corrente ano, transportei-me ao lugar denominado Veado Pardo, neste distrito, a fim de verificar um trecho de estrada em mau estado e providenciar sobre os serviços necessários a serem feitos ali. Chegando ao local onde funciona a Escola Pública Municipal, denominada Vieira Fazenda, surpreendeu-me observar o prédio onde até 9 do corrente funcionava a referida escola, havia sido demolido, disse funcionava, em virtude de ter o senhor Inspetor de Ensino Municipal ter cedido, por empréstimo ao Reverendíssimo Frei Victorino Villasboas, o referido prédio para nele serem pregadas as Santas Missões, durante os dias 9 a 14 do corrente, inclusive motivo pelo qual durante aqueles dias concedeu-se férias aos alunos. Em vista do ocorrido, regressei à sede do distrito, onde convidei os senhores Gustavo Silveira Ferret, comerciante e guarda-livros, Alberto Gustavo Nauck, fiscal federal junto ao frigorífico da firma Borella e Cia., Arthur Zanon, construtor, Capitão João La Maison, criador, e Jacinto Marchetto, fotógrafo, para comigo, sub-prefeito, comparecerem ao local da ocorrência e verificarem o que de verdade havia e examinar o local onde existia o prédio escolar (...). Assim, chegando ao local Veado Pardo, deu-se início a verificação, constatando-se o seguinte: o prédio escolar, fora demolido, a madeira foi conduzida para o local onde está construída a capela, a uns 800 metros adiante. O material escolar e a bandeira Nacional foram depositadas em um paiol de milho, aos cuidados do senhor Nestor Gonçalves. O referido senhor declarou que na demolição trabalharam de 15 a 20 homens (...). Para melhor comprovar a destruição anexamos fotografias.⁹⁸

Esse fato continuou incentivando artigos no jornal *O Nacional*, inclusive com justificativas, por parte do mesmo para o porquê da seqüência de reportagens, salientando que não as divulgava por questão política, mas pelo interesse em defender os símbolos da Nação, bem como o direito de educação das crianças:

O Nacional, como órgão independente, jamais teve preferências ou simpatias partidárias. Mas, lá ser apolítico, não quer dizer que seja indiferente. Nessa questão de Veado Pardo, celebrizado com a ação de Villasboas, lançamos nossa condenação pública contra o afrontador de nosso pavilhão. A queixa acerba do tenente Basílio de Oliveira Bicca, doeu em nossa consciência de brasileiros. O seu clamor encontrou eco em nossos corações, merecendo, aquele ato indigno, o mais veemente repúdio público. Até aí nossas investidas eram somente contra Villasboas. Não falamos em política. Nem nos moveu outro interesse que não fosse, demonstrar ao povo de Passo Fundo quem era o famigerado indivíduo que tantos pesadelos tem causado no próspero distrito de Marau. Eis, porém, que surgem os políticos, eternos caçadores de votos, e vão desagrarar – pasmem todos! – o autor do atentado... Foram pondo em jogo seu patriotismo, nesse caso tão delicado e buscar a benevolência de Victorino e fazer-lhe rapapés, fingindo-se amigos da religião e aplicando seu beijo de Judas. Transformaram o caso em simples questão política. Doeu-lhes mais a perda de um voto, um lugarzinho qualquer do que o

⁹⁸ Jornal *O Nacional*, 17/08/1948.

bom nome de patriota. Correram logo para o santo milagreiro, o insigne doador de votos. Nada temos que ver com partidos. Aquela desagregação mereceu pronta indignação pública, de todos os partidos, de todas as classes, de todas as profissões. Os próprios elementos que integram o partido dos tristes desagregadores condenaram aquele gesto a ponto de os seus próprios correligionários se esquivarem estrategicamente àquela manifestação. O povo de Passo Fundo, entretanto, bem conhece quem são os santinhos do pau oco, que por aí andam, trombeando aos quatro ventos, como salvadores da religião e dos ministros da Igreja... O público sabe perfeitamente, o que o bando político sedento de poder, está pretendendo: votos... prestígio mandonista.... Numa preparação macabra para tentar ressarcir-se da parada que perdeu nas urnas livres.⁹⁹

A diferença entre os dois jornais passofundenses em relação à política não era recente. No livro *Perigo Verde (O integralismo no norte do Rio Grande do Sul 1932-1938)*, de Fausto Alencar Irschlinger, encontramos uma passagem bem significativa a respeito, ocorrida no período de instalação da Ação Integralista Brasileira na região:

a repercussão de um comício integralista em Posse dos Negros (em Marau, distrito de Passo Fundo) no início de 1937 atingiu a AIB do município. Lá, após uma festa religiosa, os verdes teriam tentado se reunir com parcela da população local para atos doutrinários, quase tendo ocorrido um confronto entre integralistas e autoridades distritais, o que repercutiu na imprensa. Então, a AIB, em *O Nacional*, atacou os representantes da ordem local, acusando-os de bombachudos rústicos e de adotarem atitudes extremadas; já o subprefeito de Marau, através do jornal *Diário da Manhã*, acusou os integralistas de serem desordeiros, persuasivos, antidemocráticos e bêbados (*O Nacional*, 29 de janeiro de 1937 e *Diário da Manhã*, 3 de fevereiro de 1937).¹⁰⁰

São várias as abordagens sobre a ligação entre a igreja Católica, a política e o anticomunismo na região, bem como suas implicações:

Não há como abordar qualquer assunto na área política no período (...) e região sem tratar da influência da Igreja Católica, ou da sua presença nas questões ligadas a assuntos políticos. A Igreja, uma instituição que exercia um controle social presente e marcante no imaginário coletivo, espiritual, era responsável pela criação de mitos, como o do comunismo e a necessidade de seu combate.¹⁰¹

Novamente, retomamos o fato que chama bastante a atenção, a série de eventos e de reportagens sobre a ação do frei Victorino junto ao Salão Paroquial, que também era utilizado como grupo escolar. Porém, como consta, o frei gostava muito de dinheiro, e havia transformado o salão em bar e casa de jogos, deixando um espaço reduzido para os

⁹⁹ *Jornal O Nacional*, 28/08/1948.

¹⁰⁰ IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo Verde: O integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2001, p.167

¹⁰¹ SZATKOSKI, Elenice. Op., cit., p. 34.

estudantes, o que provocou uma série de reações por parte do vereador Jatyr Foresti, que era contrário às participações políticas de Victorino.

No Salão Paroquial de Marau, é permitido jogo e venda de bebida alcoólica! O Grupo Escolar seriamente prejudicado. Em face do grande prejuízo que vem acarretando ao ensino público de Marau um ato do padre Frei Victorino Vilas Boas, vigário da paróquia da citada vila, o senhor Jatyr Foresti, vereador municipal e líder do Partido de Representação Popular, enviou telegrama ao senhor Secretário da Educação.

Senhor Secretário de Educação. Porto Alegre.

Tendo visitado o Grupo Escolar de Marau, verifiquei quão exíguo é o espaço que consta para alojar ou dar aulas a 100 alunos que nele este ano se matricularam. O prédio em apreço foi dividido pelo senhor Vigário da Paróquia – uma parte, a menor para o grupo e a outra, maior três vezes mais, para a instalação do salão paroquial, onde são vendidos cachaça, graspa, vinho, cerveja e outras bebidas alcoólicas, tendo no mesmo edifício uma cozinha, e, no mesmo terreno, uma cancha para jogos de bocas. Senhor Secretário! Não é justo que em prejuízo da educação, coisa primordial ocupe a paróquia três quartas partes do prédio, deixando a um canto, com duas salas, do tamanho de três por três metros, funcionar o Grupo Escolar e, além de tudo, sem vidraça e sem conforto algum e com uma escada que sobe para o prédio, em sentido vertical, sujeito às crianças e mestras quebrarem as pernas! Esperando que V. Excia tome as providências que o caso requer, firmo-me atenciosamente.

(a) Jatyr Foresti.

Vereador do município, por Marau.¹⁰²

Essa participação e influência da igreja católica na política não era exclusividade de Marau, mas um fato que ocorria em todo o Brasil como forma da mesma tentar manter o seu poder que vinha perdendo desde a proclamação da República no Brasil. Também havia a luta contra o comunismo, já que o período estudado é o da guerra fria, e a igreja não queria perder a sua força e o seu poder frente a novas visões de sociedade que surgiam.

Outro fato que repercutiu bastante nos jornais passofundenses, como já citado, foi a destruição de uma escola do interior pelo Frei, e alguns homens que o acompanhavam. Note-se que sobre este fato, encontramos referência apenas no *O Nacional*, e nada a respeito no *Diário da Manhã*.

Continuando com o que foi publicado no Jornal *O Nacional*, temos o seguinte artigo, no qual se percebe claramente que repudiando o ato do Frei Victorino Villasboas Vian, ressaltava-se o patriotismo, em detrimento à religião, numa clara afronta aos pessedistas que preferiam defender os atos do mesmo:

Estamos assistindo a um triste espetáculo cívico, nesta terra, que se orgulha de ser um baluarte do patriotismo. Enquanto elementos são procuram desagrar o Pavilhão Auri-

¹⁰² Jornal *O Nacional*, 13/03/1948.

Verde da Pátria, tão tristemente maculado por ‘mãos criminosas’, políticos de carreira, esses mesmos que devem ter um senso de responsabilidade, prestam o seu decidido apoio ao ato criminoso que assim atassalha os brios da nacionalidade. Que poderemos alegar, para contestar essa atitude deprimente? Isso servirá de eterno labéu para o nosso pudor cívico. Porque, não se enganem, essa história repercutirá longe, sob os céus da Pátria. E será tremendo o julgamento de nossos patrícios. Zeferino.¹⁰³

Essa forte presença da Igreja e sua ligação com a política, vinham se desenvolvendo a muito tempo, sendo inclusive uma característica do governo Vargas, pois o mesmo procurava atender os pedidos da igreja, com a finalidade de obter seu apoio, conforme Boris Fausto: “Uma importante base de apoio do governo foi a Igreja Católica. A colaboração entre a Igreja e o Estado não era nova, datando dos anos 20, especialmente a partir da presidência de Artur Bernardes. Agora ela se tornava mais estrita. (...) A Igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo.”¹⁰⁴

Enquanto isso em Marau a ação de Victorino estendia-se a todos os campos da política do distrito, chegando, inclusive, ameaçar de excomunhão os fiéis que não seguissem a sua ordem e não votassem nos candidatos por ele escolhidos. Percebe-se claramente, sua preferência por Elpídio Fialho do PSD, vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo no período estudado, em detrimento de Jatyr Foresti, também vereador pelo distrito, porém do PRP. Um fato que teve bastante repercussão do município e na imprensa foi a comemoração da vitória de Armando Araújo Annes, da coligação PTB/UDN para a prefeitura de Passo Fundo, no ano de 1947. Os ganhadores saíram de Passo Fundo e foram até o distrito de Marau comemorar, lançando foguetes contra o Convento São Boaventura, o que resultou em vários processos contra os mesmos.

Outro fato ligado à ação junto ao grupo escolar do frei Victorino Villasboas Vian também gerou uma série de artigos no jornal *O Nacional*, sendo que nessa ocasião houve um arrombamento no referido prédio.

Diante desse “crime”, o tenente Basílio de Oliveira Bicca tomou as providências que se tornaram necessárias, tendo endereçado o seguinte telegrama ao Senhor Secretário de Educação:

Doutor Elói José da Rocha. D. D. Secretario da Educação. Porto Alegre. Peço vênha para comunicar a Vossa Excelência, que, em data de ontem, quando se realizava nesta vila,

¹⁰³ Jornal *O Nacional*, 26/08/1948.

¹⁰⁴ FAUSTO, Boris. Op., cit., p. 332.

uma festa, foi arrombada a porta principal do Grupo Escolar, de Marau, cujo recinto foi invadido e tomado por numeroso grupo de participantes desta festa, que ali, se entregaram a libações alcoólicas, durante toda a tarde de domingo. O prédio do Grupo Escolar fica contíguo ao salão paroquial desta vila, onde se realizava a festa dos senhores padres Capuchinhos. O arrombamento e invasão do recinto do Grupo Escolar foi constatado por numerosas pessoas representativas desta vila. (a) Basílio de Oliveira Bicca, Sub-prefeito de Marau.¹⁰⁵

Esse fato teve novos artigos publicados na seqüência, como o seguinte, que faz uma relação com os fatos ocorridos na escola da comunidade de Veado Pardo, ressaltando que a instalação de inquéritos estava se tornando recorrente no distrito:

Por que foi arrombado o Grupo Escolar de Marau? O doutor Secretario de Educação requererá inquérito policial para apurar a responsabilidade. Consoante notícia divulgada há pouco pelo O Nacional, no domingo passado registrou-se outra novidade no chão do senhor Victorino Remigio Vian: foi arrombada a porta principal do Grupo Escolar de Vila Marau, tendo a ocorrência sido plenamente constatada pelo Tenente Basílio de Oliveira Bicca, sub-prefeito. Os vestígios de ter sido forçada a porta principal do prédio foi registrado, sendo tudo devidamente anotado. Tão logo se cientificou dessa façanha, o tenente Bicca comunicou-se telegraficamente com o Secretário da Educação, doutor Elói José da Rocha, comunicando que, quando se realizava uma festa na vila, foi arrombada a porta principal do Grupo Escolar, (...). Assim tão logo cheguem as determinações do doutor Secretário de Educação, Marau será teatro de mais outro inquérito, mantendo a Polícia de Passo Fundo em constante azafama na próspera vila, que pouco a pouco vai se transformando em O PARAÍSO DOS INQUÉRITOS. O doutor delegado de polícia que segundo consta, está na metade do inquérito da escola de Veado Pardo, antes de terminar um, terá que começar outro.¹⁰⁶

Esses conflitos davam-se principalmente em função do bipartidarismo que dominava o estado e a região, que se dividia entre os correligionários do PTB e os do PSD, sendo que para o nosso trabalho a disputa que mais interessa é a que ocorria entre o distrito de Marau, predominantemente do PSD e o município de Passo Fundo, onde o prefeito do período era da coligação PTB/UDN. .

Apesar de os dois partidos terem sido criados pela mesma pessoa, Getulio Vargas, tornaram-se grandes rivais, tanto no estado do Rio Grande do Sul, quanto na região estudada, pois o distrito de Marau e a cidade de Passo Fundo tinham grandes diferenças populacionais e de colonização. Essa rivalidade entre os dois partidos, não era o que Vargas esperava quando os criou.

É estranho percebermos essa disputa, a nível estadual e regional, já que para as eleições à presidência, diversas vezes houve coligação entre ambos. Em decorrência de um

¹⁰⁵ Jornal *O Nacional*, 05/10/1948.

¹⁰⁶ Jornal *O Nacional*, 09/10/1948.

projeto em comum, pela reforma agrária, foi que se iniciaram os conflitos, a nível nacional, que já ocorriam no estado do Rio Grande do Sul e na região de Passo Fundo e Marau.

Essa relação de amor e ódio entre PTB e PSD, pode ser verificada em Marau, com bastante ênfase, pelo que se percebe nas diversas reportagens dos jornais do período, em que acusavam ou defendiam tanto o clero quanto os políticos das mais diversas maneiras, elogiando ou difamando os mesmos, tanto em editoriais e matérias pagas, quanto em reportagens que muitas vezes seguiam por diversos dias, apresentadas como histórias com vários capítulos, entrevistas, cartas abertas, como a que segue:

A PEDIDO- Carta do sr. E. Formigheri a propósito dos acontecimentos de Vila Marau. Transcrito do Diário da Manhã de 28/11/47. Passo Fundo, 25/11/47. Ilmo Senhor Túlio Fontoura. D.D. Diretor do Diário da Manhã. O vosso jornal em data de ontem, divulgou uma correspondência de Marau, na qual afirma que, na manhã de 21 do corrente, o senhor Nicandro Oltramari, conceituado industrialista aqui residente, chefiou uma caravana de trabalhistas e comunistas, que teria ido até aquela vila para levar uma manifestação de hostilidade aos Padres Capuchinhos. Invocado, assim, como testemunha, posso afirmar alto e bom som, que a notícia estampada em vosso jornal é destituída de qualquer cunho de verdade. É falsa quando afirma que a caravana era constituída de comunistas e desclassificados É falsa ainda quando afirma que a caravana debandou a Marau, para promover uma manifestação de hostilidade aos Padres Capuchinhos, quando na realidade, o seu objetivo foi levar a efeito uma demonstração de simpatia ao sr. Alberto Borella, ilustre filho de Marau. É falsa também quando afirma que o senhor Nicandro Oltramari instigou e comandou uma batalha de foguetes e bombas contra o Convento, o Colégio Cristo Rei e a residência do senhor Elpídio Fialho. O que houve foi espocar de foguetes pelas ruas da vila, numa demonstração de regosijo muito natural pela vitória da candidatura do eminente passofundense Armando Araújo Annes. Os foguetes, porém, não eram e não foram dirigidos contra quem quer que fosse e muito menos contra o Doutor Elpídio Fialho ou os Padres Capuchinhos. A caravana passofundense não cometeu, pois, nenhum excesso, não nos constatando ter havido qualquer intervenção policial, o que necessariamente teria acontecido caso houvesse se verificado algum abuso ou desrespeito à moral e a segurança pública. O autor da correspondência mentirosa estampada em vosso jornal, evidentemente falseou na verdade, talvez magoado e inconformado com o resultado das urnas de 15 de novembro, que sagraram o nome aureolado de Armando Annes. Ernesto Formigheri ¹⁰⁷

Este *A pedido* refere-se a um fato que ocorreu quando da vitória do candidato a prefeito Armando Araújo Annes, nas eleições de 1947, o que motivou a vinda de uma caravana de petebistas a Marau, para comemorar. Essa vinda deveu-se ao fato de em Marau, o PTB ter perdido, e o candidato a vereador Elpídio Fialho do PSD ter sido o mais votado em todo o município.

¹⁰⁷ Jornal *O Salame*, 26/11/1947.

A caravana e as suas comemorações motivaram o PSD a mover um processo contra os mesmos, que acabou sendo arquivado por falta de provas, como pode ser verificado em diversas reportagens que se seguiram no jornal *O Nacional*. No jornal *Diário da Manhã* encontramos apenas algumas referências ao assunto, sendo que a que julgamos mais importante foi a carta mandada publicar pela direção do PTB, numa clara afronta ao próprio jornal, cujos dirigentes eram partidários do PSD.

Recebemos ontem, a seguinte carta da direção do PTB local: Passo Fundo, 26 de julho de 1950. Ilmo. Senhor Túlio Fontoura. D. D. Diretor do Diário da Manhã. Prezado Senhor. O vosso conceituado jornal publicou, em sua edição de ontem, uma nota política, a qual desejamos opor o mais formal desmentido, tanto em nosso nome pessoal, como no do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro. Referimo-nos a notícia inserta na 4ª página, sob o título 'Uma caravana trabalhista esteve operando em São Caetano', segundo a qual, os caravaneiros, usando métodos indecentes e mentirosos, teriam afirmado a pessoas residentes naquela localidade que o PSD de Passo Fundo estava desmantelado que não conseguira candidatar ninguém a Câmara Federal e ao Legislativo Estadual. A referida nota, além de vazada em termos que, em absoluto, se coadunam com a ética política, que deve nortear toda a ação partidária, contém uma clamorosa inverdade, que, nos apressamos em contestar para que não paire a mínima dúvida sobre a lisura da conduta do Partido Trabalhista Brasileiro, em Passo Fundo. Efetivamente, uma caravana trabalhista, visitou a localidade de São Caetano, no distrito de Marau. Entre os caravaneiros, encontravam-se os signatários desta e o senhor Ernesto Formigheri, tendo acompanhado a caravana, na qualidade de nosso amigo, o senhor João Zanatta, conceituado comerciante e prestigioso prócer do PSD de Sede Independência. Estivemos em São Caetano cerca de uma hora, palestrando, em propaganda de nossos candidatos, com diversas pessoas amigas, porém, como é de nosso hábito não fizemos a mais leve referência pessoal aos ilustres candidatos do pessedismo passofundense à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa, nem tão pouco fizemos qualquer alusão ao desmantelo do PSD. Desafiamos qualquer contestação honesta a essa afirmativa e, se não bastar a nossa palavra, invocamos os testemunhos insuspeitos do senhor João Zanatta e das diversas pessoas com quem palestramos em São Caetano. A informação inverídica que o vosso conceituado jornal, lamentavelmente, veiculou, só pode ser, portanto, fruto da imaginação de alguém que, pelo facciosismo e pela paixão partidária, tivesse se irritado com essa incursão política do PTB, julgando, talvez, que o distrito de Marau seja feudo do PSD. Gratos pela publicação desta, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração. Daniel Dipp – Vice-presidente em exercício. Benoni Rosado – secretário geral.¹⁰⁸

Essas disputas não ocorriam apenas na região do município de Passo Fundo, mas em todo o Rio Grande do Sul, o pleito de 1947 apresentou forte enfrentamento, principalmente no que diz respeito ao comunismo, sendo que muitas vezes torna-se bastante complexo, pois, ao mesmo tempo em que partidos faziam alianças com o PCB, também faziam fortes críticas ao comunismo, conforme o trecho abaixo, de Carla Simone Rodeghero:

¹⁰⁸ Jornal Diário da Manhã, 27/06/1950.

O anticomunismo marcou a campanha eleitoral para o governo do Estado em 1947, disputada por três candidatos: Alberto Pasqualini (PTB), Walter Jobim (PSD, PRP, PCB) e Décio Martins da Costa (PL, UDN). Nessa campanha, o PTB criticou com veemência a aliança do PSD com o PCB. Por sua vez, o candidato Walter Jobim, apesar de tal aliança, dizia-se defensor dos quesitos propostos pela Liga Eleitoral Católica (LEC) e procurava mostrar que seu principal oponente, Alberto Pasqualini, era ateu e esquerdista. Assim, apesar de fazer aliança com o PCB – que vivia seu curto período de legalidade – o PSD atribuía ao candidato do PTB os adjetivos relacionados aos comunistas: esquerdista e ateu.¹⁰⁹

Essa diferença entre PTB e PSD, percebe-se também quando o assunto era a emancipação do distrito de Marau, pois o primeiro era contrário e o segundo favorável, o que se deve inclusive ao fato do doutor Elpídio Fialho ter sido um dos primeiros a lançar a idéia da emancipação, e o mesmo pertencia ao PSD. Essa diferença antagônica percebe-se no texto abaixo:

EMANCIPAÇÃO DE MARAU. Os trabalhistas de Passo Fundo pela voz de seu representante na Câmara Municipal, senhor Wolmar Salton, haviam tomado posição contrária ao movimento emancipacionista de Marau, estranhando aquele representante na ocasião, que a bancada do PSD não tivesse tomado atitude alguma em defesa da integridade territorial do município. Esclarecendo a orientação da representação pessedista, o seu líder, doutor Pedro dos Santos Pacheco, explicou que independente da Câmara ou da Prefeitura, à emancipação de Marau, o assunto não interessava aos vereadores pessedistas, esclarecendo mais que existia uma lei regulando os direitos dos que desejassem se emancipar política e administrativamente, lei essa estadual, cabendo pois a Assembléia Legislativa o julgamento de tais pedidos. Mesmo assim incompetente a Câmara de Vereadores ou o poder executivo para decidir do deferimento ou não da emancipação de Marau, os trabalhistas insistiam em jogar a representação pessedista contra os partidários da autonomia política e administrativa do importante distrito de Passo Fundo, o líder Pedro Pacheco esclareceu que de forma alguma o seu partido contraria o movimento emancipacionista, pelos motivos que explicou, perfeitamente razoáveis e lógicos, aconselhando os adversários da emancipação que se dirigissem a Assembléia Legislativa, poder competente para decidir tão importante assunto. Na verdade, o juiz da causa emancipacionista é Marau. Se na verdade desejam eles criar o seu município, lutando pelo seu progresso, cumpre-nos apenas, imitando o pai ao despedir-se do filho, desejar-lhe felicidade e prosperidade, mantendo sempre suas portas abertas para receber as manifestações de amizade e reconhecimento do novo município.¹¹⁰

A partir desses trechos percebe-se a forte contradição entre o distrito de Marau e o município de Passo Fundo a partir de 1945 e mais especificamente de 1947, quando após anos de hegemonia, os atuais partidários do PSD, anteriormente sob outras legendas perdem o poder municipal para o PTB, partido em ascensão no país e no Rio Grande do Sul. Podemos cogitar que a idéia de emancipar Marau, que surgiu do líder pessedista

¹⁰⁹ RODEGUERO, Carla Simone. Op., cit., p. 100.

¹¹⁰ *Jornal Diário da Manhã*, 19/07/1949.

Elpídio Fialho, tenha algo a ver com essa vitória petebista. Acreditamos nessa possibilidade, pois como os líderes buscavam o poder, para Elpídio Fialho seria mais difícil ser prefeito de Passo Fundo, governado pelo PTB, do que de Marau, onde a ameaça petebista ainda era bastante insignificante.

No capítulo seguinte, continuaremos a delimitar as diferenças políticas entre Marau e Passo Fundo, porém dando maior ênfase ao assunto principal desse trabalho, ou seja, o processo de emancipação marauense.

2 As diferenças políticas entre o município de Passo Fundo e o distrito de Marau e as tentativas de emancipação.

A partir de 1945, com a Lei Agamenon e a criação de partidos nacionais, desenvolveu-se uma forte disputa entre aqueles que podem ser considerados os dois principais partidos do período. Ambos criados por Getúlio Vargas, algumas vezes chegaram a se unir em favor do mesmo a nível nacional. No Rio Grande do Sul, essa coligação nunca se tornou possível. Na região de Passo Fundo, o PTB passou a representar um perigo para o PSD, que estava no poder, e que perdeu para o mesmo em 1947. O PTB assustava, pois vinha crescendo singularmente no país, no estado e na região. Conforme Maria Celina D'Araújo, “O crescimento eleitoral do partido dependeu do prestígio eleitoral de Getúlio em 1945 e em 1950 e, também da capacidade dos dirigentes petebistas de diversificar alianças e incorporar elementos não vinculados aos interesses dos trabalhadores.”¹¹¹

Essa disputa continuou por longos anos, inclusive após o fim da ditadura militar, quando ocorre um ressurgimento do PTB a nível nacional, inclusive com uma forte disputa entre Leonel Brizola e Ivete Vargas o que acabou resultando na recriação do PTB, por Ivete Vargas e no PDT por Leonel Brizola.

Essa disputa caracterizou a região em estudo por muitos anos, tanto antes, como após a emancipação de Marau. Para entender essa disputa, faz-se necessária uma breve retrospectiva do início das duas comunidades, o que faremos a seguir.

2.1 Como começaram as duas localidades.

A seguir, faremos brevemente, uma retrospectiva da ocupação pelo elemento branco, e do início da urbanização das duas localidades, o distrito de Marau e o município de Passo Fundo.

Como a respeito do distrito de Marau já fizemos análise no primeiro capítulo, retomaremos apenas alguns pontos que não foram salientados anteriormente. Sobre Passo Fundo também faremos alguns apontamentos, porém o principal será a análise da disputa política entre Marau e Passo Fundo e as tentativas de emancipação.

2.1.1 Marau.

¹¹¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. Op., cit., p. 66.

O município de Marau, colonizado por imigrantes e descendentes de italianos se constituía em uma localidade bastante religiosa, onde muitas vezes a palavra do vigário era mais importante que a própria lei. Isso acontecia bastante em localidades com essa característica de colonização, pois traziam essa devoção da própria Itália, embora lá, apresentasse características diferentes quanto à força da devoção.

Desde o início da colonização por descendentes de italianos, verifica-se a presença do catolicismo, pois uma das principais preocupações foi logo na chegada construir uma capela e escolher um santo para padroeiro.

Essa característica marcante se acentuou, a partir dos anos 1930, com a chegada dos padres capuchinhos, que construíram um convento, e passaram a conviver mais de perto com a população, pois antes, eram os próprios moradores que realizavam suas cerimônias e o bispo visitava a região esporadicamente para realizar casamentos, batizados e outras bênçãos.

Em razão do surpreendente desenvolvimento da colônia e do povoado, por ato municipal número 258 de 1º de janeiro de 1916, o intendente Pedro Lopes de Oliveira elevava a região à categoria de 5º distrito de Passo Fundo.

Chegou a haver uma disputa pela sede do Distrito entre os povoados do Tope e de Marau. Os habitantes do Tope reivindicavam o direito à sede por ser o núcleo mais antigo. Entretanto, segundo depoimento do falecido Gabriel Reveilleau – que nasceu naquele lugar – o Tope só possuía seis casas e uma igreja, grande e em alvenaria. Eram as residências dos Reveilleau e cunhados. Quanto à igreja, conforme o entrevistado, o brasileiro¹¹² não se dá com padres e não frequenta a igreja, por isso, foi abandonada e começou a ruir. Com a queda da porta principal, transformou-se em curral dos cabritos do senhor Manoel de Araújo Shell, até que foi demolida e os tijolos rateados entre os moradores do povoado.¹¹³

Como o povoado de Marau já tinha mais que vinte famílias, e apresentava um grau de desenvolvimento mais elevado, prevaleceu sobre o Tope, para sediar o 5º Distrito de Passo Fundo.

“Todavia, o senhor Gabriel Reveilleau afirmou em suas entrevistas, que o primeiro subintendente, Francisco Sá, instalou a sede de seu governo no Tope, transferindo-a para Marau somente entre os anos de 1920 e 1922”.¹¹⁴ Na época, o subintendente, cargo,

¹¹² Brasileiro era a denominação usada para pessoas que não fossem de origem italiana, alemã ou polonesa.

¹¹³ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 24.

¹¹⁴ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 25.

atualmente equivalente ao de subprefeito, exercia também a função de delegado de polícia e outros encargos que lhe conferiam os direitos da Constituição de 1881.

A sede do Distrito e interior progrediu tanto que, em 1924 – quando da morte do primeiro intendente, a região já registrava a existência de aproximadamente 650 famílias.

Nas duas primeiras décadas de existência, o que se produzia em Marau era fruto da atividade artesanal: ferrarias, alfaiatarias, marcenarias, curtumes. Mas a população era ativa e atenta às inovações. Assim é que, em 1919, por iniciativa do senhor João Lângaro, foi instalada a primeira linha telefônica, que passou a funcionar na residência do escrivão Abrahão Trentin.

Mas foi a partir de 1923 que começou efetivamente o desenvolvimento em escala industrial, quando Júlio Borella, natural de Pádua, Itália, decidiu instalar um frigorífico de suínos. O Frigorífico Borella e Ltda. Embora com métodos muito primitivos, estava surgindo a primeira indústria marauense. “Onze anos após, em 1934, quando do falecimento do sócio fundador, os produtos Borella já eram apreciados e consumidos nos grandes centros do país como São Paulo e Rio de Janeiro”.¹¹⁵

Um grande impulso para o desenvolvimento se deu a partir do ano de 1928 quando às margens do rio Marau, foi instalada uma usina hidrelétrica com 44HP. Chegava a eletricidade a Marau. Os sócios proprietários da usina foram Antônio Pedro Rigo, Virginio Marosin e Antônio Santin.¹¹⁶

Entre os anos de 1930 e 1940 surgiram diversas casas comerciais inclusive algumas de grande porte para a época. Uma das primeiras foi a de José Primo Bernardi, inaugurada em 1930 e que fechou as portas em 1957. O prédio ainda encontra-se na praça central de Marau, e a partir de 1960, tornou-se patrimônio municipal, sendo utilizado como prefeitura municipal.

Segundo Luís Eduardo Fripp, “em 1939, o distrito de Marau podia ser considerado, sem dúvida, um dos maiores e mais importantes da comuna passofudense, quer em relação à produção agrícola, quer em relação ao florescente comércio e às indústrias”.¹¹⁷

Já o início da colonização de Passo Fundo, datava de aproximadamente 1828, quase cem anos antes do início da colonização de Marau.

¹¹⁵ Idem, p. 39.

¹¹⁶ Idem, p. 40.

¹¹⁷ FRIPP, Luís Eduardo. Op., cit., p. 12.

2.1.2 Passo Fundo.

Aproximadamente em 1828, iniciava o povoamento das terras de Passo Fundo, pelos brancos, pois antes já havia a colonização indígena, quando aí chegava o Cabo Manoel das Neves, trazendo a família, escravos e gado. Instalou ele a sua residência, onde se encontra hoje a cidade de Passo Fundo e tomou posse dos campos adjacentes, inaugurando uma fazenda na região, obtendo concessão do comandante da fronteira de São Borja. Outras pessoas aí se instalaram. Vindos geralmente de São Paulo e Curitiba. Com eles, em 1830, o Cabo Manoel das Neves ergueu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Anos depois, próximo a Mato Castelhano, instalava-se José Domingues de Oliveira que travou relações amistosas com os índios e acompanhava as caravanas dos que passavam pela região. Foi por isso chamado de “bugreiro”¹¹⁸, porque protegia os viajantes e evitava serem mortos pelos índios.

Nesta região viviam, nos meados do século passado, os índios coroados, que não tinham residência fixa. Iam vagando por todo o município de Passo Fundo e pelos municípios vizinhos. Embora fossem nômades, gostavam de passar longas temporadas nas imediações de Povinho Velho, perto de Mato Castelhano, onde vivia Joaquim Domingues de Oliveira, a quem os índios respeitavam. Joaquim Domingues não era índio de nascença, mas criou-se com eles e aprendeu o guarani. Casou-se com uma índia. Para os indígenas, era considerado como um chefe, tanto é que segundo bibliografia¹¹⁹, o chamavam de pai.

No entanto Joaquim Domingues foi morto por uma onça. Os índios sentiram muito a sua morte. Até que viveu Joaquim Domingues, os índios se conservaram amigáveis, pois ele fazia a mediação entre estes e a população branca. Entravam nas vilas e povoados, pediam ajuda, faziam suas compras e não faziam mal a ninguém. Mas, depois da morte do mesmo começaram a ocorrer atritos¹²⁰, devido à falta da intermediação feita por Joaquim, que conhecia o idioma guarani. Resta fazer uma indagação, quem estava invadindo o território de quem? Quem eram os selvagens na realidade?

¹¹⁸ Utilizamos esse termo, que encontramos na bibliografia da região, porém não é o mais apropriado, visto que bugreiro, na bibliografia acadêmica é o nome dado aos que perseguiram e exterminavam os índios.

¹¹⁹ Ver FRIPP, Luís Eduardo. Op., cit.,

¹²⁰ Ver FRIPP, Luis Eduardo. Op., cit.,

Pelo ano de 1840, estavam residindo em Passo Fundo, apenas três moradores. Com a chegada de João Heckel, se iniciava uma nova corrente migratória com grande impulso, após o final da Revolução Farroupilha. Mas os novos moradores se defrontavam constantemente com os perigos que os assaltos dos coroados lhe infligiam, por esse medo, acabaram dizimando populações inteiras, para ocupar as terras originalmente indígenas.

Com o fim da Revolução Farroupilha e o genocídio dos indígenas que ocupavam a região, Passo Fundo começou a crescer sob a ótica do elemento branco e, por lei provincial de 25 de novembro de 1847 a povoação era elevada à categoria de freguesia. No ano seguinte era instalada primeira escola, e em 1857 instituiu-se o município de Passo Fundo.

Era o antigo território passofundense, em sua maior parte coberto de extensas florestas e por enormes fazendas de criação de gado. Assim, o elemento estrangeiro que para Passo Fundo viesse, visando o lado econômico, através da lavoura, das artes manuais ou do comércio, preferia instalar-se nos povoados ou em suas proximidades. Por isso, os novos imigrantes preferiam instalar-se na sede do município, Passo Fundo, ou em seus distritos, como Campo do Meio, Nonoai e Restinga.¹²¹

A última década do século XIX foi profundamente abalada por agitações revolucionárias, principalmente a Insurreição Armada de 1893-95 (Revolução Federalista), que ensanguentou o território passofundense e paralisou o seu desenvolvimento. De 1893 a 1895 o município de Passo Fundo foi vítima da calamidade fratricida que abalava o Rio Grande do Sul. Nessa época, dentro dos limites da comuna se verificaram cinco assaltos, sete combates e uma batalha, sendo esta a mais terrível que em toda a Insurreição se travou. As lutas se deram em Campo do Meio, Passo Fundo, Mato Português, Três Passos e Passo da Areia.¹²²

Porém, no início do século XX, o modo de ocupação do território modifica-se, com novas formas, diferentes pessoas, outras atividades econômicas e mercantis, conforme Tedesco:

A região de Passo Fundo, não muito diferente de outras do estado, caracterizava-se, a partir do início do século XX, pela ocupação privada e econômica da terra (...), pela mescla de relações produtivas entre uma agricultura de alimentos com características históricas do desenvolvimento da pecuária; pela convivência não-pacífica, de relações

¹²¹ BORTLINI, Clélia. Op., cit.,

¹²² Ver FRIPP, Luis Eduardo. Idem.

capitalistas com formas não capitalistas de produção; pela dimensão rentista da terra com as formas avançadas e pretéritas de apropriação capitalista e produtiva da terra; pelo trabalho familiar do colono pequeno camponês com trabalho escravo e semi-escravo de caboclos nas estâncias pecuaristas; pela corrida desenfreada pela apropriação privada da terra por pequenos camponeses descendentes de imigrantes e os chamados 'extrativistas', pobres livres e expropriados que migravam pela região em busca de espaço e desenvolvimento de seu *ethos* cultural, econômico e social; por uma pecuária que relutava em substituir suas atividades tradicionais pelo cultivo de cereais (...); pela destruição das matas pela indústria da madeira, pelas colonizadoras e agentes dos processos de ocupação do espaço rural, abrindo caminhos para a produção de trigo, o aparecimento de moinhos e de uma estrutura cooperativista sob a égide dos granjeiros, dinamismo da suinocultura e sua conseqüente indústria da banha e do salame, matadouros, curtumes e frigoríficos.¹²³

O município cresceu rapidamente, tornando-se um pólo regional de grande destaque, reconhecido a nível regional, estadual e até nacional, pelo seu rápido desenvolvimento, conforme Sandra Mara Benvegnú:

Situado no Planalto Médio Gaúcho, Passo Fundo na década de 1940, já era um pólo regional desenvolvido. Dividido em oito municípios, contava com expressivo potencial educacional, comercial, agrícola, industrial, servido por extensa malha rodoviária e ferroviária, estrutura administrativa e moderno sistema de urbanização, distinguindo-se entre os demais municípios da região, razão pela qual era denominado pela imprensa de Metrópole da Serra.¹²⁴

Mas apesar de todo crescimento econômico na “Metrópole da Serra” outros assuntos também chamavam atenção sobre o mesmo, como os ligados à política e à disputa partidária entre PTB e PSD que se estendia inclusive para os distritos, como o de Marau.

2.2 Passo Fundo x Marau / PTB X PSD: disputas e diferenças políticas e eleitorais.

Pode-se começar a compreender a polarização política no Rio Grande do Sul, e na região de Marau e Passo Fundo, voltando ao tempo da primeira Constituição do Império do Brasil, promulgada em 1824, que proporcionou o surgimento dos dois primeiros partidos brasileiros em 1836 – o Partido Conservador e o Partido Liberal.

No Rio Grande do Sul constituíram-se em duas correntes: a “Liga”, liderada pelo Partido Conservador, e a “Contra-Liga”, sob a hegemonia do Partido Liberal, o nome já definindo pólos contrários e as posições que defenderiam ao longo de mais de um século. Os conservadores conferiam apoio ao poder central em troca de benefícios para a oligarquia

¹²³ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. Op., cit., p. 16.

¹²⁴ BENVENÚ, Sandra Mara. Op., cit., p. 18

regional e os liberais defendiam a descentralização, naquele momento em nome dos interesses dos pecuaristas.

A abdicação de D. Pedro I, foi o marco das definições político-partidárias que se processaram durante e após o período regencial. O “partido brasileiro” que, devido ao absolutismo de D. Pedro rompeu com o Imperador, integraria o grupo dos liberais, tanto monarquistas (moderados ou chimangos e exaltados ou jurujubas ou farroupilhas) como republicanos. O “partido português” que, no decorrer do Primeiro Reinado se identificou com D. Pedro, constituir-se-ia no grupo dos restauradores.¹²⁵

À época, o café era o principal produto de exportação do país, assegurado pelo Império com políticas de proteção contra crises. O charque, também produto de exportação, era a base da economia sulina, e não recebia o mesmo tratamento do poder central. Ao contrário, era usado para minimizar os prejuízos em tempos difíceis.

A venda do charque nos mercados centrais do País (...) encontrava uma situação altamente competitiva com a entrada do produto similar platino. Elevar as tarifas alfandegárias contra o charque estrangeiro era uma tarefa difícil para os donos dos saladeiros sulinos que não tinham acesso aos mecanismos decisórios do poder central. Os ‘donos do poder’, fazendeiros do centro-sul, eram, por sua vez, compradores de charque, com o que alimentavam seu contingente de escravos. Tinham, pois, interesse em adquirir o produto a baixo preço, pelo que manipulavam a política econômico-financeira nacional no sentido de forçar a redução do preço do charque, facilitando a entrada dos concorrentes. Enquanto havia durado o longo período de guerras de fronteira, os senhores da terra, de gado e de charqueadas do sul haviam contado com um importante elemento de barganha a seu favor nas negociações com o poder central, conseguindo obter, por mais de uma vez, a elevação das taxas alfandegárias. Com os lucros mercantis, afetando dessa forma o seu principal produto, os charqueadores sulinos se revelavam assim sem maiores recursos.¹²⁶

As políticas econômicas dos governos que se sucederam no país ao longo dos tempos e que ignoravam as necessidades do Rio Grande do Sul alimentaram as tensões e lutas armadas protagonizadas pelos rio-grandenses contra o governo central. Além disso, havia também um antagonismo violento, muitas vezes fratricida, entre essas duas correntes, com raros momentos de união em torno de causas comuns. “Só quando os entendimentos políticos abriram a possibilidade de Getúlio Vargas chegar à presidência da República é que o Rio Grande do Sul surge como força opositora e, significativamente, as velhas

¹²⁵ PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. 3ª Edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 44

¹²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880/1920*. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 31.

rivalidades entre libertadores e republicanos se apagam, em nome dos interesses de toda uma região”.¹²⁷

Passo Fundo entrou no cenário político com estrutura própria em 1857, ano de sua emancipação, porém sempre foi local de grandes dissensões políticas e partidárias.

Os liberais e os conservadores ocupavam a cena política do município em posições antagônicas fechadas. Os liberais, sob a liderança do major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, governaram de 1857 até 1889, ano da Proclamação da República.

O Partido Conservador de Passo Fundo não se destacava pelos votos, mas, liderado por Gervásio Araújo Annes, mantinha forte disputa ideológica com os liberais.

Marau, ainda não conhecido por esse nome, reduzia-se a um pequeno povoado, o Tope, por onde passava a importante estrada de Botucaraí, que ligava Passo Fundo a Soledade. O Tope, apesar de pequena população, era um local de liberais convictos.

Em todo o Rio Grande do Sul, os liberais reorganizaram-se como partido Liberal Histórico, reformista e defensor combativo do transporte eficiente para o charque, impostos justos e créditos para o setor pecuarista. Foi com esse discurso que conseguiu tirar do Partido Conservador a Presidência do Estado em 1878, elegendo Gaspar Silveira Martins.

No poder, os gasparistas tornaram-se defensores da ordem e das instituições, dando fôlego para que a oposição fundasse o PRR – Partido Republicano Rio-Grandense em 1882, sob a liderança de Júlio de Castilhos.

Em 1889, com a Proclamação da República, os castilhistas assumiram o governo em todo o Estado, permanecendo no poder até 1930.

Castilhos assumiu o governo dizendo-se disposto a proceder como um sereno magistrado. Não ignorava por certo a virulência de seus inimigos, mas como estivesse investido de respeitáveis poderes e cercado pelo apoio da força armada, acreditava destruir o prestígio e os intentos da oposição, pela firmeza e segurança de sua conduta. Como sucede às personalidades dominadoras, assim como atraía afeições incondicionais, Júlio de Castilhos se tornara o alvo de ódios inconciliáveis.¹²⁸

Para manter a hegemonia, foram abolidas as eleições nos municípios. Passo Fundo passou a ser administrado por intendentess e conselhos municipais nomeados. O Tope, e

¹²⁷ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. In: MOTA, Carlos Guilherme. Op., cit., p. 234.

¹²⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4ª edição. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996, p. 101-102.

depois, o Povoado de Marau obedeciam à autoridade do subintendente, um político do PRR escolhido pelo intendente e com funções administrativas e de polícia.

(...) a República apresentava-se como o regime político que melhor encarnava as propostas de progresso, trabalho livre, ampliação da participação política, desenvolvimento econômico, maiores oportunidades de emprego, avanço tecnológico, acesso à educação, princípios todos adequados à instalação de uma ordem burguesa. Neste sentido, o republicanismo dos cafeicultores paulistas constituiu-se numa espécie de projeto burguês para o Brasil, assim como a proposta dos republicanos gaúchos, apoiados nos princípios do positivismo, representou também uma vertente da ordem burguesa no Sul. A diferença residia na forma do regime republicano: para os cafeicultores paulistas, pensava-se numa República liberal, inspirada no liberalismo clássico do século 19, para os positivistas gaúchos, tratava-se de impor uma República autoritária, baseada nos princípios de Augusto Comte.¹²⁹

Os federalistas desencadearam a chamada Revolução Federalista de 1893 a 1895¹³⁰ e outros movimentos políticos como a Insurreição Armada de 1923. Enquanto durou essa insurreição, os colonos italianos de Marau interromperam as viagens de carroça para venda de seus produtos em Passo Fundo, porque tiveram notícias de que os revolucionários linchavam, fuzilavam e degolavam os não revolucionários.

Os imigrantes conheciam a crueldade das guerras. Não tinham esquecido os episódios violentos da unificação italiana muitas vezes repassados de pai para filho, mas nas colônias gaúchas, foram surpreendidos pelas lutas fratricidas e de extrema crueldade entre maragatos e chimangos. Muitos colonos foram recrutados e morreram em combates, outros foram despojados de seus bens ou assassinados. Mas muitos se conscientizaram da força do governo na imposição da ordem, e, por prudência, a maioria conseguiu se manter distante das disputas partidárias.

Depois da Insurreição Armada de 1923, o PRR decidiu abrandar a Constituição castilhistas e permitir a entrada de novas idéias políticas. O grande momento foi a escolha de Getúlio Vargas para o governo do Estado, que só se tornou possível através de uma aliança entre o PRR e o Partido Libertador.

Os anos 20 marcaram um período crucial da história gaúcha e brasileira. Trata-se de uma fase de acentuados conflitos sociais e políticos, em que determinada ordem estabelecida passa a ser contestada, às vezes, através da violência, por novas forças políticas. Mas essa época também é caracterizada pela emergência de novas ideologias e pela

¹²⁹PESAVENTO, Sandra Jatahy. O cotidiano da República. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 11.

¹³⁰ O conflito, academicamente, não pode ser chamado de Revolução, o correto seria Insurreição Armada.

transformação da economia. Assim, a década de 20 apresenta-se, em todos os quadrantes, como um período de crise e transição. No plano mundial, a crise do liberalismo e, no nacional, a da dominação oligárquica são os parâmetros dentro dos quais ocorrem acirradas lutas políticas e se esboçam novas formas de organização da produção. Por uma série de peculiaridades históricas, o Rio Grande do Sul vai desempenhar um papel importante e bastante original nessa dialética de crise e transição no plano nacional. As especificidades político-econômicas da República Velha gaúcha estão vinculadas a uma certa precocidade do Estado quanto à emergência de determinadas estruturas que viriam a ser dominantes no cenário brasileiro após a Revolução de 30.¹³¹

A oligarquia gaúcha, num surpreendente momento de união, preparou-se para conquistar a presidência do país, lançando o gaúcho Getúlio Vargas às eleições em 1929. A vitória sobre o paulista Júlio Prestes seria o resgate do orgulho gaúcho e para tal, a Aliança Liberal conseguiu também a adesão de Minas Gerais e Paraíba. Essa união surpreendeu, pois até o momento havia forte disputa ideológica entre dois grupos distintos:

No processo de formação do sistema partidário rio-grandense, desde os primórdios da propaganda republicana até o advento do Estado Novo, destacam-se três aspectos ao analista político. Primeiro, a persistência de uma clivagem ideológica entre duas famílias políticas que se confrontam, ao longo do período, inserindo-se em diferentes movimentos e estruturas partidárias: os conservadores liberais versus os conservadores-autoritários. A inclusão das duas famílias no mesmo universo ideológico implica a postura subjacente de que se trata de uma divisão política no interior das oligarquias regionais. Emerge, pois, como traço básico de uma classe política originária de um setor rural, apoiado na grande propriedade e numa economia de tipo agropecuário, seja no governo, seja na oposição, a irrupção de uma fissura consistente que, no plano político-ideológico, atravessa o setor dominante da sociedade.¹³²

Vargas não venceu nas urnas, mas os aliancistas se rebelaram, depuseram o presidente e empossaram Vargas, sendo que este conseguiu, no período em que governou o Estado, promover uma pacificação entre as duas forças políticas, segundo Vizentini:

De 1926 a 1927, Vargas ocupará o Ministério da Fazenda do governo Washington Luis, o que lhe permitirá abrir novos horizontes políticos e econômicos. É em 1928, entretanto, que grandes transformações ocorrem no Rio Grande do Sul. Eleito para governar o Estado, Getúlio promove a pacificação política e uma ampla reforma econômica, que tinha como tônica a associatividade dos empresários e o estímulo do Estado a certos setores. Ao garantir uma sólida base de apoio ao nível da classe dominante local, Vargas encampa a estratégia da oposição liberal gaúcha ao articular-se no plano nacional,

¹³¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998, p. 7.

¹³² TRINDADE, Hégio. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)*. Da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 12.

visando as eleições de 1930. Ao nível ideológico, seu projeto autoritário reveste-se das palavras de ordem liberais e das formas de luta da oposição.¹³³

Os fatos políticos de 1930 engajaram muitos marauenses na campanha. Entre eles, ficaram registrados os nomes dos tradicionais combatentes irmãos Eugênio e João La Maison, Dinarte Aguirre, Mundico Lamaison, irmãos Costella, os filhos do Ganducho (João Antônio, Izidoro e Diniz).¹³⁴

Após a posse de Getúlio, continuou o clima de forte movimentação social e política. Os partidos tradicionais estavam convivendo com a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira, constituídas também em Passo Fundo. A primeira, criada em 1935, uniu anarquistas, sindicalistas, liberais e comunistas contra o fascismo, mas, por sua capacidade de unir e agitar as massas, foi fechada por ordem do governo Federal. Enquanto isso, a Ação Integralista Brasileira, ferrenha combatente do comunismo, tinha apoio de setores da igreja católica, sob o autoritário lema nacionalista “Deus, Pátria e Família”.

O ano de 1934 marca, no Rio Grande do Sul, o aparecimento de duas tendências que, ao nível nacional já eram observáveis: de um lado, o início de ação mais concreta e imobilizante da Ação Integralista Brasileira; de outro, a movimentação do operariado, seja se articulando através dos sindicatos ou através dos círculos e associações.¹³⁵

É pouco provável que os marauenses tivessem apoiado as tendências socialistas e anarquistas, uma vez que a assistência espiritual dos padres capuchinhos privilegiava a ordem e a meta católica que era a criação de escolas, associações e jornais para combater o comunismo.¹³⁶

No dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo, banuiu os partidos e os símbolos estaduais e municipais, reforçou o controle sobre as questões sociais e determinou o modelo industrial na economia.

Os imigrantes alemães e italianos foram submetidos, muitas vezes com violência, à “brasilianização”, inclusive sendo proibidos de falar a língua e os dialetos de seus países.

Um fato acontecido em Marau e relatado na série jornalística “Comédias Marauenses” por Clélia Bortolini, revela os transtornos e temores da época:

¹³³ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Op., cit., p. 8-9.

¹³⁴ BORTOLINI, Clélia. Op., cit.

¹³⁵ TRINDADE, Héliog. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)*. Da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). Op., cit., p. 188.

¹³⁶ BORTOLINI, Clélia. Op., cit.

Esta é do tempo em que o gaúcho Getúlio Vargas havia implantado o Estado Novo (1937 a 1945) e governava o país sob regime autoritário. Estava em execução o projeto nacionalista de Vargas. Na ânsia de impor a cultura e os valores brasileiros como instrumento de integração, especialmente nas áreas de colonização alemã e italiana, o Ministério de Educação proibiu o uso dos idiomas alemão e italiano nas escolas, jornais, anúncios de lojas e até nas lápides dos túmulos. Nessas áreas tinha penetração a Ação Integralista Brasileira, criada em 1932, pelo escritor Plínio Salgado. O movimento combatia o comunismo e divulgava idéias de disciplina, hierarquia e organização, sob o lema 'Deus, Pátria e Família'. Em 1938, Vargas determinou o fechamento da AIB, desencadeando rebeliões, prisões e fuzilamento sumários. Os colonos não tinham acesso ao ensino formal brasileiro e se comunicavam através de sua linguagem de berço. Por isso, as colônias foram vítimas de arbitrariedades policiais e atos de violência. Comentava-se que, em todos os lugares, havia espiões do governo. Certa vez, Domingos Mênego Vezaro e um colega conhecido como Meno Pião saíram do frigorífico a conversar em *talian* e foram surpreendidos por policiais. Passaram a noite na cadeia, e, no dia seguinte, foram obrigados a roçar a erva da praça até anoitecer, para dar exemplo. Conta-se também a história de um imigrante que se obrigou a pagar impostos na vila de Marau. Os filhos que já freqüentavam a escola lhe ensinaram algumas palavras em português, apenas o básico para cumprir suas tarefas sem ser preso. Na repartição pública, o coletor perguntou-lhe o nome e ele declarou um tanto solene: - Pedro Chumbo. O coletor procurou na relação dos devedores e não encontrou tal nome. Repetiu, pois, a pergunta e o colono reafirmou com toda a dignidade: - Pedro Chumbo. O funcionário tornou a revisar a lista, agora mais cuidadosamente. Não constava. Pela terceira vez dirigiu-se ao balcão, encarando com desconfiança o já inquieto agricultor, que continuou a afirmar-se... Pedro Chumbo. Quando voltava a conferir seus livros, ouviu o contribuinte murmurar às suas costas: - Ah! Se pelo menos eu pudesse falar *talian*... O coletor, em nome da clareza burocrática (e por puro cansaço), permitiu-lhe transgredir a lei. Aliviado, o homem disparou: - Meu nome mesmo é *Piero Balin*.¹³⁷

A partir de 1945 temos pela primeira vez, o surgimento de partidos nacionais e não mais regionais o que também trouxe grandes mudanças, não só à política nacional, mas também regional.

A primeira eleição para o executivo e o legislativo depois da ditadura de Vargas foi em 1947 e na história da “Novembrada de Marau” pesquisada e relatada por Clélia Bortolini pode-se ler o contexto do período:

Antes de 31 de março de 1964, data em que foi deflagrado o golpe civil-militar que conduziu o país à ditadura, os marauenses viveram a paixão política em intensidade, através da polarização dos partidos PSD e PTB, desencadeada nas eleições de 1947. Naquele ano, o mundo vivia o difícil período do pós-guerra. Encerrada em 1945, a II Guerra Mundial deixara milhões de mortos e feridos, e entre eles estavam soldados do município de Passo Fundo. Enquanto as nações somavam os prejuízos econômicos e ensaiavam seu reerguimento, as potências vitoriosas, mal concluíram a divisão do espólio dos vencidos, já envolveram o mundo na Guerra Fria. Em 1946, a rivalidade entre os Estados Unidos (representante do capitalismo) e a Rússia (representante do comunismo) na disputa pela liderança do mundo desencadeou a corrida armamentista e

¹³⁷ BORTOLINI, Clélia. Op., cit., *Piero Balin* pode ser traduzido como Pedro Chumbo.

transformou o planeta em refém das armas nucleares. Em 1947, o Brasil se alinhou com os Estados Unidos na Guerra Fria, ao formar com os americanos um Tratado de Assistência Recíproco. O temor e a aversão ao comunismo até hoje repercutem na construção do ideário político de Marau – solidamente amalgamado por mais de meio século de predomínio da linha partidária que mais combatia o comunismo na época. Naquele dado período, dois partidos polarizavam o voto no Rio Grande do Sul: o Partido Social Democrático e Partido Trabalhista Brasileiro. O PSD tinha por meta a industrialização dos produtos da agropecuária, ligava-se ao ruralismo gaúcho e considerava a permanência no campo um fator de progresso e estabilidade social. O PTB defendia a elevação do nível de vida das massas urbanas e a criação de oportunidades de trabalho para todos e aproximava-se da esquerda brasileira, termo que designava socialistas e comunistas.¹³⁸

As eleições de 1947 eram, por isso, cruciais. Não causa espanto terem sido usadas para despertar as mais ardorosas paixões, já que colocavam em confronto aberto as idéias que desenhariam o perfil da industrialização gaúcha.

O candidato escolhido para representar o PSD foi Walter Jobim e o PTB lançou Alberto Pasqualini. Continuamos com as colocações de Clélia Bortolini:

No município de Passo Fundo, do qual fazia parte o distrito de Marau, o PSD lançou o nome de Dionísio Lângaro, propagado como candidato dos cristãos, para o cargo de prefeito, apoiado pelo candidato a vereador Elpídio Fialho, 38 anos, há doze anos trabalhando em Marau. O PTB coligado com a UND – União Democrática Nacional lançou para prefeito Armando Araújo Annes e, como candidato local a vereador, Alberto Borella, 45 anos, um dos fundadores do PTB em Marau. Havia ainda a candidatura de Carlos Galves pela Coligação Democrática Crista, formada pelo PL – Partido Libertador, e pelo PRP – Partido da Representação Popular, que tinha como candidato a vice-prefeito Francisco Foresti, 47 anos, em Marau há 22 anos e o jovem Jatyr Foresti como candidato a vereador. O envolvimento de três marauenses de projeção rendeu uma campanha acirrada: Elpídio Fialho tinha o prestígio de ser o primeiro e ainda único médico da vila e de contar com a inequívoca admiração dos freis e da comunidade religiosa; Alberto Borella e Francisco Foresti eram colegas na direção do Frigorífico Borella e estimadíssimos pelos funcionários. (...) diante de informações que ligavam ao PTB o voto dos comunistas, o Vigário Frei Victorino Vian apoiou ‘velada ou declaradamente’ – assim diz a historiografia – o PSD.¹³⁹

Feita a apuração dos votos para governador do Estado, verificou-se a vitória de Walter Jobim (PSD). Entretanto, no município de Passo Fundo, onde votaram 13 mil eleitores, venceu com uma vantagem de pouco mais de cem votos, o candidato Armando Araújo Annes, da coligação PTB/UDN, mas Marau conferiu ao PSD a grande maioria dos votos locais, dando 1170 votos ao Doutor Elpídio Fialho e condições para ser eleito por seus colegas, como Presidente da Câmara de Vereadores. Alberto Borella obteve 194 votos

¹³⁸ BORTOLINI, Clélia. Op., cit.

¹³⁹ Idem.

e Jatyr Foresti 114. Clélia Bortolini continua com suas explicações sobre os fatos relevantes dessa eleição:

Na imprensa de Passo Fundo, os perdedores apresentaram as mais diversas avaliações: o PTB teria vencido graças ao apoio de quatrocentos votos comunistas. Foi no dia 17 de novembro às 21 horas e 30 minutos, que iniciou o episódio denominado A Novembrada em Marau. Sem acesso a documentos oficiais, o relato que segue emerge das páginas dos jornais (*O Salame*, de Marau e *Diário da Manhã*, de Passo Fundo), da historiografia dos capuchinhos e da memória popular, por isso revelam-se certas contradições quanto aos fatos, datas e intenções. Sobre aquele dia 17, noticiava-se: ‘elementos exaltados de Marau e Passo Fundo realizaram grande manifestação hostil frente ao convento, soltaram rojões e dinamite contra os muros e telhado, com gritos de morte aos capuchinhos’. O Convento São Boaventura era, na época, a maior comunidade da Província, abrigando 36 estudantes, cinco irmãos e sete padres. Outro noticiário informava que, no dia 18 de novembro, quarenta caminhões de manifestantes vindos de Passo Fundo teriam feito trepidar com explosivos os muros do convento pelo espaço de uma hora e também teriam apedrejado o hospital e populares. Entretanto, as ameaças de novas incursões de Passo Fundo prosseguiram nos cinco dias que se seguiram. Rememorando aquele período, o marauense Mário Picolli, que prestava o serviço militar no quartel de Passo Fundo, narra que em razão dos acontecimentos, foi decretado estado de prontidão, obrigando os soldados a dormir fardados, com as botinas calçadas e as perneiras ao lado, tendo por travesseiro o mosquetão. No dia 21 de novembro veio a Marau uma caravana chefiada por Nicandro Oltramari. É Ernesto Formigheri quem explica o acontecimento nos jornais *Diário da Manhã* de Passo Fundo e *O Salame* de Marau: a intenção era apenas de demonstrar regozijo pela vitória da candidatura de Alberto Borella, e não para hostilizar os capuchinhos e o Doutor Elpídio Fialho. Descartou também a versão de que se tratou de uma batalha de bombas e foguetes, feita por comunistas e desclassificados: ‘o que houve foi espoucar de foguetes pelas ruas da Vila, não houve excessos, abuso ou desrespeito “moral e à segurança Pública”’.¹⁴⁰

No artigo do jornal *O Salame*, de 26 de novembro de 1947, Formigheri nomeia, inclusive, os participantes da comitiva, sendo eles Artur, Dino e Aparício Lângaro, Alberto Berthier de Almeida, Ítalo Benvegnú, Vitório Reveilleau, Waldemar Ghen, Alberto e Júlio Busato, Urbano Ribas, Gomercindo Brum, Romano Gazzana, Nilo Arno e Wolmar Salton, Urbano Battisti, Jacob Biazus, Agostinho Dall’Agnol, Tenente Pedro Boleslau, Inocêncio Pinto, Tenente Basílio Bicca, Albino Micheletto, Policarpo Vieira, José Anoni e Honorato Ayala, Jandir Lima da Cruz, Henrique Ventura e Júlio Antunes.¹⁴¹

Continuamos com o texto de Clélia Bortolini, por julgarmos bastante esclarecedor e ilustrativo dos fatos ocorridos:

A explicação vem seguida de um agradecimento de Alberto Borella, Francisco Foresti e Jatyr Foresti pela manifestação que os deixara ‘cativos diante das constantes provas de

¹⁴⁰ BORTOLINI, Clélia. Op., cit.

¹⁴¹ Jornal *O Salame*, 26/11/1947.

simpatia’ de que foram alvos. O movimento alcançou o ponto máximo da tolerância dos marauenses: no dia 24 de novembro, o povo reuniu-se numa grande manifestação pública de repúdio às injúrias sofridas e de solidariedade aos capuchinhos. O jornal *O Salame* (que tinha por norma jamais publicar o nome do Doutor Elpídio Fialho) registrou uma nota interessante: o Delegado, que também era industrial (sócio do Frigorífico Guarany de Frederico Westphalen) teria visitado ao Frigorífico Borella para trocar idéias com o sócio-gerente Alberto Borella sobre o seu ramo de negócios. Três meses depois, o articulista ‘Bentevi’ do Jornal *O Salame* acusava ‘a imaginação fértil’ do Doutor Fialho de ter provocado, numa ‘autêntica denúncia caluniosa’ o ‘rumoroso e já falecido inquérito policial.’¹⁴²

As disputas e diferenças políticas verificadas entre Marau e Passo Fundo, repetiam o que ocorria a nível nacional e estadual, com a saída de Vargas do PSD, partido criado por ele, e seu ingresso em um novo partido também criado por ele, o PTB. Miguel Bodea nos dá uma pista sobre uma possibilidade de resolver esse conflito:

Para entender Vargas na sua condição de inspirador, fundador e líder máximo do PTB nacional, é preciso aprofundar uma questão mais geral, que tem sido objeto de polêmicas e avaliações diversas, tanto nos meios políticos, quanto em estudos acadêmicos: como interpretar a aparentemente singular metamorfose do ditador do Estado Novo em líder de um partido de massas de base popular e forte penetração no meio sindical e na classe operária?¹⁴³

Havia também outro foco polêmico: no ano anterior, ficou clara a existência da guerra fria entre os capitalistas americanos e os comunistas russos. O vigário de Marau, com medo do comunismo, teria se manifestado a favor do PSD, porque se espalhara a informação de que o PTB seria o partido que receberia os votos dos comunistas.¹⁴⁴

Apesar do acentuado conflito, sempre havia motivos para brincadeiras: desde maio daquele ano, circulava na Vila o Jornal *O Salame*, impresso no mimeógrafo do Frigorífico Borella, e o povo comentava que Alberto Borella e Francisco Foresti tinham mais chances na eleição porque estavam sempre com *O Salame* na mão...

Na mesma época, o Laboratório Catarinense lançou em Marau intensa campanha publicitária do fortificante SADOL. Nas calçadas e muros da vila, os divulgadores do produto escreveram “TOME SADOL – O GRANDE FORTIFICANTE” tantas vezes que conseguiram superar até a propaganda dos candidatos.

Poucos dias antes da eleição, veio para a vila um cidadão do interior e a tudo observou com bastante atenção, porque ainda não existia a Rádio Alvorada e competia a

¹⁴² BORTOLINI, Clélia. Op., cit.

¹⁴³ BODEA, Miguel. Op., cit., p. 141.

¹⁴⁴ BORTOLINI, Clélia. Idem.

quem viesse para a sede a responsabilidade de levar para casa as notícias, especialmente as políticas.

De volta para casa, o homem reuniu a família e os vizinhos e relatou o que observara:

- Lá na Vila tem um candidato com fama de muito forte! Acho que ele vai ganhar a eleição, porque tem o nome escrito em todas as calçadas e muros. Até nunca tinha ouvido ninguém falar nele, mas é um tal de Tomé Sadol.¹⁴⁵

Conforme já colocamos anteriormente, a vitória de Armando Araújo Annes, foi bastante comemorada pelos correligionários do PTB. Essa comemoração levou os correligionários do PSD, a moverem uma ação contra os mesmos, que foi arquivada, como se vê pelo texto abaixo, do jornal *O Nacional*:

Como é do conhecimento público, quando da expressiva vitória do senhor Armando Araújo Annes, nas urnas, a 15 de novembro, triunfo que levou ao poder municipal o ilustre passofundense, um grupo de destacados cidadãos, representantes de todas as classes da cidade dirigiu-se à vila Marau, onde festejou a vitória do seu candidato, o atual prefeito senhor Araújo Annes. No dia seguinte ao da proclamação da vitória, o dirigente local do Partido Social Democrático, em comum acordo com o PSD de Marau, apresentou uma denúncia, dizendo que os excursionistas de Passo Fundo, que foram àquela vila festejar a vitória do senhor Armando Araújo Annes, praticaram 'atos violentos', 'perturbando a ordem', 'ferindo', 'depredando', 'queimando', e só faltando matar! Foi então, instaurado inquérito, tendo visitado Passo Fundo e Marau, o delegado Augusto Muniz dos Reis, ouvindo numerosas testemunhas.¹⁴⁶

Não foram poucas as manifestações nos jornais, tanto de acusação como de defesa sobre o assunto acima. No jornal *O Nacional*, temos o *A Pedido* que segue mandado publicar pela coligação PTB-UDN:

Os atos de vandalismo e as atrocidades verificadas em Marau... Mas a força policial afirmou: 'Não houve novidade'. Por ocasião da tão falada e caluniada excursão dos manifestantes da coligação PTB-UDN a Marau, que tanto doeu no 'calo chagado' dos antigos e inconformados situacionistas, convém observar que as autoridades policiais, já antes de ser levada a efeito a dita excursão, estavam preparados para evitar qualquer alteração da ordem, coisa alíás que não se verificou, apesar dos rumores correntes nas malbaratadas hostes contrárias. Mandado publicar pela Coligação PTB-UDN.¹⁴⁷

No Rio Grande do sul os dois partidos que tantos atritos causavam entre Marau e Passo Fundo se alternavam no poder do estado gaúcho: em 1947, venceu o PSD, em 1951, foi a vez do PTB, em 1955, volta o PSD; em 1958, vence Leonel Brizola pelo PTB e em

¹⁴⁵ BORTOLINI, Clélia. Op., cit.

¹⁴⁶ Jornal *O Nacional*, 23/03/1948.

¹⁴⁷ Jornal *O Nacional*, 23/04/1948.

1963 retorna o PSD com Ildo Meneghetti e em 1964 o golpe militar interrompe o período democrático.

O PTB não tinha muita força no distrito de Marau, pois, conforme Marli Baldissera: “Fundado em maio de 1945, por Getúlio Vargas, o PTB arregimentava os trabalhadores urbanos e sindicalizados. A criação do PTB foi promovida pelo governo através do Ministério do Trabalho e de seu poder sobre os sindicatos considerados de acordo com a legislação do Estado Novo. O partido foi identificado como a melhor opção para o trabalhador brasileiro”.¹⁴⁸ E o distrito não apresentava trabalhadores urbanos em grande escala, muito menos sindicalizados, a exceção eram os trabalhadores do Frigorífico Borella, cujos gerentes, foram os lançadores e fundadores do PTB em Marau. Mesmo assim, muitos ficavam divididos entre o partido e os candidatos do patrão e o partido e os candidatos da religião, ou seja, da Igreja Católica.

E a base natural do PSD, eram os pequenos municípios, basicamente agrícolas, como era o caso do distrito de Marau. Já o PTB, alcançava grande representatividade no município de Passo Fundo, conforme já foi ressaltado, pela sua forte conotação trabalhista e sindical.

De acordo com Sandra Mara Benvegnú, porém, a formação do PTB de Passo Fundo diferia do nível nacional, pela grande participação da elite nessa formação:

Distinta, porém, foi a formação do PTB de Passo Fundo. Sua composição inicial em novembro de 1945, embora tenha contado com a maioria de trabalhadores sindicalistas, formou-se, também, de uma pequena elite. Alguns desses sindicalistas e intelectuais vieram do PSD e envolveram-se, em sua maioria, no movimento queremista. Mas nem por isso foi pacífica a caminhada do partido.¹⁴⁹

No distrito, o líder do PSD era o médico Elpídio Fialho, que fixou residência em Marau em 1935 e desempenhou funções públicas como vereador e Presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo (1947-1951), emancipacionista (1948-1954), deputado estadual (1955-1959) e Prefeito Municipal de Marau (1959-1963).

Alberto Borella, o líder do PTB, chegou ainda criança em Marau. Com destacada atuação político-partidária, fundou o PTB em Marau, desafiando o PSD em seu reduto mais forte e de longa hegemonia dentro do município de Passo Fundo. Foi um dos presidentes da

¹⁴⁸ BALDISSERA, Marli de Almeida. Op., cit., p. 32.

¹⁴⁹ BENVENGNÚ, Sandra Mara. Op., cit., p. 17

primeira diretoria da comissão pró-emancipação de Marau, juntamente com Honorino Pereira Borges e Francisco Foresti. Em 1955 elegeu-se vereador da primeira Câmara de Vereadores de Marau.

Os marauenses logo compreenderam que tinham que tomar partido para terem respeito e cidadania. As campanhas políticas geravam enfrentamento e intrigas, e, ninguém podia ficar “em cima do muro”. Em cena, na vila e no interior, alto-falantes, foguetes, bandeirolas, caminhões carregando eleitores, cartazes e músicas empolgantes.¹⁵⁰

Um dos aspectos mais interessantes da polarização partidária em Marau é a rivalidade nas instituições, jamais afirmadas oficialmente, mas percebidas pelo povo conforme relatamos anteriormente.

Toda essa rivalidade entre as duas correntes políticas e ideológicas, envolvendo todos os segmentos da sociedade e com ênfase a igreja católica e seus membros, apresentava inclusive momentos cômicos como o que segue extraído do jornal *O Nacional*, que curiosamente era contrário ao PSD, apoiado pelo vigário; novamente nada encontramos a respeito no *Diário da Manhã*:

Anulados 150 votos do concurso de beleza. Os cupons vieram de Marau e estavam preenchidos com o nome de uma candidata desconhecida: VICTORINA R. VIAN. Continua empolgando desde o início das apurações, o grande concurso de beleza instituído em nosso município, para escolha da representante máxima da beleza feminina passofundense. O magnífico certame, que tem despertado interesse geral em todo país, efetuando-se em várias nações do mundo, tem o patrocínio da sociedade Artística parisiense e da famosa revista Cinievas, da capital francesa. A maioria dos municípios gaúchos vem tomando parte nesse elegante concurso, devendo o mesmo ser encerrado em Passo Fundo dentro de poucos dias, procedendo-se amanhã à noite a apuração final. MARAU: o próspero distrito de Passo Fundo tomou parte saliente na parada de beleza, tendo se apresentado duas belas representantes da mulher marauense: as gentis senhoritas Diva Borella Borges e Olga Borella. Agora, quase no final do concurso, surgiu uma candidata, trata-se da senhorita Victorina R. Vian. 150 votos, cupons devidamente preenchidos, foram depositados numa das urnas da cidade. O doutor Carlos A. Leite, delegado Federal do Concurso de Beleza, atualmente em Passo Fundo, examinou, reexaminou, pensou, considerou bastante, andou daqui e acolá a procura da identidade da nova candidata, mas não pode localizá-la. Em consequência, segundo comunicação que s.s. nos fez, os votos para Victorina R. Vian foram anulados.¹⁵¹

Permeado por todo esse clima de disputa política entre PTB e PSD, que não ocorria apenas no distrito, mas em todo o Estado e com forte presença da igreja católica, membros da elite política, econômica e religiosa da vila começaram pensar na sua emancipação

¹⁵⁰ BORTOLINI, Clélia. Op., cit.

¹⁵¹ Jornal *Diário da Manhã*, 29/03/1949.

política e econômica. Esse processo de emancipação, que durou quase dez anos e movimentou o distrito, é o que tentaremos analisar na seqüência do trabalho.

2.3 As tentativas de emancipação.

O processo de emancipação municipal, no Brasil, é antigo. Iniciou-se na década de 1940, intensificando-se nas décadas de 1950 e 1960, apresentando um período de estabilidade entre 1970 e 1980, devido às restrições aplicadas pelos governos militares. Nos anos de 1980 e 1990, com o término do regime militar, reiniciou-se o processo novamente.

Marau pode ser inserido nas duas ondas de emancipações. Na década de 50, quando pleiteou e conseguiu a sua emancipação, e na década de 90, quando quatro de seus distritos emanciparam-se simultaneamente.

A idéia da emancipação do distrito de Marau surgiu numa reunião do PSD, realizada no mês de julho de 1948 e convocada pelo médico Elpídio Fialho, que era presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo. Na referida reunião foi decidido que dois cidadãos marauenses iriam a Porto Alegre, a fim de tratarem, junto às autoridades estaduais, do caso da emancipação.

Pode-se perceber que o desejo de emancipação, se dava, em função de o governo do município de Passo Fundo não investir na infra-estrutura marauense, conforme demonstra a seguinte nota, vinculada no jornal *Diário da Manhã*:

Inteiramente abandonada a Praça de Marau. Apesar da verba de Cr\$ 30.000,00 para melhoramentos da mesma, consignado no orçamento do corrente ano. É por essas e outras que o povo do próspero distrito deseja a emancipação. Entretanto, já estamos quase em fins do mês de julho, portanto, na segunda metade do ano, e a verba destinada a Praça de Marau continua 'enfurnada'. Enquanto isso, o importante logradouro público, que deveria ter aspecto mais condizente com a importância daquela vila, lá está inteiramente abandonado, qual potreiro, numa má triste demonstração de desinteresse das autoridades administrativas passofundenses. Alias, não é este o primeiro caso dessa natureza que se registra em Marau, distrito que vem sendo o filho abandonado de Passo Fundo, na atual administração. Essa uma das razões que tem fortalecido o movimento emancipacionista que toma vulto no rico e próspero distrito, cuja população obreira e progressista não pode conformar-se com o plano de inferioridade a que foi jogada desde a muito.¹⁵²

Elpídio Fialho e Lydio Bergonsi viajaram à capital do Estado e, ao regressarem, expuseram aos companheiros quais seriam os caminhos que deveriam ser seguidos para que

¹⁵² Jornal *Diário da Manhã*, 17/07/1949.

o sonho emancipacionista pudesse ser concretizado. Todos aplaudiram a idéia de convocar imediatamente o povo, em todas as localidades, para discutir com eles sobre a criação do município.

A população empolgou-se com o plano, e em seguida foi criada a primeira diretoria para tratar do assunto que ficou assim constituída: Presidente de honra – frei Victorino Villasboas Vian; Presidentes Efetivos – Alberto Borella, Honorino Pereira Borges e Francisco Foresti; Vice-Presidentes – José Primo Bernardi, Jaty Francisco Foresti e João Ferlin; Primeiro Secretário – Lydio Bergonsi; Segundo Secretário – Dino Albino Trentin; Terceiro Secretário – Gustavo Silveira Ferret; Cobrador – José Vidimar; Primeiro Tesoureiro – Alfredo Borella; Segundo Tesoureiro – Virgílio Marosin; Terceiro Tesoureiro – José Posser; Comissão de Propaganda – frei Venâncio de Alfredo Chaves, Lauro Ricieri Bortolon, Gabriel Reveilleau, José Pisseti, Alberto Gustavo Nauck, José Posser Sobrinho, e mais uma extensa lista de outros nomes. Percebe-se que para a composição dessa comissão, não se levaram em conta as filiações partidárias, numa demonstração clara de que momentaneamente, as paixões políticas cediam espaço à paixão pela emancipação político-administrativa do distrito.

Esta comissão foi organizada e empossada em 05 de agosto de 1948, em reunião realizada no salão de festas do Clube Liberdade. A comissão pró-emancipação escolheu como advogado da causa, o Doutor Mário Daniel Hoppe, primeiro marauense a formar-se em Direito.

Em seguida, realizaram inúmeras reuniões populares e criaram-se subcomissões. No interior pregavam-se nos sermões dominicais, nas missas e nos cultos, com a ajuda do frei Victorino. O ideal se alastrava em todas as localidades e entusiasmava a população. Marau queria emancipar-se. “A modesta vila se empolgou com o sonho de ser, um dia, uma grande comuna”.¹⁵³

E a vista de seu desenvolvimento cada vez mais crescente, muitos marauenses pensam em se constituírem em município independente, constando que o governo do Estado esteja disposto a homologar, o justo anseio dos marauenses. Marau é de fato um bom centro populoso com mais de 400 casas, sendo uma cidadezinha regular e continua desenvolvendo assombrosamente, contando com grandes indústrias. É pensamento dos marauenses emanciparem-se, anexando ao novo município os distritos de Vila Maria e Camargo, aquele de Guaporé e este de Soledade. Estamos informados que o povo de

¹⁵³ FRIPP, Luís Eduardo. Op., cit., p. 75.

Vila Maria como de Camargo estão dispostos a endossarem o anseio dos Marauenses na formação de um novo município.¹⁵⁴

A expectativa quanto à emancipação era muito grande, sendo marcada data para a realização de plebiscito:

A realização do plebiscito em Marau aprovada na Comissão Especial de Divisão Territorial do Estado, Camargo e Maria integrarão o novo município. Continua em foco a questão da realização de plebiscito das localidades de Marau, Camargo e Maria, para a formação de um novo município, que teria sua sede na primeira dessas vilas. O assunto encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado com a necessária documentação, tendo sido escolhido relator o deputado Leonel de Moura Brizola, que deu parecer favorável à realização do plebiscito, sendo o mesmo aprovado pela Comissão Especial de Divisão Territorial do Estado, em sua sessão de 19 de julho.¹⁵⁵

Porém, além da euforia, havia um clima de apreensão em relação ao resultado no distrito de Camargo, conforme demonstra o seguinte trecho, no qual também se percebe a preocupação do município de Passo Fundo, em relação ao mesmo:

O povo de Marau, Maria e Camargo decidirá hoje da constituição ou não de mais um município no Estado. Enorme expectativa para o plebiscito. Hoje teremos a consulta ao povo de Marau, neste município; de Vila Maria, em Guaporé; e de Camargo, em Soledade, que pleiteiam emancipação, constituindo-se numa comuna com sede na primeira dessas vilas. O referido plebiscito vem despertando enorme interesse, divergindo muito as opiniões quanto ao seu resultado. E em consequência disso torna-se difícil adiantar-se qualquer prognóstico em torno do pronunciamento das urnas. O que se ventila por aí é que em Marau e Vila Maria a idéia emancipacionista tem ampla maioria, enquanto que em Camargo a situação é outra, estando dividida a opinião pública. Em consequência desse estado de coisas cresceu muito a expectativa, principalmente em Passo Fundo, que está ameaçado de perder um dos seus mais ricos e importantes distritos.¹⁵⁶

A seguir faremos a análise de como se processaram as duas tentativas de emancipação, sendo que a primeira foi considerada inconstitucional e a segunda que pode ser considerada vitoriosa.

2.4 A primeira tentativa: fracasso.

¹⁵⁴ Jornal *O Salame*, 18/10/1948.

¹⁵⁵ Jornal *Diário da Manhã*, 22/07/1949.

¹⁵⁶ Jornal *Diário da Manhã*, 25/09/1949.

Delimitado o território que constituiria a área física do futuro município, concluído o processo, foi determinado o plebiscito, por lei de quatro de agosto de 1949. Realizado no dia 25 de setembro de 1949, teve os seguintes resultados:

SIM: 2381 VOTOS.

NÃO: 666 VOTOS.

Escolha da sede do novo município:

Marau: 2243 votos.

Outra localidade: 430 votos.

A área do município seria constituída por Marau, distrito de Passo Fundo, Camargo, distrito de Soledade e Vila Maria, distrito de Guaporé. Porém, antes mesmo da realização do pleito, já havia dúvidas sobre a aprovação ou não do distrito de Camargo, como vimos no trecho anterior e como se vê no trecho a seguir, do *Diário da Manhã* e também pelo fato de os dirigentes políticos de Soledade serem contrários à perda desse território:

Enorme expectativa para o pronunciamento do povo desse distrito passofundense e mais de Camargo e Vila Maria, em torno da emancipação. De acordo com a deliberação superior, deverá ser realizado domingo o plebiscito nos distritos de Marau, neste município; Vila Maria, em Guaporé; e Camargo, em Soledade, relativamente à fundação de um novo município, que teria sua sede na primeira dessas localidades. Como é do conhecimento geral, o movimento emancipacionista foi iniciado em Marau em fins do ano passado e desenvolveu-se intensamente, havendo mesmo quem acredite que a idéia da formação da nova comuna sairá amplamente vitoriosa nas urnas. E acredita-se mesmo que em Marau a causa emancipacionista praticamente não tem adversários. Deverá sair vitoriosa por ampla margem. Mas, e Vila Maria e Camargo? Na primeira dessas localidades parece que a maioria da opinião pública se manifestará também favoravelmente à emancipação. No que diz respeito a Camargo, porém, parece que há sensível divisão da opinião pública, afirmando os soledadenses que a causa emancipacionista será fragorosamente derrotada e assinalando os marauenses que apesar da propaganda contrária, conseguirão a vitória. Possivelmente nesse distrito é que se decidirá o plebiscito. Porque mesmo que os partidários da emancipação obtenham a vitória amplamente em Marau e Vila Maria, se forem derrotados em Camargo terão perdido a causa, pois o novo município não poderá ser formado unicamente com aqueles dois distritos.¹⁵⁷

Como se vê, toda a população do distrito se empolgou com a possibilidade de passarem a viver com seus próprios recursos, porém o distrito de Camargo acabou votando contra essa emancipação.

Com base nesse resultado, a Lei Estadual número 955, de 14 de dezembro de 1949, criou o município de Marau. Entretanto no dia seguinte o Tribunal do Estado cassava a

¹⁵⁷ Jornal *Diário da Manhã*, 23/09/1949.

decisão por julgá-la conflitante com a Lei em vigor. A Lei do Supremo Tribunal Federal de número 534 confirmou posteriormente a decisão do Estado, negando a emancipação do distrito.

A Lei vigente exigia que prevalecesse o SIM em todas as localidades e, em Camargo, a maioria votou NÃO à emancipação.

O distrito de Camargo manifestou-se contra a Emancipação de Marau. E em consequência não sairá o novo município. – Em Marau e em Vila Maria a causa saiu vitoriosa mas em Camargo, foi vencida por 128 votos. Sob o clima de expectativa, mas num clima de completa tranqüilidade, de absoluta calma, foi realizada domingo a consulta plebiscitária nos distritos de Marau; Vila Maria, e Camargo, no tocante à fundação de novo município. Mais de 3 milhares de eleitores compareceram às urnas nos três importantes distritos, tendo a abstenção sido muito reduzida, o que demonstra o interesse do povo naquela questão. Às 9 horas da manhã de ontem foi instalada a junta apuradora do plebiscito, no edifício do foro. A apuração do plebiscito foi iniciada pelas urnas de Marau, em número de seis. Nesse distrito, a causa emancipacionista contou com enorme maioria, vencendo pela diferença de 1.500 votos. A exemplo do sucedido em Marau, no distrito de Maria a causa emancipacionista saiu vencedora, por grande maioria. Toda a expectativa da apuração relacionava-se com as urnas de Camargo, visto nesse distrito de Soledade as opiniões divergiram muito, principalmente em consequência da atuação da chefia daquela comuna, que desenvolveu intensa propaganda contra a emancipação. E o resultado foi a derrota da causa de Marau, por uma diferença de 128 votos, nas duas urnas do distrito. De acordo com o Artigo 19 da Lei número 315, que regula a realização das consultas plebiscitárias para que uma região consiga a sua emancipação deve a causa sair vitoriosa em todos os distritos. Dessa forma, a causa de Marau foi derrotada.¹⁵⁸

Após essa derrota, no distrito de Camargo, várias foram as manifestações, nos jornais, sobre a mesma. Mas, também, percebe-se claramente que o objetivo não seria deixado de lado, e que continuaria a luta e a campanha emancipacionista, como o seguinte trecho do jornal *A Cidade de Marau*:

O resultado da campanha que se encerrou com a chamada às urnas da população de três distritos, teve um desfecho desfavorável a sua nobre finalidade. Baldados foram os esforços sobre humanos de cidadãos abnegados. Baldados foram os esforços desses cidadãos que acorreram às urnas para concorrer com a força de seu voto para a campanha emancipacionista. A derrota não nos desacorçoa: derrotados fomos nas urnas, mas invictos permanecemos na nossa idéia objetiva. Marau e Maria emancipar-se-ão num futuro próximo sem a concorrência do distrito soledadense. Essa é a voz unânime que brota do peito dessas centenas de votantes que viram seu ideal retardado pela incompreensão duma fraca minoria. O distrito soledadense abandonado a sua própria sorte, jamais será integrado no elo progressista do futuro município formado por Marau e Maria. Severino Colnaghi.¹⁵⁹

Por dias continuaram as manifestações sobre o plebiscito, lamentando o fato:

¹⁵⁸ Jornal *Diário da Manhã*, 27/09/1949.

¹⁵⁹ Jornal *A Cidade de Marau*, 01/10/1949.

Escreveu: Severino Colnaghi. O curso normal da campanha emancipacionista abruptamente interrompida pela derrocada nas urnas em Camargo, toma nesta hora um novo elance e desta vez com a vitória a vista. Para quem se atirou a campanha com todas as forças de que dispõe, e por vezes viu seus esforços morrerem aos pés de uma fraca minoria, esse é um momento da mais viva satisfação; satisfação que apenas os heróis podem sentir ante o duplo esforço duma campanha duplamente encetada. A Assembléia Estadual ab-rogando um dispositivo da lei que dificultava a efetivação dos anseios das populações de Marau, Maria e Camargo, correspondeu a iniciativa de um grupo de pessoas entusiastas e progressistas que há mais de um ano, interpretando as aspirações da comunidade davam início a campanha que nesta hora aproxima-se a largas passadas da meta final.¹⁶⁰

O texto acima, também faz relação, a uma possibilidade que surgiu após o plebiscito, de mudança da lei eleitoral, o que possibilitaria a emancipação de Marau, porém, essa não se efetivou, e apenas na segunda tentativa, ocorreu a emancipação político-administrativo do distrito.

Sobre essa possibilidade, nos chamou bastante atenção o artigo publicado no jornal *A Cidade de Marau*, devido a posição tomada pela bancada do PSD, na hora da votação desse projeto, sendo que dois componentes da Comissão eram da região de Passo Fundo:

Aprovada a Emancipação de Marau, pela Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa. Sobre o caso da emancipação de vários distritos rio-grandenses pronunciou-se a Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa do Estado, tendo a essa o de Marau merecido maior atenção de parte dos membros dessa comissão. O assunto foi amplamente discutido, e submetido à aprovação, verificou-se que a reivindicação emancipacionista marauense foi vitoriosa por 4 votos contra 3. Votaram a favor da emancipação os membros do PTB, PRP e UDN contra 2 membros do PSD e um do PL. Os membros passofundenses dessa comissão que são dois votarem em sentido oposto. O deputado Victor Graeff da UDN foi a favor da emancipação e o deputado Odalgiro Corrêa do PSD foi contra essa deliberação.¹⁶¹

Logo em seguida saíram explicações sobre o porquê dos votos dos ditos deputados terem sido contrários ao projeto:

Desfazendo boatos sobre a emancipação de Marau. Fala ao Diário da Manhã, o deputado Odalgiro Corrêa, apontado pelo 'boato' como tendo votado contra a emancipação do distrito de Passo Fundo. A propósito de certos boatos divulgados em Passo Fundo, segundo os quais o deputado Odalgiro Corrêa, representante do PSD na Assembléia Legislativa do Estado, havia votado contra a emancipação de Marau, resolvemos ouvir a palavra do destacado prócer pessedista, que inicialmente nos declarou que o 'boato' que corria em Passo Fundo, era destituído de qualquer fundamento, de vez que ninguém está tratando de emancipação deste ou daquele município. - Apenas quanto a isto, afirmou o nosso entrevistado: existe uma corrente na Comissão de Constituição e Justiça a que pertença, que entende que a emenda constitucional, nos termos em que foi apresentada,

¹⁶⁰ Jornal *A Cidade de Marau*, 19/11/1949.

¹⁶¹ Jornal *A Cidade de Marau*, 31/05/1951.

entregando ao Estado o direito exclusivo de criar municípios, fere a autonomia municipal, preceito consagrado na Constituição da República. Esta corrente que foi vencida no seio da Comissão entende que sendo o município antigo atingido em seu território e em suas rendas locais deve ser ouvido quando da criação de novo município e isto pela forma que a lei recomendar. (...) frisou o nosso entrevistado, que após outras considerações sobre o assunto, concluiu suas declarações dizendo que os marauenses sabiam perfeitamente que quando chegar a ocasião apropriada para a sua emancipação, terão o voto favorável do deputado Odalgiro Corrêa. Lamentou o nosso entrevistado, que elementos empenhados na divulgação da intriga e falsos boatos, fossem levados a sério por pessoas que tinham a obrigação de não darem crédito a essas misérias da politicagem.¹⁶²

Os artigos em defesa de correligionários do PSD, no Jornal *Diário da Manhã*, eram vários e com bastante frequência, como o seguinte:

Marau escapou à traição. Resposta ao Bentevi, da 'Cidade de Marau'. De um leitor do Diário da Manhã, recebemos o seguinte comentário, cuja publicação nos foi solicitada: 'Recalcado com a derrota do trabalhismo na Assembléia Legislativa, no caso da reforma da Constituição, o Bentevi publicou no jornal 'A Cidade de Marau', um artigo intitulado 'Marau foi traído', no qual desopila a bílis que lhe altera o semblante, em criticas injustas ao PSD e aos seus líderes. Efetivamente Marau esteve para ser traído pelos bentevis que infestam a fauna deste distrito, e quem o salvou foram justamente os homens do PSD e seus aliados, cujos representantes na Assembléia Legislativa, não permitiram que o trabalhismo truculento modificasse a nossa Constituição, dando poderes discricionários ao chefe do Executivo para criar tantos municípios quantos desejasse para satisfazer as ambições políticas dos que hoje vivem à sombra do poder. Pretendia o PTB, com a reforma da Constituição, conferir, por uma lei, poderes ao chefe do executivo para a criação de novos municípios, bastando que a zona a ser emancipada dispusesse de 12 mil habitantes, de uma renda não inferior a seiscentos cruzeiros. Contando como certa a reforma constitucional, os trabalhistas já estavam preparados para criar cerca de 38 novos municípios no Rio Grande do Sul. A criação das novas comunas obedeceriam a um critério de estrita politicagem trabalhista. E, para evitar esses golpes de politicagem estrita, as bancadas do PSD-UDN-PL e PSB, votaram contra a reforma da Constituição. Mas fiquem certos os marauenses que terão eles o seu município, cuja emancipação será decretada logo seja aprovada uma nova lei reguladora da criação de novas comunas, não nas bases pretendidas pelos trabalhistas.¹⁶³

Durante os sete anos que durou a luta emancipacionista todas as atenções se voltaram para este acontecimento. Outros fatos houve, certamente, mas nenhum deles mereceu o destaque que possuía então a batalha pela emancipação. Inclusive as diferenças partidárias, durante este período de tempo, cederam lugar à vontade de ver o distrito transformado em município, para após a emancipação, poderem lutar pelo poder na nova comuna, como se verificou posteriormente.

¹⁶² Jornal *Diário da Manhã*, 07/06/1951.

¹⁶³ Jornal *Diário da Manhã*, 13/07/1951.

2.5 A segunda tentativa: Marau agora é cidade.

Apesar do fracasso nas urnas, na primeira tentativa, a comissão pró-emancipação de Marau não desistiu de ver a vila transformada em cidade, como demonstram diversos artigos publicados nos jornais, no período entre um plebiscito e outro que foi de 1949 a 1954:

Escreveu: O PAPAGAIO. Não há muito tempo, passando de viagem por Marau, contemplei com os olhos da imaginação, o bonito aspecto que apresenta essa progressista cidade que ainda vive com o nome de vila. Marau, é sem duvida alguma, o centro mais próspero no interior do município de Passo Fundo, graças a uma gente laboriosa que bem traduz o seu grande desenvolvimento comercial e industrial, verdadeiro índice de cultura e patriotismo. Integrado por um bom número de estabelecimentos de considerável significação, entre os quais firmas industriais, Marau prospera e exige a sua emancipação... Trata-se de uma justa aspiração do povo marauense e de sobremaneira uma justiça em face da importância econômica do grande distrito. Tendo Marau conseguido tão adiantado grau comercial e industrial, por que negar-lhe a emancipação?... Será que as leis não poderão dar-lhe o lugar que por justiça merece?...¹⁶⁴

A lei número 2116 de 24 de setembro de 1953 deu nova regulamentação à formação de novos municípios e duas leis fixaram os limites da área que deveria responder à consulta por Marau, com 1055 km² desmembrados de Passo Fundo e Guaporé, ou seja, primeiro Distrito Marau, parte de Ernestina, Ametista, Maria e parte de Montauri. Camargo foi excluído, sendo anexado ao município de Marau em 17 de fevereiro de 1959, pela Lei 3723, após abaixo-assinado realizado pelos moradores do distrito.

Através da Lei número 2189, assinada pelo governador interino João Caruso, foi estabelecido o dia 20 de dezembro de 1953 como a data do novo plebiscito.

O resultado do segundo plebiscito foi o seguinte:

Inscritos: 4312 eleitores.

Votantes: 2238 eleitores.

Favoráveis: 1763 votos.

Contrários: 461 votos.

Nulos 05 votos.

Branco: 09 votos.

Essa segunda tentativa de emancipação também resultou em diversos artigos nos jornais de Passo Fundo e locais, como esse que segue:

¹⁶⁴ Jornal *A Cidade de Marau*, 04/02/1950.

O amplo movimento de opinião favorável à criação do município de Marau. As possibilidades de desenvolvimento da nova comuna – Marau ficará com uma receita anual estimada em CR\$ 1.797.837, 40. – A ação desenvolvida pelo grande líder emancipacionista doutor Elpídio Fialho. – Interessantes dados sobre o novo município. Marau, 23 (do nosso enviado especial) – Atualmente, um problema preocupa os marauenses: a sua emancipação política e administrativa. Velha aspiração dos habitantes de Marau e Vila Maria, a idéia de emancipação tomou corpo, mobilizando todas as consciências e reunindo todas as energias a serviço da causa que vem empolgando de maneira admirável os habitantes da zona a ser emancipada. Em palestra com o doutor Elpídio Fialho, humanitário médico e político de projeção estadual, a quem os marauenses de todos os partidos e credos religiosos elegeram o seu general da cruzada emancipacionista, recolhemos dados interessantes a respeito do movimento vitorioso para a criação do município de Marau, que já seria comuna se não fosse decretada a inconstitucionalidade da 1ª lei de divisão territorial.¹⁶⁵

Para evitar contratempos, e o perigo de novamente seu plebiscito ser considerado inconstitucional a Comissão de Emancipação, consultou, inclusive, a Câmara de Vereadores de Passo Fundo, conforme o artigo que segue do jornal *A Cidade de Marau*, transcrito do jornal *O Nacional* de 9 de dezembro de 1953:

Marau esta na eminência de emancipar-se efetivamente, de Passo Fundo, contrariando as perspectivas pessimistas de muita gente, inclusive de nossa parte, em face do recurso interposto pelos municípios atingidos pela campanha emancipacionista que se desenvolve em vários pontos do Estado. O principal argumento contrário às emancipações projetadas é o de que estas se processam unilateralmente, ouvindo-se apenas os núcleos interessados, com abstração do município atingido. Talvez para fugir a essa ameaça, foi que a comissão Pró-Emancipação de Marau, dirigiu ao memorial, onde foi objeto de consideração na última sessão plenária da Câmara Municipal de Passo Fundo, que, assim, se tornou histórica. O gesto dos vereadores de Passo Fundo foi muito louvado, merecendo destaque especial, de vez que constitui um caso inédito nos processos emancipacionistas que se registram em nosso Estado. Trata-se de um grande povo trabalhador e imbuído de nobres ideais. Marau, filho de Passo Fundo, será, sem dúvida alguma, um dos grandes municípios riograndenses de que Passo Fundo sempre se orgulhara.¹⁶⁶

Para justificar o porquê da vontade marauense de emancipar-se, às vezes, páginas inteiras dos jornais eram utilizadas, conclamando os moradores a comparecerem às urnas, como a seguinte:

Povo de Marau. A união faz a força – unamo-nos firmes no dia 20 com as cédulas “Sim” – “Marau” para a criação do novo município. Justas razões de um novo município! Por que um novo município? Queremos um novo município pelas seguintes razões: I) Porque a administração fica mais perto de todos e mais fácil para atender. II)

¹⁶⁵ Jornal *Diário da Manhã*, 28/11/1953.

¹⁶⁶ Jornal *A Cidade de Marau*, 12/12/1953.

Porque os administradores serão pessoas da localidade e perfeitos conhecedores das necessidades locais. III) Porque os impostos pagos serão aplicados em benefício direto dos contribuintes. IV) Porque um município pequeno poderá ser administrado por poucos. V) Porque Marau terá Cr\$ 1.817.002,90 de renda. VI) Porque Marau será uma pequena cidade com pouca despesa de manutenção. VII) Porque o cálculo da receita de Marau é baseada na renda de 1952. (...) IX) Porque criado o novo município virão para cá cerca de Cr\$ 1.208.635,00 anualmente. X) Porque a nova comuna receberá do Governo Estadual cerca de 800 HP de Luz. XI) Porque com energia abundante virão novas indústrias. XII) Porque aumentando a contribuição para o Estado aumentará o retorno Estadual. (...) XIV) Porque em 4 deste mês recebeu o apoio de todos os vereadores da Câmara Municipal de Passo Fundo. XV) Porque Marau, já tem linha telefônica até Três Passos. XVI) Porque Marau terá poucas estradas tronco para cuidar. XVII) Porque Marau terá uma renda de Cr\$ 1.998,00 por Km². XVIII) Porque Marau não terá por vários anos, necessidade de construir Prefeitura, pois a atual sub-prefeitura servirá para atender os serviços. XIX) Porque as coletorias, delegacia de Policia, fórum, etc. não trarão nenhuma despesa para o novo município, pois são instaladas pelos governos do Estado e Federal. XX) Porque a renda do novo município é suficiente para manter as atuais escolas Municipais e criar outras e pagar melhor os professores.¹⁶⁷

Um assunto que também era utilizado para justificar a vontade marauense de emancipar-se diz respeito à rodovia RS 324 Marau-Passo Fundo, tema que continuou em pauta após a emancipação, e que ainda hoje gera controvérsias. No período, artigos de jornal foram escritos como o seguinte:

Entre as primeiras rodovias a ser construída pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, encontra-se a rodovia Passo Fundo – Porto Alegre, via de comunicação, muito embora ainda imperfeita, que veio assegurar a drenagem da produção da região serrana, para os mercados consumidores de Porto Alegre e suas adjacências. Em 1939, o DAER deu por terminada a reconstrução da rodovia Passo Fundo – Porto Alegre. A 6ª residência do Departamento atacou o trecho Passo Fundo – Marau, partindo dos trilhos da Viação Férrea até a ponte sobre o Rio Marau. O traçado, com muitas imperfeições, encurtou a distância entre Passo Fundo e Marau, para 32 km, por uma rodovia construída a empedramento, cuja superfície requereu a aplicação permanente de terra para assegurar aos veículos tráfego em melhores condições. Concluída a construção do trecho Passo Fundo – Marau, em 1939, foi instituído um serviço de conservação. Segundo dados que obtivemos, de 2 em 2 km existe um zelador, além de uma pequena turma cujo efetivo varia de 10 a 15 homens. Tanto os zeladores como o pessoal da turma, têm como encargo colocar com uma pá, sobre o leito da rodovia, uma quantidade determinada de terra, capaz de cobrir o empedramento. E fazem 14 anos que funcionários do DAER, vivem colocando terra na rodovia para as enxurradas levar. E quando vem uma chuva, lá se vai a terra e o dinheiro do povo junto. Com a importância gasta em conservação, só e pessoal, o Estado já poderia ter mandado construir uma rodovia à base cimento e ferro.¹⁶⁸

Nos jornais locais, continuava grande a propaganda dos motivos que levavam o povo marauense a querer a emancipação, bem como incriminando algumas pessoas contrárias a esse desejo, que faziam propaganda propalando que com a emancipação, aumentariam os

¹⁶⁷ Jornal *A Cidade de Marau*, 19/12/1954.

¹⁶⁸ Jornal *Diário da Manhã*, 08/04/1953.

impostos no novo município, como a seguinte notícia, do jornal *A Cidade de Marau*, vinculada no dia anterior ao plebiscito:

Os estudos para a criação do município foram realizados por pessoas que todos conhecem e sabem que sempre se interessaram pelo progresso e bem estar desta região. Não vão atrás daqueles que nada fizeram por Marau, que nunca se interessaram pela nossa sorte, mas que agora andam percorrendo o futuro Município assustando com aumento de impostos, só por interesse político, só para não perderem eleitores, porque querem ser vereadores por Passo Fundo. Alerta pois e pensem bem nessa verdade: A Comissão pró-emancipação de Marau é composta por homens que conheceis e sabeis perfeitamente que estão trabalhando para o bem de todos. O Município não interessa só aos moradores da Vila.¹⁶⁹

Outro fator utilizado como justificativa para o porquê da emancipação estava ligado ao valor da receita do distrito de Marau e da despesa com o mesmo se comparado com outros distritos conforme o quadro abaixo, retirado do jornal *A Cidade de Marau* do dia 05/07/1952:

Crítica Construtiva. Receita e despesa do município de Passo Fundo no Exercício de 1951.

| | Receita | Despesa | Déficit | Superávit |
|-----------------------------|----------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| Cidade e 1º Distrito | 10.027.328,60 | 8.407.717,90 | | 1.619.610,70 |
| Ametista | 51.779,50 | 109.778,70 | 57.999,20 | |
| Coxilha | 31.983,20 | 46.386,60 | 14.403,40 | |
| Tapejara | 148.023,80 | 213.805,79 | 65.781,90 | |
| Marau | 279.345,30 | 168.467,60 | | 110.887,70 |
| Ernestina | 77.847,30 | 114.244,20 | 36.396,90 | |
| Água Santa | 69.095,60 | 120.448,49 | 50.452,80 | |
| Sertão | 163.675,20 | 211.665,50 | 48.989,30 | |
| Ciriaco | 30.883,40 | 58.782,70 | 17.849,30 | |
| Sede Trinta e Cinco | 45.670,40 | 49.520,30 | 3.649,91 | |

Pelo demonstrativo supra se nota que oito distritos do município de Passo Fundo tiveram mais despesa de que receita, o que nem por isso deve o executivo deixar de atender as necessidades dos mesmos quer na instrução pública quer na conservação de estradas para o escoamento de sua produção. Vemos na cidade e no 1º distrito um superávit no exercício de 1951 Cr\$ 619.610,70 assim como Marau com um superávit direto de Cr\$

¹⁶⁹ Jornal *A Cidade de Marau*, 10/12/1954.

110.877,70 o que bem demonstra a excelente arrecadação neste distrito e com despesas bem inferiores a certos distritos que obtiveram menos arrecadação, motivo pelo que, estaria na hora do executivo se interessar mais por Marau como seja o de tratar do calçamento da Avenida Julio Borella, onde os moradores da Avenida estão de acordo em contribuírem com suas parcelas assim como colocação de cordões e sarjetas que liga a Avenida à Igreja Matriz. Um pouco de interesse na limpeza e mesmo na remoção de terra da Praça Rio Grande do Sul que atualmente tem um mau aspecto, construção de 2 boeiros na Rua dos Capuchinhos bem perto da Escola Cristo Rei, dirigida pelas Irmãs Franciscanas, com isto, os marauenses, ficam aguardando as providências que o Sr. Prefeito Municipal tomará. Lauro R. Bortolon. Dr. Odolir G. Foresti.¹⁷⁰

Por Lei número 2550 de 18 de dezembro de 1954, o Governador Ernesto Dornelles sancionou e decretou Marau como município. A instalação ocorreu no dia 28 de fevereiro de 1955.

Após o segundo plebiscito e conseguida a tão esperada emancipação chegava a hora de o município seguir por sua própria conta, sendo que as disputas políticas tão comuns no tempo de distrito não apresentaram mudança, conforme veremos a seguir.

3 História política, história do poder: as disputas políticas pós-emancipação.

Os sujeitos construtores da história política são diversos e representam interesses plurais próprios à realidade humana. São sujeitos individuais, mulheres e homens que escolhem a vida pública como profissão, ou se inserem nas lutas sociais como militância. São sujeitos coletivos institucionais, como organizações políticas e partidos que reúnem pessoas que têm como identidade o compartilhamento de projetos comuns.¹⁷¹

¹⁷⁰ Jornal *A Cidade de Marau*, 05/06/1952

¹⁷¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op., cit., p. 129.

Conseguida a tão esperada emancipação, chegava a hora de escolher os representantes políticos que iriam governar o novo município. A partir desse momento, acabava a união que havia se formado em torno da causa emancipacionista e começava a disputa pelo poder.

Percebe-se que os partidos, no período, não possuíam projetos muito claros de desenvolvimento, e o objetivo principal era o poder. Essa característica não era recente, e continuou ao longo do tempo. Segundo Lucília Delgado, isso se deve ao fato de durante o Estado Novo, os mesmos terem sido dissolvidos por Getúlio Vargas:

Na verdade, o decreto presidencial de Getúlio Vargas que determinou a retirada de cena das agremiações partidárias que atuavam naqueles anos inclui-se no elenco das diferentes medidas governamentais, que, ao longo do período republicano, tem contribuído para que, no Brasil, os sistemas partidários tenham a marca da efemeridade e os partidos políticos, na maior parte das vezes, perfis e projetos pouco definidos.¹⁷²

Percebe-se também, que a disputa anteriormente verificada teve continuidade durante anos no novo município, e mesmo a nível regional e estadual, conforme o trecho a seguir:

É importante lembrar que o período do governo Juscelino corresponde, no Estado do Rio Grande do Sul, ao fim do governo Meneghetti (PSD/1955-1958) e início do governo Brizola (PTB/1959-1962). Sabendo-se que, no Rio Grande do Sul, não se estabeleceu a aliança PSD-PTB, ao contrário, constituíram os dois pólos do antagonismo regional, não surpreende que as contradições internas às duas agremiações, decorrentes de suas articulações nos dois níveis (estadual-nacional) tenham-se também acentuado nesse período, embora, como veremos, sejam mais significativas para o PTB.¹⁷³

Se levarmos em consideração a data da emancipação de Marau, percebemos que se encontra exatamente no contexto abordado pela autora acima, sendo que nas Atas da Câmara de Vereadores, encontramos diversas polêmicas ligadas ao Governo Estadual e também à Câmara de Vereadores de Passo Fundo, relacionadas a vários assuntos, como pagamento de impostos e taxas e nomes de localidades do interior ou da divisa entre Marau e Passo Fundo.

Sandra Mara Benvegnú, em sua dissertação de Mestrado, também faz referência que essa disputa, “política [que ocorria] entre duas frentes corria dentro das práticas normais de uma campanha eleitoral, vez por outra, porém, algumas práticas fugiam ao convencional, como forma de temperar um pouco mais o quadro que se mostrava”.¹⁷⁴ Citamos como

¹⁷² Idem, p. 130.

¹⁷³ CANEPA, Mercedes Maria Loguercio. Op., cit., p. 81.

¹⁷⁴ BENVIGNÚ, Sandra Mara. Op., cit., p. 68

exemplo, os casos em que havia corte de luz nas emissoras de rádio, para evitar os discursos dos adversários, ou quando, após a emancipação, casos em que quando as sessões da Câmara eram transmitidas ao vivo pela Rádio, ficava fora do ar em determinados assuntos ou discursos de determinada pessoa, ou o contrário também, quando alguns governantes negavam-se a falar pelo fato de não estar sendo transmitido.

A fala a respeito do comunismo, e todo o imaginário criado ao redor do mesmo, também tiveram continuidade após a emancipação, pois era uma característica do período, esse medo do comunismo e de seus líderes, como se pode notar, em diversas atas, da Câmara de Vereadores, solicitando, que se restringisse os atos de Luís Carlos Prestes: “Indicação do vereador Bergonsi, solicitando o repúdio da Casa, às andanças do Líder Comunista, Luís Carlos Prestes, em terras gaúchas e brasileiras, para disseminar idéias comunistas e antipatrióticas. (...) a indicação foi aprovada com o apoio do PTB. (...) pediu comunicação às autoridades estaduais e federais e às Câmaras de todo o Estado.”¹⁷⁵

Conforme Carla Simone Rodeguero:

O conceito imaginário anticomunista possibilita uma série de questionamentos às fontes e o levantamento de várias reflexões no sentido de relacionar o anticomunismo com as representações e as práticas, analisando o processo de construção e de atribuição de uma identidade ao comunista (...). O imaginário (...) assume esta dupla função: interfere na prática dos indivíduos ou instituições; forja sentidos, identidades; define comportamentos, inculca valores; atribui méritos; corrobora ou condena atitudes (...). o imaginário propõe estereótipos e paradigmas que são apresentados como verdades, definindo-se alguns papéis como naturais e desqualificando-se outros considerados como inconcebíveis.¹⁷⁶

Os partidos políticos, sempre foram estudados e dissecados pelos historiadores, como o local principal da mediação política, e a influência que exercem na vida cotidiana das pessoas, conforme Serge Berstein:

Aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política. (...) Fenômeno histórico (...) o partido político está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens, tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Ata da Câmara de Vereadores de Marau, nº 12, 22/05/1961.

¹⁷⁶ RODEGUERO, Carla Simone. Op., cit., p. 28-29.

¹⁷⁷ BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 71-72.

Julgamos importante, retomar, através do olhar de Sandra Mara Benvegnú, como teve início essa forte disputa entre PTB e PSD, no município de Passo Fundo, e que foi transmitida para o distrito, e depois município de Marau:

embora, de formação diversificada, o grupo que se aglutinou em torno do PTB local tinha como liame unificador o getulismo (...). Nesse sentido, sob o prisma dos sindicalistas, nasceu em defesa da manutenção dos ganhos trabalhistas concedidos por Vargas, mas em relação a elite de letrados em seus interior, também a uma ação fortemente orientada de ascensão política e conquista do poder. (...) Quando o PTB entrou no cenário político local, quem dominava a cena era o PSD, sigla partidária em que se abrigaram históricas forças políticas conservadoras, (...) oriundas do PRR e do PL.¹⁷⁸

Continuamos com Sandra Mara Benvegnú, a justificar como se dava essa disputa, bem como os meios utilizados pelos partidos para a mesma, como jornais e emissoras de rádio ou pessoas:

Contava, também, esse partido (PSD), com a adesão de Túlio Fontoura, proprietário do *Diário da Manhã*, destacado vergueirista, que fez do jornal importante instrumento de defesa do partido através de forte oposição não só ao PTB, mas a tudo que se relacionava a Getúlio Vargas. Como forma de se estabelecer como força política, houve primeiramente, por parte do PTB, a necessidade de romper com a dominação oligárquica que imperava.¹⁷⁹

A complexidade política regional é tão acentuada, que anos mais tarde, no município de Marau, encontramos nas atas da Câmara de Vereadores, um representante do PSD “inimigo” ferrenho de Getúlio Vargas, tecendo elogios e lamentando o aniversário da morte da sua morte. Transcrevemos a fala do Vereador Ângelo Santin Neto, do PSD:

Devo também lembrar que no dia 24 próximo passado transcorreu mais uma data do ex-presidente Getúlio Vargas. Foi ele um grande batalhador para o desenvolvimento de nosso país. Mais de uma vez ele assumiu maior posto de uma autoridade brasileira. Mais de uma vez ele procurou traçar em linhas retas o nosso progresso. Penso ainda que ele estava dirigindo o país com idéias certas, mas que com o mau assessoramento, levou o mesmo a praticar um ato que até hoje não sabemos o verdadeiro porque do seu desaparecimento, para entrar na história como ele mesmo disse em sua carta.¹⁸⁰

¹⁷⁸ BENVEGNÚ, Sandra Mara. Op., cit., p.255.

¹⁷⁹ Idem, p. 256.

¹⁸⁰ Ata da Câmara de Vereadores de Marau, 23/06/1977.

Continuamos com a visão de Sandra Mara Benvegnú justificando como se deu o rápido crescimento do PTB, tanto no município de Passo Fundo, como na região, e no próprio país, bem como da sua coligação, em Passo Fundo com a UDN:

[o PTB] uniu-se à UDN, partido ideologicamente oposto, conquistando já em 1947, com Armando Annes, o poder executivo municipal. Quebrado esse importante elo de poder, foi gradativamente ampliando esse espaço e se apossando também de posições em âmbito estadual e federal, até afastar e neutralizar de vez o domínio do PSD. Em 1950, já era a maior força eleitoral em Passo Fundo. O sucesso do PTB, nitidamente marcado pela associação com a figura carismática de Getúlio Vargas, projetou no cenário político nomes que se tornaram referência nessa área (...).¹⁸¹

O primeiro governante do novo município de Marau teria de lidar com mudanças substanciais que vinham ocorrendo tanto ao nível de região, quanto no Brasil, principalmente ligadas a área da agricultura, conforma Tedesco:

Consideramos que as décadas de 1950 e 1960 foram importantes na redefinição das raízes agrárias/agrícolas regionais. Pois bem, foi a partir da metade da década de 50 que se consolidou um novo modelo de organização econômica, expandindo o capitalismo dependente, internacionalizando a economia, acelerando a produção de bens industriais pelo viés da ordem privada, nacional e estrangeira.¹⁸²

Embora a primeira legislatura apresentasse muitas dificuldades, tinha como contraponto a honra de ser a primeira.

Foi, portanto, em meio a tais mudanças e perspectivas que Marau inicia sua vida política autônoma. Como não poderia deixar de ser, as principais lideranças políticas locais provinham dos setores dinâmicos da economia marauense que, em última medida, justificava a viabilidade da emancipação de Passo Fundo. Outro aspecto que se revela ao visualizar estas lideranças e sua atuação profissional é a filiação partidária ao longo do período que se inicia com a democratização de 1945, ditadura militar de 1964, e redemocratização a partir do fim do bipartidarismo em 1979. Neste aspecto, fica evidente a linearidade entre as principais agremiações que recuperam a memória ideológica precedente. Por fim, apresentamos também um mapeamento da trajetória política desses

¹⁸¹ BENVEGNÚ, Sandra Mara. Op., cit., p. 257.

¹⁸² TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. Op., cit., p. 243/244.

atores, como forma de visualizar sua inserção na arena política de Marau e mesmo antes deste ser município ainda.¹⁸³

Quadro 1 – Executivo

| Nome | Profissão | Partido | Trajatória política/períodos |
|-------------------------|-----------------------------|------------------|---|
| Elpídio Fialho | Médico | PSD/ARENA/PDS | Vereador (presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo) – 1947/51; Líder emancipacionista; Deputado Estadual (1955/58); Prefeito Municipal de Marau (1959/63); |
| Lauro Ricieri Bortolon | Contabilista | PSD/ARENA | Líder emancipacionista; Vereador por Passo Fundo (1951/54); Prefeito municipal (1955/59); Vereador (1960/63); Prefeito Municipal (1964/68) |
| Severino de Toni | Advogado | PSD/ARENA | Vereador (1964/68), Prefeito Municipal (1969/72); |
| Jatyr Francisco Foresti | Diretor Frigorífico Borella | PRP/PSD/ARENA | Suplente de Vereador em Passo Fundo -1947/51. Prefeito Municipal (1973/76) |
| José João Santin | Advogado | ARENA/PDS/PPB/PP | Vereador (1969/72), Prefeito Municipal (1977/82; 1989/92) |
| Francisco Sérgio Turra | Advogado | ARENA/PDS/PPB/PP | Vice-prefeito (1977/82); Prefeito Municipal (1983/86); Deputado Estadual (1987/90; 1991/94); |
| Luis Brocco | Contabilista | ARENA/PDS | Vereador (1977/82); Vice-prefeito (1983/86); Prefeito Municipal (1986/88); |

Quadro 2 - Vereadores do PSD, ARENA, PDS e PL.

| Nome | Profissão | Partido | Trajatória política/períodos |
|---------------------------------|---------------------|-----------|--|
| Adroaldo Falquemback Reveilleau | Advogado | PL | Vereador (1955/59); |
| Antonio de Toni | Agricultor | PSD | Vereador (1955/59) |
| Casemiro Weber | Agricultor | PSD | Vereador (1955/59) |
| Honorino Pereira Borges | Dentista Prático | PSD | Líder Emancipacionista; Vereador (1955/59; 1960/63). |
| Lydio Bergonsi | Farmacêutico | PSD | Líder emancipacionista; Vereador (1955/59; 1960/63); Vice-Prefeito (1969/72); |
| Ildo Zílio | Comerciante | PSD | Vereador (1960/63) |
| João Lopes de Oliveira | Funcionário Público | PSD/ARENA | Vereador (1960/63; 1964/68; 1969/72) |
| Lauro Ricieri | Contabilista | PSD | Líder emancipacionista; Vereador por Passo Fundo (1951/54); Prefeito municipal (1955/59); Vereador |

¹⁸³ Para a confecção destes quadros foram usadas como fonte as obras sobre Marau escritas por Francisco Bernardi e Luis Eduardo Fripp já citadas na bibliografia, além da colaboração do próprio autor Francisco Bernardi e da entrevista com Clélia Bortolini.

| | | | |
|------------------------|------------------------------|---------------|--|
| Bortolon | | | (1960/63); Prefeito Municipal (1964/68) |
| Severino Colnaghi | | PSD | Vereador (1960/63) |
| Antônio Carlos Santin | Sócio da 1º Hidrelétrica | PSD | Vereador (1964/68) |
| Plínio Disconzi | Médico | PL | Vereador (1964/68) |
| Severino de Toni | Advogado | PSD | Vereador (1964/68), Prefeito Municipal (1969/72); |
| Antônio Segundo Perin | Comerciante; Contabilista | ARENA | Vereador (1969/72) |
| Carlos Riva | Agricultor; Comerciante | ARENA | Vereador (1969/72) |
| José João Santin | Advogado | PSD/ARENA | Vereador (1969/72), Prefeito Municipal (1977/82; 1989/92) |
| Ivanhoé Silveira Moura | Agricultor | ARENA | Vereador (1973/76) |
| Jatyr Zilio | Dentista | ARENA | Vereador (1973/76; 1977/82) |
| José Dal' Asta | Comerciante | ARENA | Vereador (1973/76) |
| Jovino Segala | Contabilista | ARENA | Vereador (1973/76) |
| Pedro de Marco | | ARENA | Vereador (1973/76) |
| Valdir Sozo | Agricultor | ARENA/PDS | Vereador (1973/76; 1977/82; 1983/88; 1989/92; 1993/96) |
| Victorino Mezzomo | Comerciante | ARENA | Vereador (1973/76) |
| Vital Serafim | Gráfico | ARENA | Vereador (1973/76) |
| Ângelo Santin Neto | Comerciante | ARENA/PDS | Vereador (1977/82; 1982/88) |
| Darci Luis Perin | Funcionário Público | ARENA | Vereador (1977/82) |
| Luis Brocco | Contabilista | ARENA | Vereador (1977/82); Vice-prefeito (1983/86); Prefeito Municipal (1986/88); |
| Luis Pagnussat | Comerciante | ARENA | Vereador (1977/82) |
| Moacir Antonio Perin | Despachante | ARENA/PDS | Vereador (1977/83; 1983/88) |
| Alceu Sgarbi Lodi | Professor | PDS | Vereador (1982/88) |
| Antônio Gilmar Borges | Agricultor | ARENA/PDS/PPB | Vereador (1982/88; 1989/92; 1993/96; 1997/00) |
| Aristeu Menino Vieira | Corretor de Imóveis | PDS | Vereador (1982/88) |

| | | | |
|-------------------|---------------|---------|---|
| Arlindo Gaio | Comerciante | PDS | Vereador (1982/88; 1989/92; 1993/96; 2001/04) |
| Lencaster Foresti | Administrador | PDS/PPB | Vereador (1983/88; 1997/00; 2001/04) |
| Volmir Longo | Comerciante | PDS | Vereador (1983/88; 1989/92) |

Quadro 3 - Vereadores do PTB, MDB e PMDB

| Nome | Profissão | Partido | Trajetória política/períodos |
|------------------------------|-----------------------------|--------------|---|
| Pedro Piran | Comerciante (Cinema) | PTB | Vereador (1955/59; 1960/63) |
| Solferino Agostini | | PTB | Vereador (1955/59) |
| Alberto Borella | Industrial | PTB | Líder Emancipacionista; Vereador (1955/59); Candidato a Prefeito (1963); |
| Lânder Machado | | PTB | Vereador (1956/59) |
| Mário Fróes da Silva | Funcionário Público Federal | PTB | Vereador (1960/63; 1964/68) |
| Irajá Andara Rodrigues | Exator Estadual | PTB | Vereador (1964/68) |
| Mário Caetano Borella | Comerciante | PTB | Vereador (1964/68) |
| Darci Luiz Agostini | Comerciante | MDB | Vereador (1979/72) |
| Evaldo Franco | Advogado | MDB | Vereador (1969/72) |
| Ivanor Benedetti | Agricultor | MDB | Vereador (1969/72) |
| Herzelino David Bordin | Contabilista; Professor | MDB | Vereador (1973/76) |
| Delcino Bortolini | Diretor Comercial | MDB/PDT/PMDB | Vereador (1977/82; 1989/92; 1993/96) |
| Iedo Claudino Fuga | Industrialista | MDB | Vereador (1977/82) |
| Neuri Becker Portella | Comerciante | MDB | Vereador (1977/83) |
| Odolir Parizzi | Comerciante | MDB /PMDB | Vereador (1977/82; 1983/88) |
| Adroaldo Falquembach Ribeiro | Advogado | PMDB | Vereador (1982/88) |
| Auriberto Lucir Perin | Despachante | PMDB | Vereador (1982/88) |
| Darcy Barrili | Agricultor | | Vereador (1982/88) |

Pelos quadros acima, pode-se fazer uma análise da política marauense, percebendo-se a predominância do PSD/ARENA e dos partidos dele descendentes. Colocamos o PL juntamente com os mesmos, por perceber que apoiavam os candidatos a prefeito desses partidos, bem como as indicações e projetos da Câmara de Vereadores que tivessem autoria do Executivo ou de vereadores do PSD/ARENA, e por ter sido a ARENA o partido escolhido pelos mesmos no período bipartidário.

Em relação à oposição, aqui representada a princípio pelo PTB e depois pelo MDB/PMDB percebe-se a dificuldade em obter espaço, pelas características anteriores mesmo a emancipação e que algumas vezes chegaram a se acentuar, como no fato da tentativa de cassação de um vereador do PTB, quando dos primeiros meses da ditadura militar.

Nota-se claramente, na leitura das atas da Câmara de Vereadores, que as propostas dos membros da oposição que diziam respeito a questões políticas, como enviar prestações de contas ao Tribunal de Contas para serem analisadas, dificilmente eram aprovadas, visto que a situação sempre representou a maioria. Em alguns casos chegavam a ocorrer discussões bastante acaloradas, principalmente quando os vereadores falavam a respeito do Governo Estadual ou Federal.

Na seqüência faremos uma breve análise de algumas das administrações municipais do Executivo e Legislativo compreendidas entre os anos de 1955 e 1988. Escolhemos esse período pelo fato de ser o de maior predominância dos partidários do PSD/ARENA, sendo que após essa data a oposição começou aos poucos adquirir mais espaço no município, o que não caberia analisar nesse trabalho.

3.1 Primeiras eleições: o mandato provisório e a eleição de Lauro Ricieri Bortolon.

Em 28 de fevereiro de 1955 instalava-se o município de Marau, antes 5º Distrito de Passo Fundo. Após a emancipação, a trégua entre os partidos políticos de Marau, principalmente o PSD e o PTB chegava ao fim. Afinal, estava em disputa a glória de assumir, pela primeira vez, os destinos do novo município.

O pacto de união em prol da causa emancipacionista havia durado sete anos. Com a conquista da autonomia político-administrativa a comunidade marauense elegeu seus primeiros governantes, e, conforme o descrito acima, houve uma predominância do PSD, depois ARENA e demais siglas que o substituíram por um longo período, sendo que a oposição era praticamente inexistente, e apenas em 1992, conseguiu eleger um prefeito:

A partir de 1966, especialmente nas eleições para senador da República, a região passaria a ser composta por municípios, antes distritos, emancipados, que mantiveram a tradição de voto em candidatos e em partidos dissidentes e de uma tendência liberal conservadora. Desse período em diante, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) passaria a obter os maiores percentuais de votos, dominaria os pleitos eleitorais e teria as prefeituras regionais sob sua administração. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na região constituía-se de ex-partidários do PTB e, com algumas exceções, de membros de outros partidos que apoiavam uma tendência mais democrática nas ações políticas do período.¹⁸⁴

Conforme Szatkoski essa predominância da ARENA, não era exclusividade de Marau, mas uma característica da região a que o município pertence, uma razão para isso é de que “com o AI-2, (...) assegurou-se a tendência de que os partidos conservador-liberal, agora aglutinados na ARENA, continuassem a se manter no poder na região do Médio Alto Uruguai, ao contrário do que ocorria na maioria dos municípios do Rio Grande do Sul, onde as forças políticas do PTB mantinham uma sólida dominação” é o que assegura a autora.¹⁸⁵

Para elaboração dessa análise procuramos analisar as atas da Câmara de Vereadores do município de Marau, como forma de tentarmos entender as bases em que se formou essa predominância dos remanescentes do PSD, já que se percebe que alguns dos opositores do mesmo, durante o período em que era distrito, acabaram filiando-se a ele após a emancipação, como por exemplo, Jatyr Francisco Foresti, que protagonizou grande polêmica em relação ao grupo escolar conforme relatamos anteriormente, e que foi posteriormente Prefeito Municipal pela ARENA, no período de 1973/76.

A primeira administração foi assim constituída, prefeito Municipal, Lauro Ricieri Bortolon; vice-prefeito, Reinoldo Matte. Assumiu o primeiro mandato em 28 de fevereiro de 1955 e terminou em primeiro de janeiro de 1960.

¹⁸⁴ SZATKOSKI, Elenice. Op., cit., p. 44.

¹⁸⁵ Idem, p. 45.

A Câmara de Vereadores aprovou a adoção do Regimento Interno e Lei Orgânica de Passo Fundo, aprovada em 25 de março de 1954, até que se elaborasse e outorgasse a Lei Orgânica própria.

No dia 3 de outubro de 1955 houve eleições gerais para as câmaras de vereadores de todo o Brasil. Em Marau foram eleitos os vereadores para a segunda legislatura, pois até essa data, os vereadores tinham mandato provisório. A posse ocorreu no dia 31 de dezembro de 1955.

A primeira sessão da câmara de vereadores provisória ocorreu no dia 28 de fevereiro de 1955 e ficou assim constituída: Presidente: Honorino Pereira Borges, Vice-presidente: Antonio de Toni, Primeiro Secretário: Adroaldo Falquembach Reveilleau, Segundo Secretário: Casemiro Webber, Líder do Partido Social Democrático: Lydio Tomás Antonio Bergonsi, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro: Pedro Piran e Solferino Agostini. Os suplentes que assumiram foram: Ivo José Goulart, Dino Albino Trentin, Nilo Morandi e Vergílio Marosin.¹⁸⁶ Esses vereadores provisórios continuaram após as eleições de outubro.

Lauro Ricieri Bortolon nasceu em Lagoa Vermelha, em 20 de setembro de 1910. Filho de Vitor Bortolon e Maria Moresco. Fez seus estudos primários e secundários no Colégio Conceição, em Passo Fundo.

Em 1929 fixou residência em Marau. Formado em Contabilidade, iniciou sua atividade trabalhando no escritório da Casa Comercial de José Bernardi, do qual foi braço direito, tendo feito com que a referida entidade comercial expandisse muito seus negócios e implantasse filiais em Água Santa, Ciriaco e Concórdia (em Santa Catarina). Trabalhou na casa comercial por muitos anos, chegando a ser seu diretor. Foi sócio fundador e presidente por quatro vezes do Clube Liberdade, assim como do Éden Clube e do Centro de Tradições Gaúchas Felipe Portinho.¹⁸⁷

A trajetória do prefeito Bortolon nas hostes do PSD pode ser traçada também por sua atuação profissional, ou vínculos empregatícios. Como funcionário da casa comercial de José Bernardi, não poderia deixar de seguir a orientação política de seu empregador e ambientar-se socialmente nos mesmos círculos daquele. Veja-se, por exemplo, o fato de

¹⁸⁶ FRIPP, Luís Eduardo. Op., cit., p. 86.

¹⁸⁷ Idem, p. 88.

que ainda na época da comissão de emancipação, José Bernardi ocupou o cargo de vice-presidente, enquanto Lauro Bortolon tratava da Comissão de Propaganda. Certamente essa comissão era a responsável por divulgar, casa a casa, as idéias emancipacionistas, o que lhe deve ter possibilitado um contato direto com grande parte da população. Outro aspecto relacionado é o fato de a comissão ter sido instalada no Clube Liberdade, o mesmo que Bortolon viria a presidir por muitos anos. Na história política, como já dissemos, as relações e vínculos que dão origem a grupos e facções são determinadas também por uma teia de interesses só percebidos quando cruzamos informações de várias fontes.

Bortolon iniciou sua vida política em 1951, como membro do Partido Social Democrático, e por esta legenda foi escolhido pelo distrito de Marau para a Câmara de Vereadores de Passo Fundo. Com a elevação de Marau para município, foi candidato a prefeito, com uma vitória expressiva, obtendo 4300 votos contra 616 votos da oposição. Em 1959 no término de seu mandato, concorreu a Câmara de Vereadores, também se elegendendo. Desempenhou o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores por quatro anos. “Como primeiro chefe e primeiro Prefeito Marauense precisaria ele de muita coragem e otimismo para fazer de Marau o que hoje vimos nesta pujante cidade. É claro que (...) o primeiro sempre será mais difícil e por isso, às vezes, considerado como um herói. O difícil sempre foi começar me diz ele.”¹⁸⁸

Clélia Bortolini nos dá uma colaboração, bastante curiosa, sobre a primeira eleição do já então, município de Marau, que demonstra que, apesar das disputas, fatos cômicos também ocorriam:

Sempre amistoso Bortolon fez grande parte de sua campanha para a Prefeitura na base do bate-papo, perfeitamente à vontade nos círculos de conversa do Clube Liberdade, onde o aperitivo reunia nos finais de tarde, um grande número de marauenses. Não mudou sua rotina o candidato nem mesmo no dia do pleito. E se aquele ambiente já era animado em dias normais, pode-se imaginar em dia de estréia... de eleição. Pois a certa altura do dia, Lauro lembrou-se de que também teria de votar. Procurou José Primo Bernardi e lhe pediu uma carona até a secção em que estava inscrito. Bernardi, espantado pelo pedido em hora tão inusitada, informou-o de que a votação há muito já havia encerrado... Mesmo sem seu próprio voto, Lauro venceu.¹⁸⁹

Na pequena vila que há pouco havia se tornado município, havia poucas ruas e todas as estradas eram de chão batido. Em dias de chuva, tornava-se puro barro, dificultando os

¹⁸⁸ Idem, p. 89.

¹⁸⁹ BORTOLINI, Clélia. Op., cit.,

moradores que moravam nos arredores de virem para a cidade trazer seus produtos para serem vendidos. “Foi então que o seu Lauro Ricieri Bortolon preocupou-se com o calçamento nas principais estradas onde dava acesso aos principais centros de comércio da nossa localidade”.¹⁹⁰

Lauro Ricieri Bortolon, como primeiro prefeito de Marau incentivou a instalação de indústrias e estabelecimentos comerciais; montou o parque de máquinas, instalou entidades e serviços públicos. Mas foi através da construção de escolas e no setor viário que sua administração se salientou. Adquiriu um britador e várias máquinas com as quais abriu estradas, cascalhou ruas e rodovias e calçou muitas quadras e ruas da cidade, dando início ao trabalho de urbanização em Marau.

A sua atividade pública rendeu-lhe grande prestígio político na região, bem como profundo reconhecimento dos cidadãos de Marau. Como outros, foi um dos campeões da emancipação do distrito, tendo lutado em todos os seus discursos políticos em prol da emancipação marauense.

O candidato também teve o apoio da igreja católica, como era comum no período, já que todos os candidatos deveriam se posicionar contra ou a favor do comunismo, tendo apoio do clero, os que se posicionassem claramente como católicos e anticomunistas:

Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a serem cultivadas por aqueles que se envolvessem em política; por isso, os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas (...). Tudo isso revela que ser contra ou a favor do comunismo era uma definição fundamental para o homem público.¹⁹¹

Após esse primeiro mandato, nos que o seguiram sempre se verificou uma predominância do PSD e suas siglas subseqüentes, conforme veremos adiante.

Essa predominância existia e pode-se perceber que o próprio partido se aproveitava da mesma, pois nas atas do PSD para escolha dos candidatos percebe-se que houve tentativa de acordo entre os partidos, mas que o PSD exigia os cargos majoritários. Como os demais partidos não aceitaram esse acordo, acabou ocorrendo a eleição isolada, sem coligação. Transcrevemos abaixo alguns trechos dessa ata:

¹⁹⁰ FRIPP, Luís Eduardo. Op., cit., p. 89.

¹⁹¹ RODEGUERO, Carla Simone. Op., cit., p. 117.

(...) para tratar da escolha de candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores, para as próximas eleições de vinte de fevereiro e de resolver sobre se o PSD deverá ir somente com seus candidatos às urnas ou se deveria procurar acordo com um ou vários partidos. Havendo o extinto Diretório Distrital de Marau já entrado em demarches com os demais partidos existentes no município de Marau o senhor Presidente expôs aos convencionais a única forma com que ter-se ia um acordo entre todos os Partidos e expôs também quais as vantagens e desvantagens deste modus vivendi (...) acordo geral com os outros partidos tomando por base a proposta que traria uma união de todos os marauenses e que se basearia na seguinte fórmula: Prefeito e Vice-Prefeito do PSD e Câmara de Vereadores nas seguintes proporções: PSD-3; PTB-3; PL-1; PRP-1 e PSP-1 (...) Terminada a votação o senhor Presidente convidou os correligionários Carlos Cerato, Lauro Ricieri Bortolon e Jorge Matheus Rigo como escrutinadores (...) sendo o seguinte: Sim seis votos; não vinte e cinco votos. Dado o resultado negativo pró acordo geral, o senhor presidente propôs aos convencionais que, nestas circunstâncias, seria conveniente a formação no município de Marau, da Frente Democrática, a exemplo do que já existe no âmbito Estadual. Esta proposta foi aceita por unanimidade.¹⁹²

Como os demais partidos não aceitaram esse acordo, as eleições ocorreram como já ressaltamos, sendo que o candidato Lauro Ricieri Bortolon do PSD, recebeu também o apoio do PL.

Percebe-se que já na primeira legislatura havia um comprometimento, e interesse dos vereadores com a conjuntura nacional e estadual, que se acentuaria nas vésperas do golpe militar de 1964. Estranha-se o fato de não terem ocorrido processos mais rígidos com alguns vereadores, principalmente do PTB, pelos termos e críticas que faziam. Transcrevemos abaixo, trechos de uma ata da Câmara de Vereadores da primeira legislatura:

Usou da palavra, inicialmente, o vereador Adroaldo (...) Atacou, a seguir, a conjuntura nacional, afirmando que a nação vive dias macabros, pois está sendo ameaçada a democracia, porque o Poder Executivo está fazendo o papel de sujeito passivo, isto demonstrado por fatos diários. Que a força estranha que coage o Poder Executivo da Nação é o General Teixeira Lott, por que já foi coagida a Câmara Federal. Que lançava seu grito de alerta aos brasileiros, contra a injunção indébita desta força que levará o País à anarquia e à desordem. O vereador Bergonsi (...) elogiou a oração de seu colega sobre a tristonha situação nacional. Culpou os deputados que autorizaram o estado de sítio e impediram Café Filho retornar ao poder. Disse que o Presidente Juscelino ao assumir o Poder, substituiu os ministros da Aeronáutica e da Marinha, mas não o de guerra porque tinha e tem medo dele, que está sendo acolitado pela maioria dos deputados. Que Lott, ministro de Guerra, em recentes declarações manifestara-se democrata, mas que, com o descontentamento do povo contra Juscelino – disse o orador – Lott encontra terreno profícuo para uma rija ditadura militar, o que sempre se mostrou contra desde a mocidade.¹⁹³

¹⁹² Ata do Partido Social Democrático. 06/01/1955.

¹⁹³ Ata da Câmara de Vereadores de Marau, 02/07/1956.

Podemos perceber claramente a fala em defesa da democracia, fala essa que vai mudar totalmente por parte dos representantes do PSD/ARENA no período da ditadura militar, que será considerada pelos mesmos como benéfica para o Brasil.

3.2 História e poder: cinquenta anos de disputas políticas.

O médico Elpídio Fialho assumiu o segundo mandato em primeiro de janeiro de 1960 juntamente com o vice-prefeito Darvin Antônio Marosin e terminou seu mandato em 31 de dezembro de 1963.

A Câmara Municipal de Vereadores ficou assim constituída: Presidente, Lauro Ricieri Bortolon; Vice-presidente, Severino Colnaghi (Vice-Líder do PSD); Primeiro Secretário, Lydio Tomas Antônio Bergonsi (líder do PSD); Segundo Secretário, Ildo Zílio; Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Mário Fróes da Silva. Segunda Legislatura: 01/01/60 a 31/12/63: Ildo Zílio (PSD), João Lopes de Oliveira (PSD), Lauro Ricieri Bortolon (PSD), Lydio Tomás Antônio Bergonsi (PSD), Mário Fróes da Silva (PTB), Pedro Piran (PTB), Severino Colnagui (PSD). Assumiram como suplentes: João Batista Andreis e Ângelo Santin Neto. Foi Secretário Municipal, Sérgio Ferrazzi.

Elpídio Fialho nasceu em 24 de setembro de 1909, na Fazenda de Pinha Alto, município de Guaporé. Filho de Joaquim Fialho de Vargas e Isaura Pereira Fialho. Até nove anos de idade permaneceu nesta fazenda, transferindo-se após para São Leopoldo onde fez os estudos primários. O curso ginásial foi feito no Colégio Anchieta em Porto Alegre. Formou-se em medicina na Faculdade de Porto Alegre.¹⁹⁴

Formado, iniciou sua vida profissional no distrito de Marau, no dia 9 de dezembro de 1935, onde fixou residência, sendo inclusive o primeiro médico a atuar no município, e um dos responsáveis pelo primeiro hospital, o ainda existente Hospital Providência.

Ao longo de sua vida profissional, desempenhou várias funções públicas, como: Vereador na Câmara Municipal de Passo Fundo, tendo sido seu presidente no período de 1947-51; Deputado Estadual de 1955 a 1959 e Prefeito Municipal de Marau de 1959 a 1963. Foi diretor do Hospital Providência até o ano de 1967. Foi também Presidente do

¹⁹⁴ FRIPP, Luís Eduardo. Op., cit., p. 91.

Clube Liberdade, demonstrando que representação política e prestígio social andavam juntos no município recém emancipado.

Elpídio Fialho obteve 2.876 votos pela legenda do PSD. Seus adversários foram Francisco Foresti do Partido Libertador, para prefeito e Alberto Borella do Partido Trabalhista Brasileiro, para vice-prefeito. A oposição registrou 1.570 votos.

O prefeito Fialho, em sua administração, deu grande atenção aos agricultores, reformando, alargando e abrindo novas estradas em todo o interior do município. Também construiu um grande número de pontes. No setor da educação, construiu 22 escolas em convênio com o estado e mais oito municipais.

Foi um período de grandes mudanças em termos de Brasil, que acabaram resultando no golpe civil-militar de 31 de março de 1964, tema que volta à cena recorrentemente, mesmo passados mais de 40 anos do mesmo, pelas arbitrariedades por que foi responsável.

Na região e em Marau, o golpe civil-militar não passou em branco, sendo que na Câmara de Vereadores do município há muitos discursos a respeito de fatos do período a nível nacional. No jornal *Diário da Manhã* também encontramos referências ao assunto. Segundo José Ernani de Almeida¹⁹⁵ em sua dissertação de mestrado, na edição de dois de abril de 1964, o editorial do jornalista Túlio Fontoura demonstrava sua preocupação com os novos rumos do país. Numa linguagem que já demonstrava uma tendência de apoio ao movimento pró-golpe, aconselhava a população a não reagir. Transcrevemos abaixo o trecho do Jornal *Diário da Manhã*:

Aí está o Brasil, a nossa Pátria rica e imensa, submergindo na desordem pelos desvairios de seus dirigentes. Lamentavelmente e desgraçadamente as nossas previsões, as inúmeras advertências que fizemos por este canto de jornal aos responsáveis pelos destinos da pátria estão sendo confirmados na sua mais irretorquível evidência (...). A luta fratricida entre irmãos precisa ser contida. As ambições e as vaidades não podem pairar acima da paz e dos sagrados interesses do povo (...) Se os nossos homens públicos perderam o juízo, se as nossas lideranças não estão se conduzindo com o acerto desejado, cumpre ao povo nesta hora grave que atravessa a pátria, agir com prudência, equilíbrio e patriotismo não se deixando fanatizar, e encarando a realidade como ela se apresenta, delicada e altamente perigosa para os destinos da nacionalidade. O campo da luta fratricida está dividido, mas presentemente dentro da legalidade. Os que combatem o governo federal proclamam que estão guarnecendo as instituições, a Constituição, o parlamento e a liberdade. Os partidários do governo procedem da mesma forma, jurando

¹⁹⁵ ALMEIDA, José Ernani de. *Denuncismo e censura nos meio de comunicação de Passo Fundo -1964/1978*. Dissertação (mestrado) 2005. Universidade de Passo Fundo. Orientação: Prof. Dr. Tau Golin.

a defesa dos mesmos princípios. Oxalá consigam os vencedores cumprir o que estão prometendo à nação e ao povo brasileiro.¹⁹⁶

O desenrolar deste embate que se verificara no país, todos sabemos aonde chegou. Em Marau, a hegemonia do PSD não sofria abalos significativos. Foi assim que o primeiro prefeito pós-emancipação, retornava ao cargo nesses conturbados dias na vida política nacional.

Lauro Ricieri Bortolon assumiu o terceiro mandato, juntamente com o Vice-Prefeito, Jatyr Francisco Foresti, que migrara do PRP para o PSD, aos 31 dias do mês de dezembro de 1963 e terminou a primeiro de janeiro de 1969.

A Câmara de Vereadores ficou assim constituída: Presidente, Plínio Disconzi; Vice-Presidente, Severino de Toni (líder do PSD); Primeiro Secretário, Antônio Carlos Santin; Segundo Secretário, João Lopes de Oliveira; Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Irajá Andara Rodrigues, que anos mais tarde viria a ser prefeito de Pelotas pelo PMDB.

Terceira Legislatura: 01/01/64 a 31/12/68: Antônio Carlos Santin (PSD), Irajá Andara Rodrigues (PTB), João Lopes de Oliveira (PSD), Mário Caetano Borella (PTB), Mário Frões da Silva (PTB), Plínio Disconzi (PL), Severino de Toni (PSD). Assumiram como suplentes: Jacinto Grando, Lydio Tomás Antônio Bergonsi, Antônio Manoel Lamaison, Ildo Eduardo Zilio, Ivo Vedana, Luis Antonio Longo e Bernardo João Vacaro.

Lauro Ricieri Bortolon assumiu pela segunda vez a prefeitura Municipal de Marau, dando continuidade ao seu trabalho para o desenvolvimento marauense. “Era o reconhecimento da comunidade pelo magnífico trabalho realizado pelo prócer marauense como prefeito do primeiro mandato e como vereador do segundo.”¹⁹⁷

O segundo mandato do senhor Lauro Ricieri Bortolon, foi também o primeiro do período da ditadura militar, mas pelo fato de já ter iniciado e de ser situação, continuou como estava, não sofrendo alterações. Conforme Ronaldo Costa Couto:

Brasília, nove de abril de 1964. Os militares fazem publicar o primeiro ato institucional que dá poderes excepcionais ao governo. É a ruptura com o sistema político que, bem ou mal, vinha desde 1945. Está formalmente instalado o regime autoritário. A ditadura militar baseada no binômio segurança nacional-desenvolvimento, modelo que, *mutatis mutandis*, floresce em vários países latino-americanos nos anos seguintes.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Jornal *Diário da Manhã*, 02/04/1964.

¹⁹⁷ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 56.

¹⁹⁸ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil: 1964-1985. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 26

Mudanças políticas ocorreram a nível nacional e estadual, porém regionalmente percebe-se que não foram muito significativas, conforme Lucília Delgado:

Logo após a intervenção política militar ocorrida em abril de 1964, os novos governantes brasileiros passaram a adotar uma série de medidas institucionais, que visavam eliminar do cenário político setores da população, organizações da sociedade civil e pessoas que ainda mantivessem força, legitimidade e representatividade para se opor à ordem institucional autoritária então implantada. No esteio dessas medidas, foi editado em 1965 o Ato Institucional de número dois, que extinguiu o sistema pluripartidário criado em 1945, por ocasião da queda do Estado Novo. Para substituí-lo, através de lei complementar, foi criado um novo sistema – desta feita bipartidária e, na sua essência, dicotômico, completamente diferente daquele que vigorara desde 1945, cuja marca principal era o pluralismo.¹⁹⁹

Sandra Mara Benvegnú também traz algumas considerações a respeito dessas mudanças ocorridas tanto no Brasil quanto no Estado, conforme transcrição abaixo:

Sob o gradativo fechamento político, o ano de 1967 foi marcado por outros acontecimentos de substancial importância. Em substituição à Constituição de 1946, foi aprovada pelo Congresso, a nova Carta Constitucional, que agregou maiores poderes ao Executivo. Logo após, em março, o general Arthur da Costa e Silva, representante da linha dura do Exército – apesar de não ter incorporado totalmente essa posição no governo -, veio substituir Castelo Branco no comando da Nação. Esse era, de modo geral, o contexto em 1967.²⁰⁰

A autora referida traça um perfil com bastante exatidão do clima que reinava no país e no Estado para os partidários do PTB nesse período, e que certamente trouxe reflexos na realidade local:

De um modo geral, o ano de 1964, prenunciava dias difíceis para os trabalhistas. Em nível nacional, conspirações civis e militares foram minando pouco a pouco o sistema, e em meio à crise que passou a enfrentar o governo democrático de Jango, encontrava-se o PTB, que além de ser o partido do presidente, também era o maior do Congresso. No âmbito estadual, notícias circularam que um golpe havia sido arquitetado contra o governo estadual por organizações subversivas das quais fazia parte o ex-governador Leonel Brizola. Conforme declarações feitas numa sessão na Assembléia Legislativa, inclusive sustentadas pelo Secretário do Interior e Justiça do Estado, Antônio Pires, Leonel Brizola fazia parte de um grupo, cujo chefe era conhecido pela alcunha de “Oswaldo”. O referido golpe foi marcado para 31 de dezembro de 1963, ocasião em que seria vitimado o governador Meneghetti e após, tomado de assalto o Palácio Piratini. Descoberto o perigo iminente, foram avisadas as Forças Armadas do Estado que

¹⁹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) Op. cit., p. 132/133.

²⁰⁰ BENVENÚ, Sandra Mara. Op., cit., p. 241.

permaneceram em alerta, impedindo que a ação se processasse. Se houve na realidade tal intento, não ficou apurado na documentação consultada.²⁰¹

Outros acontecimentos do nível dos relatados acima também marcaram o período, conforme Sandra Mara Benvegnú:

O ano de 1968 entrou pródigo de acontecimentos inquietantes e perturbadores que vieram recrudescer ainda mais a já difícil situação nacional. Diante de uma ampla mobilização de oposição ao regime que se mostrou pela classe estudantil, religiosa, operária, política e organizações de esquerda, entre outras, foi baixado em dezembro pelo presidente Costa e Silva, o AI-5, o mais poderoso dos Atos.²⁰²

Severino de Toni assumiu o quarto mandato marauense, juntamente com o vice-prefeito, Lydio Thomaz Antônio Bergonsi em primeiro de fevereiro de 1969 e terminou seu mandato em 31 de janeiro de 1973.

Empossada em 31 de janeiro de 1969, nas dependências do Cine Vogue, reuniu-se em sessão solene, a Câmara de Vereadores, que ficou assim constituída: Presidente, José João Santin; Vice-presidente, Carlos Riva; Primeiro Secretário, Antonio Segundo Perin; Segundo Secretário, João Lopes de Oliveira. Quarta Legislatura: 01/01/69 a 31/01/73: Antônio Segundo Perin (ARENA), Carlos Riva (ARENA), Darci Luís Agostini (MDB), Evaldo Franco (MDB), Ivanor Benedetti (MDB), João Lopes de Oliveira (ARENA), José João Santin (ARENA). Os suplentes que assumiram foram: Joaquim Pagnussat, Egidio de Toni e Joaquim Focheira, e o secretário municipal Antônio Carlos Santin.

Severino de Toni nasceu em 24 de setembro de 1928, em Marau. Filho de Antonio de Toni e Maria Rosa Parizzi. Fez seus estudos primários na escola particular de Vila Maria, ex-distrito de Marau. Completou o ginásio e o científico em 1948 no seminário São José em Gravataí. Formou-se em direito em 1961 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em Porto Alegre.

Como o Brasil vivia o período da ditadura militar que, através do Ato Institucional nº 2, acabava com todos os partidos políticos anteriores e autorizava apenas o funcionamento da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), todos os simpatizantes e filiados aos antigos partidos políticos congregaram-se em torno dessas duas legendas.

²⁰¹ BENVEGNÚ, Sandra Mara. Op., cit., p. 220-221

²⁰² Idem, p. 250.

Em Marau, os antigos militantes do PSD e do PL passaram a integrar a ARENA, partido do prefeito De Toni, enquanto os antigos militantes do PTB ingressaram no MDB.²⁰³

O adversário político de Severino De Toni foi Irajá Andara Rodrigues, um pelotense radicado em Marau em função de sua atividade profissional (era funcionário da Exatoria Estadual).

Foi uma das eleições mais disputadas em Marau. O resultado final acusou uma diferença pró-ARENA inferior a duzentos votos. Houve um período durante a campanha, em que a vitória pendeu para a oposição; mas nos últimos dias de campanha, o vigário do Distrito de Camargo, frei Nicásio reverteu as tendências de voto dos seus paroquianos, garantindo a vitória ao partido da situação.²⁰⁴

Severino de Toni incentivou a instalação de indústrias no município através de uma lei que devolvia o ICMS, durante dez anos às empresas que aqui se instalassem. Tal medida surtiu efeito, com o surgimento de várias pequenas e médias empresas. Foi nesse período que um grupo de empresários marauenses instalou aquela que viria a ser uma das maiores fábricas aqui instaladas, a Óleo Vegetais Marau Ltda. Essa indústria utilizava a matéria-prima fornecida pelo próprio município, a soja. Isso favoreceu não apenas a criação de novos empregos e geração de impostos, como também estimulou a agricultura.

A administração De Toni/Bergonsi, foi responsável pela instalação da Agência do Banco do Brasil no dia 23 de março de 1970. Outro órgão instalado durante o quarto mandato foi a Inspeção Veterinária, no dia 5 de janeiro de 1970.

Pode-se perceber o grande crescimento do novo município, pelo seu orçamento, conforme o texto do jornal *O Nacional*, transcrito abaixo:

Orçamento da Prefeitura de Marau ultrapassa 2 milhões e meio para 73. Marau, 23 (Do correspondente especial de O Nacional – O orçamento da Prefeitura Municipal de Marau atingirá o montante de dois milhões e cinquenta mil cruzeiros para o próximo exercício de 1973. O orçamento atual, para o expirante exercício é 2 milhões e cem mil cruzeiros. O núcleo de Obras receberá a principal parcela, com mais de 780 mil cruzeiros, ao passo que outra dotação especial recebe o ensino, em montante superior a 690 mil cruzeiros.²⁰⁵

Jatyr Francisco Foresti assumiu o quinto mandato, sendo seu vice-prefeito Luis Antonio Longo, em 31 de janeiro de 1973 e terminou a 31 de janeiro de 1977. Neste

²⁰³ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 57.

²⁰⁴ Idem, p. 57.

²⁰⁵ Jornal *O Nacional*, 23/10/1973.

mesmo dia, a Câmara Municipal de Vereadores se reuniu em sua sede para uma sessão solene e ficou assim constituída: Presidente, Victorio Mezzomo; Vice-presidente, Ivanhoé Silveira Moura (líder da bancada da ARENA); Primeiro Secretário, Vital Serafin; Segundo Secretário, José Dal'Asta; Vice-líder da bancada da Arena, Jovino Segala; Líder da bancada do MDB, Herzelino David Bordin. Quinta Legislatura: 31/01/73 a 31/01/77: Herzelino Bordin (MDB), Ivanhoé Silveira de Moura (ARENA), Jatir Zílio (ARENA), José Dal'Asta (ARENA), Jovino Segala (ARENA), Pedro De Marco (ARENA), Valdir Sozo (ARENA), Vital Serafin (ARENA). Assumiram como suplentes: Paulo Andreis, Florenal Lopes de Oliveira, João Lopes de Oliveira.

Jatyr Francisco Foresti nasceu a 11 de setembro de 1921, em Bento Gonçalves. Filho de Francisco Foresti e Helena Sterzi Foresti. Fez seus estudos primários, ginásial e curso de contabilidade formando-se no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Passo Fundo. Foi fundador dos jornais *O Salame* e *Cidade de Marau*. Foi eleito vereador de Passo Fundo, pelo PRP e suplente de Deputado Estadual, também pelo PRP. No início da década de 50, como suplente de vereador protagonizou grande debate com frei Victorino Villasboas Vian, em função do Grupo Escolar, como já expusemos no primeiro capítulo.

Como Prefeito Municipal de Marau empreendeu viagem à Europa em missão especial, com quatorze prefeitos, visitando: Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Itália e Dakar na África.

No mandato de Jatyr Francisco Foresti foi dado incentivo às indústrias novas, bem como condições de expansão para as já existentes. Conseguiu novos empreendimentos para a cidade.

Ser prefeito para o senhor Jatyr Foresti é nos compararmos a um caminhão, a um ônibus, a um veículo motorizado. Quando este veículo está capacitado, além de sua capacidade, haverá a necessidade absoluta de um profissional, com uma certa prática para dirigi-lo bem. Este profissional deve conhecer e saber bem sua função. Por exemplo, se o veículo está bem de pneus, bem de freios. Bem de direção, bem de motor, tanto como bem de combustível, enfim, se está em ordem para uma viagem, para chegar ao destino desejado, é necessário também que um profissional tenha bom senso e responsabilidade. Tendo estes requisitos, se consegue um fim certo. Agora, se o veículo não está bem de pneus, não está bem de freios, não está bem de direção, não está bem de motor, não está bem de combustível, enfim, não está bem para a viagem, chegará ao seu destino com muitos obstáculos, com muito sacrifício mesmo tendo na sua direção um profissional capacitado de sua função.²⁰⁶

²⁰⁶ FRIPP, Luís Eduardo. Op., cit., p.98.

O Ato Institucional N° 2 também previa a possibilidade de os partidos utilizarem sublegendas: cada partido podia apresentar até três candidatos para cada cargo nas eleições majoritárias. Na época o MDB não se sentiu em condições de disputar a Prefeitura de Marau com a ARENA. Por esta razão apresentou apenas um candidato a vereador, o professor e advogado Herzolino David Bordin, que somou 1.200 votos para vereador.

Em compensação houve uma acirrada disputa entre os candidatos da ARENA, sendo que Jatyr Francisco Foresti saiu vitorioso com uma margem de 457 votos.²⁰⁷

O prefeito Jatyr Foresti deu atenção especial ao ensino abrindo novas escolas e oferecendo aperfeiçoamento aos professores municipais. No final de seu mandato, o município possuía uma rede escolar com noventa e três prédios, muitos na zona rural e nos distritos. Foi em sua administração que teve início o programa de eletrificação rural do município.

Na Câmara Municipal de Vereadores, o número dos mesmos, aumentava de sete para nove, devido à nova lei eleitoral. Pode-se perceber que a mesma foi composta quase que exclusivamente por representantes da ARENA, sendo apenas um vereador do MDB.

José João Santin assumiu o sexto mandato com o vice-prefeito Francisco Sérgio Turra em 31 de janeiro de 1977 e terminou em 31 de janeiro de 1983. Foi um mandato que durou seis anos, ao invés de quatro:

Durante o mandato, com os prefeitos em exercício, as autoridades federais decidiram prorrogar esses mandatos de prefeitos e vereadores por dois anos, a fim de que as eleições fossem gerais, abrangendo todas as esferas políticas. Evidentemente que era a justificativa oficial, ocorre que, durante o regime de exceção, as leis eram feitas e desfeitas ao sabor dos governos militares para que pudessem se manter no poder. Alegava-se também economia para os cofres públicos face aos gastos que uma eleição acarreta.²⁰⁸

A Câmara de Vereadores ficou assim constituída: Presidente, Jatyr Zílio; Vice-Presidente, Luis Pagnussat; Primeiro Secretário, Luis Brocco; Segundo Secretário, Darci Luis Perin. Sexta Legislatura: 31/01/77 a 31/01/83: Ângelo Santin Neto (ARENA), Darci Luis Perin (ARENA), Delcino Bortolini (MDB), Iedo Claudino Fuga (MDB), Jatyr Zílio (ARENA), Luis Brocco (ARENA), Luis Pagnussat (ARENA), Moacir Antônio Perin

²⁰⁷ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 59.

²⁰⁸ Idem, p. 61.

(ARENA), Neuri Becker Portela (MDB), Odolir Parizzi (MDB), Valdir Sozo (ARENA). Assumiram como suplentes: Nelson Fiorelo Gobbi e Antônio Zabot Dalla Corte.

José João Santin nasceu em 29 de agosto de 1942 na localidade de Portão, interior de Marau. Filho de Guerino Santin e Maria Aguirre Santin. Coursou o primário no Grupo Escolar Charruas, sendo o primeiro e o segundo ano na Escola Cristo Rei de Marau. Prestou o antigo admissão no Colégio Nossa Senhora da Conceição onde fez seus primeiros anos de ginásio, voltando para Marau onde concluiu o mesmo. Coursou o segundo grau na Escola Técnica Comercial de Marau e Direito, na Universidade de Passo Fundo.

Foi funcionário público estadual, pertencente aos quadros do Tesouro do Estado como auxiliar classificador fiscal. Trabalhou no tesouro do Estado e na Exatoria Estadual de Marau. Exerceu o cargo de vereador, tendo sido Presidente da Câmara, secretário e líder da ARENA. Exerceu o cargo de Assessor da Casa Civil no Governo Sinval Guazzeli. “O doutor Santin continua na luta para o progresso de sua cidade, atendendo todas as necessidades que a população necessita e muito fez para tornar a cidade o que ela hoje representa para os demais municípios.”²⁰⁹

No dia 15 de outubro de 1982, houve eleições para aquele que seria o sétimo mandato marauense.

Com a ascensão ao poder do Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, em 1979 – o último presidente da Ditadura Militar – foram anulados os AIs, permitindo a reabertura política no país. Foram extintos assim os partidos artificiais: ARENA e MDB. A nível nacional, a ARENA apenas mudou de sigla para PDS; enquanto o MDB se dividiu em vários partidos de oposição – era o que os governantes queriam para se manter no poder quando terminasse o Regime Militar. Desta forma, os políticos do MDB, ao dissolverem o partido, fundaram vários outros: PMDB, PTB, PDT (...) e PT – partido com o qual o Governo Militar não contava.²¹⁰

Nas eleições marauenses de 1982, já havia três partidos estruturados no município, o PDS, o PMDB e o PDT, de Leonel Brizola.

Francisco Sérgio Turra assumiu o sétimo mandato juntamente com o vice-prefeito Luis Brocco em 31 de janeiro de 1983, para mandato de seis anos, conforme a lei vigente no período.

²⁰⁹ FRIPP, Luís Eduardo. Op., cit., p. 100.

²¹⁰ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 65.

No mesmo dia reuniu-se a Câmara Municipal de Vereadores, que ficou assim constituída: Presidente, Moacir Antônio Perin; Vice-presidente, Lencaster Foresti; Primeiro Secretário, Antônio Gilmar Borges; Segundo Secretário: Arlindo Gaio. Sétima Legislatura: 31/01/83 a 31/12/88: Adroaldo Falkembach Ribeiro (PMDB), Alceu Sgarbi Lodi (PDS), Ângelo Santin Neto (PDS), Antônio Gilmar Borges (PDS), Aristeu Menino Vieira (PDS), Arlindo Gaio (PDS), Auriberto Lucir Perin (PMDB), Darcy Barrili (PMDB), Lencaster Foresti (PDS), Moacir Antonio Perin (PDS), Odolir Parizzi (PMDB), Valdir Sozo (PDS), Volmir Longo (PDS).

Francisco Sérgio Turra nasceu em 16 de setembro de 1942, em Sede Independência, interior de Marau. Filho de Abel Turra e de Maria Valiatti Turra. cursou o primário em Sede Independência, o ginásio no seminário em Veranópolis e o segundo grau na Escola Técnica de Comércio de Marau.

É advogado formado em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade de Passo Fundo. Possui curso de Meios de Comunicação Social e Comunicação de Massa e Ideologia, na PUC.

Foi professor e depois diretor do Ginásio Estadual Santo Tomás de Aquino. Secretário Geral da ARENA e posteriormente do PDS.

No entanto, Francisco Sérgio Turra ficou à frente do Executivo municipal apenas por dois anos. Em 15 de novembro de 1986, elegeu-se Deputado Estadual pelo PDS. Turra foi reeleito deputado em 1990 para o Legislativo Estadual no período 91/94, sendo o segundo deputado mais votado pelo PDS. Turra assumiu diversos cargos a nível estadual e nacional, entre eles o de Ministro da Agricultura e Deputado Federal. Atualmente é um dos nomes de destaque do município, tendo sido candidato a governador, pelo PP, nas eleições, do ano de 2006.

Foi através da administração Turra e Broco que as indústrias Borella, com grandes dificuldades financeiras passaram para o Grupo Perdigão. Atualmente a empresa é responsável por milhares de empregos diretos e indiretos, e por aproximadamente 30% da arrecadação de impostos do município.

No dia 15 de novembro de 1988 houve novas eleições para o Legislativo e o Executivo marauense. Mais uma vez surgiram três candidatos ao cargo de prefeito, entre os

quatro partidos organizados no município. O PDS coligou-se com o PDT e concorreu contra o PMDB e o PT, que pela primeira vez apresentava candidatos no município.

No dia 1º de janeiro de janeiro de 1989, o candidato eleito José João Santin iniciava o seu segundo mandato como prefeito de Marau, tendo como vice-prefeito Neri Trentin.²¹¹ A partir desse período, perde um pouco a bipolaridade partidária no município de Marau, sendo que nas eleições de 1992, os remanescentes do PSD e da ARENA as perdem para o candidato do PMDB Antônio Borella de Conto.

²¹¹ BERNARDI, Francisco. Op., cit., p. 69.

Considerações finais.

A propaganda política vale-se de idéias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. Nesse terreno onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas. Tal perspectiva de análise relaciona-se diretamente com o estudo dos imaginários sociais, que constituem uma categoria das representações coletivas. Para alcançar a dominação por meio dos imaginários sociais, é necessário o controle dos meios de comunicação, instrumentos de persuasão destinados a inculcar valores e crenças. Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder (...).²¹²

Utilizamos as colocações acima para justificar os objetivos para o porquê de nosso trabalho basear-se em assuntos políticos. Tínhamos grande interesse em saber como se processava a política marauense, durante seus cinquenta anos de emancipação político-administrativa, especialmente durante o regime militar. Para chegarmos a esse período, voltamos no tempo, ao início da colonização, bem como o período em que o Marau pertencia ao município de Passo Fundo. O período do regime militar, como foi recebido e se houve censura, se alguém sofreu com perseguição política, quem a realizou, qual foi a repercussão na vida das pessoas e nos meios de comunicação acabou ficando com diversas lacunas, que creio poderão ser solucionadas no futuro, para complementação desse estudo.

Conforme Lucília Delgado, “Partidos políticos, sistemas e frentes partidários incluídos no rol dos chamados sujeitos institucionais e coletivos da História são essenciais à prática da cidadania e à consolidação de regimes democráticos. Sua ausência no cenário de algum país, em qualquer período de sua história, significa também ausência de democracia”.²¹³

Através do estudo da emancipação política administrativa de distritos de seus respectivos municípios sede observa-se que em todos os tempos, o motivo que impulsionou os territórios a lutar por sua independência política, administrativa e/ou financeira, esteve intimamente relacionado à busca pelo poder.

²¹² CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em Cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998, p. 36.

²¹³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op., cit., p. 129-130.

A população, junto à elite política, busca na emancipação, uma possibilidade de aumento de recursos financeiros para a comunidade, na busca de melhorias na saúde, educação, segurança e serviços públicos.

Este trabalho também procurou demonstrar a complexidade existente entre a política local e a igreja católica, pois de acordo com Aline Coutrot:

As ligações íntimas entre religião e política durante muito tempo foram desprezadas pela história do político, que se interessava sobretudo pelas relações entre as Igrejas e o Estado e pelos períodos de crise. Hoje, as forças religiosas são levadas em consideração como fator de explicação política em numerosos domínios. Elas fazem parte do tecido do político, relativizando a intransigência das explicações baseadas nos fatores sócio-econômicos.²¹⁴

Na conjuntura final do Estado Novo, em nível nacional, nasceram os principais partidos políticos que atuaram nas décadas de 1940 a 1960, como o Partido Social Democrático - PSD e a União Democrática Nacional - UDN e, entre eles, o Partido Trabalhista Brasileiro, que se organizou como tal em maio de 1945, e que segundo Ângela de Castro Gomes, nasceu “sob a chancela governamental, tendo como palco de articulação principal o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e como grande figura o então chefe do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas, no poder desde 1930.”²¹⁵

O ano de 1945 foi marcado por significativos acontecimentos no cenário político nacional resultado de uma combinação de fatores internos e externos. A vitória de países comprometidos com valores liberais democratas, sobre os regimes nazi-facistas na Segunda Guerra Mundial, foi determinante para questionamentos sobre a manutenção de um regime autoritário que vigorava no Brasil desde 1937. Houve a necessidade, por parte do governo brasileiro, de uma abertura e reestruturação política expressos pela convocação de eleições, bem como a implantação de um sistema pluripartidário de base nacional. Nesse sentido surgiram duas correntes partidárias: uma de oposição a Vargas através da UDN, outra favorável ao presidente expressas pelo PSD e o PTB.

Na região em estudo, temos uma forte oposição entre estes partidos, com peculiaridades que a distinguem do restante do Estado e do país. Quando do surgimento do

²¹⁴ COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 331

²¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. CPDOC/FGV – www.cpdoc.fgv.br. Acessado em 01/07/2007.

PTB em Passo Fundo, havia uma forte hegemonia dos partidários do PSD e dos que a eles se aliaram quando da criação do mesmo. Para romper com essa hegemonia, o PTB, em 1947, coliga-se com a UDN, de ideologia totalmente conflitante, e vencem as eleições municipais. O distrito de Marau foi crucial nessa eleição, por ser um forte reduto de possedeistas, capitaneados por Elpídio Fialho e pelo Frei Victorino Villasboas Vian. Talvez esse seja um dos fatores que dificultaram a emancipação marauense na primeira tentativa em 1949, pois se houvesse a emancipação o PSD passofundense perderia um grande número de eleitores, o que justifica os deputados possedeistas na Assembléia votarem contrários à lei que mudaria as possibilidades de emancipação. Segundo Sandra Mara Benvegnú:

Essa aliança, formada entre o PTB e a UDN em Passo Fundo, consistiu num dos primeiros sintomas importantes da quebra da dominação oligárquica em nível municipal uma vez que se uniram partidos ideologicamente diferenciados em vez de coligações entre partidos conservadores que excluíam partidos de orientação populista. Poderia ter havido a união do PSD e UDN, dirigidos por tradicionais lideranças locais como Nicolau Vergueiro e Victor Graeff, ambos oriundos do PRR, fato que não aconteceu uma vez que após a democratização de 1945, se filiaram a partidos opostos. Vergueiro foi para o PSD e Victor Graeff, seguiu a orientação estadual de Borges de Medeiros, ingressando na UDN. (...) O PTB como um partido jovem, sem nomes ainda de consistência e buscando penetração e consolidação, ligou-se a Armando Annes para a consumação de seu intento que era alcançar o poder político local, através de um nome que por si só era uma referência pela tradição política que agregava. Essa aliança convinha também para a UDN que sozinha não tinha expressão (...). Havia uma competição pelo mando local e a UDN não ficaria de fora.²¹⁶

Para a realização desse trabalho, recorreremos à bibliografia nacional e estadual sobre o período, já no tocante à região utilizamos como fontes os jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional* de Passo Fundo e *O Salame*, *A Voz de Marau* e *A Cidade de Marau* do distrito e depois município de Marau, bem como as atas da Câmara de Vereadores de Marau e livros de escritores diletantes sobre a região, além das dissertações sobre o tema e região, do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

Após o levantamento das fontes e sua análise, pudemos perceber que toda a questão política que ainda nos dias de hoje permeia fortemente a sociedade marauense, tem raízes antigas, e que várias vezes essas disputas avançaram do campo político-partidário invadindo o campo pessoal, e as mais diversas instituições do município, desde times de futebol a CTGs.

²¹⁶ BENVEGNÚ, Sandra Mara. Op., cit., p. 63.

As lutas que antecederam os pleitos eleitorais eram sempre uma atividade febril, permeada por conflitos. Aliás, a política em Marau era e ainda é vivida de forma intensa e presente, atingindo seu clímax nas campanhas eleitorais, fossem as representações de nível nacional, estadual ou local, estas sendo as mais acirradas.

Ao concluir o trabalho salientamos a importância do mesmo, pois ainda não há estudos sobre esse tema no município de Marau, sendo que as obras que existem ocuparam-se mais com o período pós-emancipação, do que com a emancipação em si. Ressaltamos também que há ainda várias possibilidades de estudo e que a partir do que colocamos, outros trabalhos poderão surgir aprofundando mais o tema, principalmente na parte política de Marau após a sua emancipação e ligada ao período da Ditadura Militar. Sandra Mara Benvegnú comunga da mesma posição em sua dissertação, ressaltando que:

Diante da consistência de fatos e acontecimentos e da riqueza de fontes disponíveis - com maior destaque à imprensa local - a história política consiste, independente de credo partidário num manancial inesgotável de informações ainda a explorar. Muitos pontos vieram à tona no presente estudo que possibilitam e carecem de investigações. Nem mesmo a formação e a consolidação do PTB local se esgota nesse trabalho devido à complexidade de práticas e ações que permearam esse processo.²¹⁷

Consideramos importante, e que deve ser feito ainda, um trabalho de história oral sobre o período, pois muitos dos atores políticos citados no texto ainda fazem parte da política local, além de muitos serem descendentes dos primeiros envolvidos politicamente no município.

Ao final do trabalho, percebemos a importância da elaboração do mesmo, pois pudemos constatar que os acontecimentos nacionais e até internacionais tem influência no regional, seja para se repetir, seja para contestar, como por exemplo, a coligação PSD/PTB que não se viabilizou na região, ao contrário, houve a ligação do PTB com a UDN, que no país eram rivais.

Também percebemos o quanto era importante e forte a presença da igreja católica, representada na região pelos freis capuchinhos e no período em estudo, em especial pelo frei Victorino Villasboas Vian. Essa presença por diversas vezes, pode ser considerada como primordial na decisão de uma eleição.

²¹⁷ BENVEGNÚ, Sandra Mara. Op., cit., p.262.

A política e a religião eram os principais assuntos nas reportagens dos jornais utilizados como fontes o que facilitou o trabalho de interligar os fatos, percebendo a ligação entre ambos e deixando várias lacunas que ainda podem ser estudadas para aprofundar e ampliar o tema, inclusive com o uso da história oral, como já colocamos.

Outro assunto que poderá render novos trabalhos relaciona-se ao período da ditadura, que era o nosso objetivo primeiro, mas que acabou ficando em segundo plano. Pelas atas da Câmara de Vereadores podemos perceber que os anos da ditadura foram conturbados também na região. Talvez não com a intensidade dos grandes centros, mas com as peculiaridades e as disputas locais, como o caso da tentativa de cassação de um vereador do PTB, nos primeiros anos da ditadura.

Acreditamos que a história pode estar em permanente estudo, pois os mais diversos fatos podem ser vistos de forma diferente dependendo do olhar de quem os estuda, por isso julgamos que sobre a região e em especial sobre Marau ainda há muito a ser investigado e escrito.

Fontes.

- *Jornal O Nacional.*

- Jornal *Diário da Manhã*.
- Jornal *O Salame*.
- Jornal *A Cidade de Marau*.
- Jornal *A Voz de Marau*.
- Entrevista com Clélia Bortolini.
- Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Marau.

Referências Bibliográficas.

ALMEIDA, José Ernani de. *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978*. Dissertação (mestrado) 2005. Universidade de Passo Fundo. Orientação: Prof. Dr. Tau Golin.

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Os comandos nacionalistas na região do Alto Taquari – RS*. Passo Fundo: EDIUPF, 2005.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder: O PTB e a ação de César Santos na Metrópole da Serra (1945-1967)*. Dissertação de Mestrado. PPGH/UPF: 2006. Orientação: Prof. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

BERNARDI, Francisco. *História de Marau: Uma comunidade laboriosa*. Editora Gráfica Palloti, 1992.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BONI, Luis Alberto de. O catolicismo da Imigração: do Triunfo à Crise. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) *RS: Imigração e Colonização*. 3ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no pós-guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CANEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CORTEZE, Dilce Piccin. *Ulisses vá in América: História, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF, 2002.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao Golpe Civil Militar de 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

DIEHL, Astor Antonio. *Os Círculos Operários: Um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, EDIPUCRS, 1987.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPG, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FRIPP, Luís Eduardo. *Marauvilha para sempre*. s/d.

GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. CPDOC/FGV – www.cpdoc.fgv.br. Acessado em 01/07/2007.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo Verde: O integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

LAZZAROTTO, Valentim. *Pobres construtores de riqueza: A riqueza industrial da colonização italiana começa aqui. A pobreza operária também*. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da Serra: A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2000.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2ª edição. Porto Alegre: EST, 2001.

NONNEMACHER, Marisa Scheneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da República*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

_____ *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880/1920*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano*. 3ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

RODEGUERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2ª edição. Passo Fundo: EDIUPF, 2003.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva: Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: DIFEL (Difusão Cultural), 1984.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Alfa - Omega, 1990.

SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: Uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: EDIUPF, 2003.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: Lógicas e contradições do desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo*. Passo Fundo: EDIUPF, 2002.

TONINI, Veridiana M. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfran Metzler (1932-1957)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2003.

TRINDADE, Hélió. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político revolucionária de 30*. In: DACANAL, José Hildebrando. *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ZICMAN, Renée B. *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto história. São Paulo: EDUC, N° 4.

Anexos.

1 - Lei que criou o município de Marau.

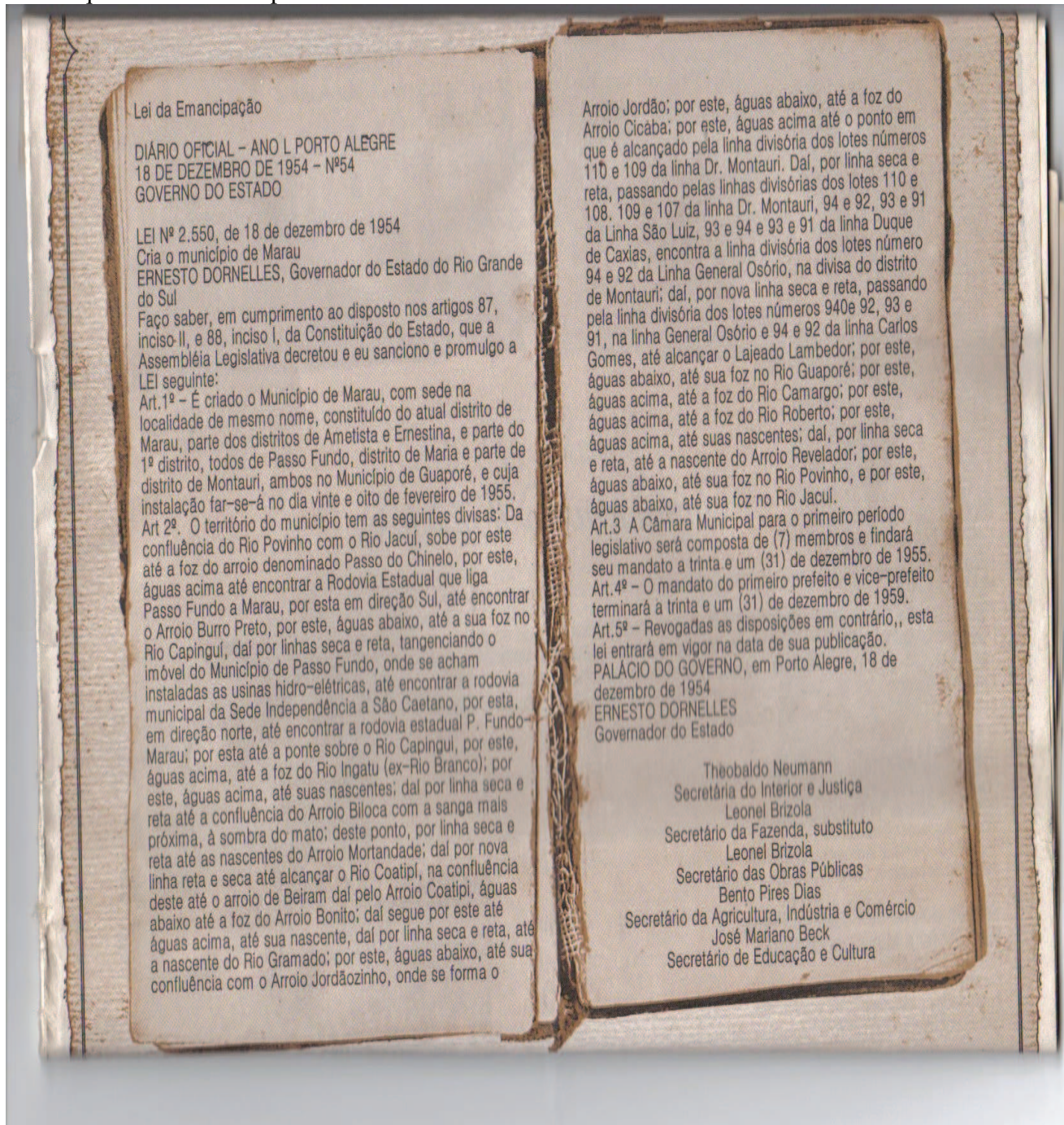


Ilustração 3: Fonte: Jornal Nossa Cidade, outubro de 2005

O SALAME

Fundador e diretor: Gustavo Silveira Ferret

Redator: Severino Colnaghi

Redatora auxiliar: Alba T. Brum Ferret

ANO II

Marau, R. Gr. do Sul -

Sabado 22 de Janeiro de 1949

Numero 81

Municipalismo

Com o advento do atual regime, tem-se esboçado em todo o país um acentuado movimento municipalista, que, bem ou mal compreendido, tem inspirado programas dignos de nota.

Mas, si analisarmos o esquema desse movimento, seremos compelidos a admitir que o mesmo não passou do estado embrionário; tocou-lhe a mesma sorte que é reservada a todos os bons programas, mas que ao nascer ficam crestados pelo calor mórbio da política; aos poucos estolam, feneecem e morrem.

Não existe para o momento, programa mais sadio para um partido de ação do que propagar o ideal municipalista, e conseguir sua imposição pelas câmaras. O crescimento das populações e o progresso que al-

cançamos, estão a clamar para a formação de pequenos grupos emancipados, onde haja a aplicação imediata dos fundos que são arrecadados da coletividade.

Entretantes, sofremos o castigo desse erro: escoc-se a arrecadação, que retorna em disjutta parte representada pelos modestos serviços que o estado nos retribue.

A propósito temos em destaque o deba-

tido problema da encampação, o qual, para ser resolvido, não se procurou auscultar os interesses imediatos da comunidade, e nem sequer se procurou dar compensação à troca, pois o negócio não atingiu o grau de equidade a que alcança qualquer permuta compulsória.

Isso adveio da nonchalance que muito vem caracterizar os homens da nossa câmara municipal; bons vi-

vants por princípio ou por indução, mais se interessam por um bate-papo no Amarelhinho do que por um problema tão capital como o da encampação, perderam um velho patrimônio, que a posteridade não se cansará de incriminar, em troca de um benefício que o Estado nos deve.

E até existe a incoerência crassa dos que lançam boletins aos quatro ventos em uma cruzada municipalista, enquanto correligionários, nas câmaras fortalecem pelo voto decisões e decretos anti-municipalistas. Não acreditamos nos que nos querem inculcar conveniências que não existem; nem tão pouco cremos que os mesmos estejam convencidos do que pregam; o que realmente podemos de

Conclusão na pag. 3

ELOY

A Alfaiataria da moda.

Avisa sua distinta freguesia, que recebeu novo sortimento de casemiras "AUHORA". Casemiras de todos os tipos para todos os preços.

VEJAM SUA EXPOSIÇÃO

LIQUIDAÇÃO!

Casa Paulina

Avisamos ao publico, que estamos liquidando toda nossa mercadoria com abatimento de dez por cento. Vendas a vista.

CIP – Catalogação na Publicação

A284s Aguirre, Eliane

Sim ou não : a luta política pela emancipação do município de Marau e as disputas pelo poder / Eliane Aguirre. – 2007.
124 f. ; 30 cm.

Orientação: Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

1. Marau (RS) - História. 2. Partidos políticos.
3. Administração municipal – Marau (RS). I. Carvalho, Haroldo Loguercio, orientador. II. Título.

CDU : 981.65Marau

Catalogação: bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569